Carlos Alberto Ávila Araújo

Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível

ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O DIÁLOGO POSSÍVEL

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível

Prefácio de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Revisão: Maria Lucia Vilar de Lemos
Ilustrações: Gustavo Tanus
Capa: Cristina Gomide

Este livro obedece ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Araújo, Carlos Alberto Ávila
Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível / Carlos Alberto Ávila Araújo. – Brasília, DF : Briquet de Lemos / Livros / São Paulo : Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014.

Bibliografia.
ISBN 978-85-85637-54-5

1. Arquivologia. 2. Biblioteconomia. 3. Museologia. 4. Ciência da informação. ii. Título CDD 020

2014

Briquet de Lemos / Livros
SRTS – Quadra 701 – Bloco O – Loja 7
Edifício Centro Multiempresarial
Brasília, DF 70340-000
Telefones (61) 3322 9806 / 3323 1725
www.briquetdelemos.com.br
editora@briquetdelemos.com.br

Sumário

Prefácio

Entre as funções da academia destaca-se a de questionar o que se entende sedimentado, o que se entende estruturado, o que se entende inquestionável. Sem isso, qualquer área do conhecimento humano ficaria estagnada, presa a conceitos advogados pela maioria. As ideias aceitas quase como pressupostos, como dogmas, relegam qualquer possibilidade de contestação. Os próprios pesquisadores, em uma autocensura acadêmica, iniciam seus estudos a partir do que é aceito e do que é permitido questionar. Preocupam-se com os espaços conquistados ou por conquistar, com a imagem que constroem para seus pares e para a comunidade acadêmica. Muitos defendem o conhecimento consolidado de uma determinada área apenas para ser aceito nos círculos que dominam os destinos dela; outros para fazer parte do que é determinado como novidade. Interesses políticos, econômicos, pessoais, culturais estão presentes no caminho traçado pelas ciências.

As novidades estão alicerçadas nesses conceitos hegemônicos e representam tão somente pequenas alterações, superficiais, que não abalam os alicerces teóricos vigentes. Aliás, os reforçam. Quando as bases são contestadas provocando rupturas, transformações paradigmáticas, os representantes dos conceitos e concepções questionados — alçados por seus pares à condição de detentores e defensores — opõem-se às mudanças, muitas vezes utilizando-se de espaços que não as discussões teóricas. Valem-se das instâncias burocráticas de administração e fomento de estudos e pesquisas; dos espaços de debates — eventos, publicações, etc.; das estruturas de formação de profissionais, docentes e pesquisadores; das relações para interferir nas políticas públicas. Valem-se desses espaços para garantir a hegemonia de seu pensar, da predominância de suas teses.

Poucos são os textos que apresentam e propõem um questionamento, que defendem um olhar diferente sobre as concepções

sedimentadas. A maioria reproduz estas concepções, patina sobre a mesmice. A produção científica — e não temo em afirmar que quase a sua totalidade — é uma repetição do conhecido, um repisar do estabelecido.

Só o intelectual humilde permite a novidade, abre-se ao novo. Dialoga defendendo suas posições, suas reflexões, suas verdades, sem a convicção acadêmica patológica. A humildade intelectual pressupõe o cotejamento de ideias sem a refutação antecipada do que é contrário.

Entender a ciência, dentro de um parâmetro conservador, como tendo, imprescindivelmente, um objeto consensual, metodologias próprias e base teórica específica, implica isolamento das áreas. As interdisciplinaridades (ou transdisciplinaridades, multididisciplinaridades e outros termos presentes nas literaturas especializadas de várias áreas), nesse entendimento, não passam de meras sobreposições teóricas, que não se misturam e servem apenas para subsidiar conceitos definidos previamente. Como água e óleo, mesmo quando utilizadas visando uma integração, as teorias exigem, creio, que a origem seja sempre evidenciada. Os usos são seletivos e parcimoniosos. Mesmo os que ousam utilizar conceitos e concepções de outras áreas o fazem de maneira cuidadosa, justificando e destacando os motivos que o levaram a isso.

O objeto consensual, ao menos nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, é uma meta impossível no contexto dinâmico do conhecimento humano. Buscar consenso é sinônimo de privilegiar determinados conceitos que emergem não apenas das discussões e debates promovidos e possibilitados pelas áreas, mas da estrutura acadêmico-científica que se consolida a partir de vários interesses.

Como exigir consenso quando, no interior de cada área há correntes, formas diferentes de entender e explicar a própria área e o mundo? Quase sempre uma corrente predomina e determina, de maneira hegemônica, o objeto da área. Mas, essa hegemonia não impede nem impossibilita os embates, as lutas, as contendas pela supremacia de uma compreensão da área sobre as outras. E, ao contrário do veiculado pelas correntes hegemônicas, esses embates, essas disputas são salutares, pois são eles que trazem os

questionamentos e exigem a revisão das concepções arraigadas, enraizadas na área.

A falta de diálogo entre as áreas resulta na criação de novas áreas que, de maneira artificial, determinam objetos consensuais à custa do empobrecimento das discussões, dos confrontos de ideias e propostas questionadoras.

O conflito faz parte da ciência; o conflito faz parte da academia; o conflito faz parte da pesquisa. Aliás, o conflito faz parte do ser humano.

Há alguns anos, tentando compreender por que a pesquisa escolar era desvinculada, tanto pelos professores quanto pelos bibliotecários, do processo de ensino–aprendizagem, sendo realizada apenas para cumprir exigências burocráticas, defendi a existência de um conflito entre o modelo educacional presente nas políticas governamentais (ou de Estado, dado que se alteram pouco apesar das mudanças de governo) — modelo esse baseado na imposição, no autoritarismo, no medo, na punição — e a necessidade de liberdade para que a pesquisa possa ser desenvolvida. É impensável a existência de pesquisa que não se baseie na liberdade. Claro que há limites, em especial os éticos, mas a falta de liberdade nas pesquisas é algo inaceitável. Antagônicos, o modelo educacional e a pesquisa só podem coexistir se um deles se subordinar ao outro. No caso, a pesquisa se submete a esse modelo educacional.

Da mesma forma, os conflitos entre a liberdade das pesquisas e pressupostos, oriundos ou não dos objetos das ciências, estão sempre presentes, exigindo posturas e respostas dos pesquisadores.

Os objetos das ciências, consensuais ou não, obstaculizam o diálogo e determinam fronteiras intransponíveis, defendidas de possíveis invasores, de leigos, de bárbaros de outras áreas, quais latifúndios científicos.

O interesse por 'objetos' deve ser partilhado entre as ciências, mesmo que cada uma delas tenha preocupações específicas com determinados segmentos deles, núcleos que identifiquem e justifiquem a existência, isoladamente, delas. A existência individual, no entanto, não pode prescindir da relação, da interação, do coletivo científico. Mais do que isso: não pode prescindir da relação com o mundo.

Na trajetória histórica do conhecimento humano, áreas surgem e outras perecem, atendendo a necessidades, preocupações, interesses, imposições, questionamentos, dominação, etc. A arquivologia, a biblioteconomia, a museologia e a ciência da informação são abordadas, neste livro de Carlos Alberto Ávila Araújo, tanto em seus aspectos históricos, como na síntese das correntes e modos de explicá-las e entendê-las.

Trabalhando no espaço das discussões apresentadas acima, o autor enfatiza a importância do diálogo entre as áreas, refutando qualquer entendimento de dominação de uma por outra. Os objetos ou os núcleos do objeto não impedem a relação. Ao contrário, exigem a troca, o diálogo. As áreas de interesse do livro precisam uma das outras. A existência isolada pode até ser possível, mas acarretando empobrecimento teórico e prático; um olhar apenas para o próprio âmago, alijando-se do mundo, dos homens e das outras ciências; um não pertencimento ao universo do conhecimento humano.

Este livro enquadra-se entre os que propõem algo novo. O novo é o questionamento, o desnudar dos conflitos, a apresentação dos antagonismos. O novo exige um repensar; transforma o conhecimento e o reorganiza, o reestrutura.

O desejo de qualquer autor é retirar o leitor da passividade das certezas, é criar dúvidas, é transformar as posições apresentadas em questionamentos. Texto bom, para mim, é aquele que gera conflitos no leitor, conflitos que exigem um novo olhar em nossas sedimentadas verdades. O livro de Carlos Alberto Ávila Araújo é um exemplo desse tipo de texto.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Professor associado da Universidade Estadual de Londrina; professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (unesp) em Marília.

Apresentação

Este livro é o desenvolvimento de argumentos e ideias que começaram a ser pensados em 2008 quando, como professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), fiz parte da comissão de criação do curso de graduação em arquivologia, e em 2009, quando integrei a comissão de criação do curso de museologia.

A necessidade de fundamentação teórica para propor e justificar o diálogo e a cooperaçãodestes novos cursos entre si e com as áreas da biblioteconomia e da ciência da informação levou à realização de uma pesquisa, entre 2010 e 2011, no âmbito de um estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, com bolsa da CAPES, sob a supervisão do professor Armando Malheiro da Silva, a quem agradeço pela interlocução.

De volta ao Brasil, retomei a pesquisa, com financiamentos do CNPq e da Fapemig, além de orientar duas dissertações de mestrado (uma das quais já defendida) e três teses de doutorado (uma também já defendida) como desdobramentos da temática das relações entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. O apoio das agências de fomento tem sido fundamental para a consolidação dos estudos.

De 2011 a 2013, tive a oportunidade de apresentar e debater as ideias desta pesquisa em eventos, palestras e reuniões em diversas instituições brasileiras e internacionais. Gostaria de agradecer a todos os parceiros com quem interagi nestas ocasiões. Com suas críticas, comentários e sugestões, os colegas ajudaram enormemente no amadurecimento das ideias que compõem este livro.

Agradeço, pois, aos parceiros da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), da Red Académica en Bibliotecología y Ciencia de la Información

en Mercosur, da rede de pesquisadores latinoamericanos do projeto 'Un análisis teórico-epistemológico de la bibliotecología y estudios de la información', da Universidade Federal da Bahia, da Universidade de Brasília, da Universidade de São Paulo — *campus* Ribeirão Preto, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Cariri, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Ceará, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Estadual de Londrina — esta última, onde atuei como professor visitante em 2013.

Listar aqui todas essas instituições é importante, pois em muitos momentos parecia que a temática das aproximações entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação era irrelevante, ou por já ter sido pensada e não gerado frutos, ou por apresentar-se como de impossível concretização. Mas, ao abrirem espaço para a discussão do tema, estes parceiros, de uma ou de outra forma, encorajaram a continuidade dos estudos e apontaram que era possível e viável a construção de uma argumentação epistemológica sobre as possibilidades de diálogo entre os quatro campos. Dessa forma, foi no diálogo com eles que os argumentos aqui defendidos foram fortalecidos, a bibliografia ampliada e os conceitos refinados.

Por fim, agradeço também aos colegas professores da ECI/UFMG pelos ricos momentos de debates em eventos, bancas e grupos de estudos, e aos alunos e ex-alunos dos cursos de graduação em arquivologia, em biblioteconomia e em museologia, e de mestrado e doutorado em ciência da informação, para os quais, desde 2006, ministro a disciplina de Fundamentos da Ciência da Informação. Com certeza, os argumentos aqui desenvolvidos em muito devem às questões, dúvidas, exemplos e considerações colocadas ao longo destes anos.

Aproveito para registrar ainda que este livro constitui a consolidação, com alterações, de ideias apresentadas em diversos artigos publicados em revistas especializadas e capítulos de livros, agradecendo, portanto, aos diversos edito-

res e pareceristas cuja contribuição para este resultado final também é muito importante.*

Belo Horizonte, abril de 2014

* Os artigos são: A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. *Em Questão*, v. 19, p. 213-238, 2013; Correntes teóricas da arquivologia. *Encontros Bibli*, v. 18, p. 61-82, 2013; Correntes teóricas da biblioteconomia. *RBBD: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 9, p. 41-58, 2013; Museologia e ciência da informação: diálogos possíveis. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 2, p. 10-27, 2013; Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. *Museologia e Patrimônio*, v. 5, p. 31-54, 2012; Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações teóricas e institucionais. *Encontros Bibli*, v. 16, p. 110-130, 2011; Condições teóricas para a integração epistemológica da arquivologia, biblioteconomia e museologia na ciência da informação. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 2, p. 19-41, 2011; Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. *Informação & Informação*, v. 15, p. 173-189, 2010. Os capítulos de livro são: Integração entre arquivologia, biblioteconomia e museologia como marco identitário para a ciência da informação. In: Rendón Rojas, M.Á. (org.) *El objeto de estudio de la bibliotecología/documentación/ciencia de la información: propuestas, discusión, análisis y elementos comunes*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2013, v. , p. 235-264; A expectativa e integração das áreas da ciência da informação. In: Hillesheim, A.I.A.; Menezes, E.M.; Souza, F.C. (org.). *Curso de biblioteconomia da UFSC: 40 anos*. Florianópolis: Casa do Escritor, 2013, p. 11-37; Arquivos, bibliotecas e museus: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência. In: Duarte, Z. (org.). *Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 259-300; Potencialidades do diálogo entre a arquivologia, a biblioteconomia, a museologia e a ciência da informação. In: Valentim, M.L.P. (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 217-241; Estudos de usuários da informação como campo potencializador das aproximações entre a arquivologia, a biblioteconomia e a ciência da informação. In: Murguia, E.I.; Rodrigues, M.E.F. (org.). *Arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação: identidades, constrastes e perspectivas de interlocução.* Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 181-202.

Introdução

Em fevereiro de 2013, ocorreu a primeira reunião de trabalho do acordo de cooperação assinado entre o Arquivo Nacional, a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em dezembro de 2011. Tal acordo foi uma iniciativa para a preservação e a democratização do acervo de 105 mil instituições brasileiras que estão sob o guarda-chuva destas três instituições.

A existência desse acordo é um claro sinal de que os desafios colocados pela preservação e pelo acesso, nos tempos atuais, transcendem as fronteiras da atuação isolada de arquivistas, bibliotecários e museólogos, convocando-os a necessariamente atuar em parceria e também em conjunto com profissionais de diferentes áreas, como das tecnologias da informação, da gestão, entre outras.

Um outro evento significativo, nesse sentido, foi o Seminário Internacional sobre Sistemas de Informação e Acervos Digitais de Cultura, ocorrido em março de 2013 na Biblioteca Brasiliana da Universidade de São Paulo. Promovido pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, tal seminário teve por objetivo apresentar os resultados de uma parceria feita entre o Ministério da Cultura brasileiro e a União Europeia para realização de missões técnicas a instituições que trabalham com sistemas de informações de acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus. Tal parceria se insere no Projeto de cooperação internacional Diálogos Setoriais EU–Brasil e tem um duplo objetivo: possibilitar a implementação de sistemas públicos de informação e disponibilizar o acesso a acervos digitais de bibliotecas, arquivos e museus. É mais uma ação que evidencia, no cenário atual, uma tendência de aproximação e colaboração entre essas áreas.

Tais eventos, brasileiros, estão em sintonia com um movimento que é mundial. No Canadá, a experiência mais radical e interes-

sante de parceria se deu com a recente fusão da National Library of Canada e dos National Archives of Canada em uma só instituição, a Library and Archives Canada, justamente com o objetivo de providenciar novos serviços e atender a novas necessidades, por meio da articulação entre saberes arquivísticos, biblioteconômicos e informacionais para preservação e disseminação do patrimônio documentário do país.

Na Europa, muitos são os exemplos, entre os quais se destaca a criação da Europeana, um amplo sistema digital que constitui ao mesmo tempo um arquivo, uma biblioteca e um museu de acervos da cultura europeia. Na França, diversos programas de política cultural promovem ações integradas entre arquivos, bibliotecas e outras instituições, como museus e centros de documentação. O Centre Georges Pompidou, em Paris, é exemplo de uma eficaz integração de arquivo, biblioteca, midiateca, teatro, centro de inclusão digital e museu, todos funcionando num único edifício. Nesse país, foi publicado recentemente um livro que explora essa temática.*

Na Inglaterra, relatório publicado em 2012 aponta uma série de questões transversais a arquivos, bibliotecas e museus relacionadas aos acervos digitais (e em processo de digitalização) destas instituições,** enquanto o Discovery Project vem desde maio de 2011 trabalhando para a criação de uma 'ecologia de metadados' para garantir maior acesso às coleções de arquivos e bibliotecas, por meio de arranjos *open linked data* para disponibilização integrada de catálogos de arquivos, bibliotecas e museus. Na Suécia, a Uppsala University foi pioneira no oferecimento de um mestrado em estudos de arquivos, bibliotecas e museus.

Nos Estados Unidos aconteceram diversas conferências nesse sentido, como a Cultural Heritage Information Professionals, ocorrida em 2008, em que diretores e profissionais de arquivos, bibliotecas e museus puderam trocar experiências e debater questões comuns.

* Accart, Jean-Philippe. *Regards croisés sur les métiers des sciences de l'information: bibliothèques, archives, documentation, musées*. Mont-Saint-Aignan: Éditions Klog, 2014.

** Maron, Nancy L.; Yun, Jason.; Pickle, Sarah. *Sustaining our digital future: institutional strategies for digital content.* Strategic Content Alliance, 2013. 88 p. Disponível em: http://sca.jiscinvolve.org/wp/files/2013/01/Sustaining-our-digital-future-final-31.pdf. Acesso em: 9 out. 2013.

Devem-se destacar também as iniciativas do centro de pesquisa do Online Computer Library Center (OCLC Research), que promoveu diversos eventos, como 'Beyond the Silos of the LAMs', em 2009, e 'Yours, Mine, Ours: Leadership Through Collaboration', em 2010, contando inclusive com a colaboração da American Association of Museums (AAM, atual American Alliance of Museums), American Library Association (ALA) e Society of American Archivists (SAA).

Na América Latina, essa tendência provocou, entre outras ações, o surgimento do Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos (EBAM), que ocorreu pela primeira vez em 2009 e teve sua quinta edição em São Luís, Maranhão, em outubro de 2013. A Argentina, particularmente, mostra-se preocupada com essa questão, tendo sediado, em 2010, o I Congreso Nacional de Archivos, Bibliotecas y Museos. No México, o tema também foi discutido no II Coloquio de Investigación Bibliotecológica y de la Información ocorrido em outubro de 2013.

No Brasil, a sensibilidade para essa questão concretizou-se em 2002, quando ocorreu o I Integrar – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, em São Paulo. A ideia original era de que o evento deveria acontecer a cada quatro anos. De fato, em 2006 aconteceu a segunda edição, mas a terceira, que deveria ser realizada em 2010, ainda não se efetivou. Contudo, em 2011, Salvador sediou o Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à Luz da Era Pós-Custodial: um Diálogo Brasil–Portugal, e, em 2012, realizou-se a mesa-redonda Aproximações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: ideias e Propostas, no Encontro Nacional de Ensino em Ciência da Informação (ENECIN).

Em novembro de 2012 foi criada a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), com o objetivo de integrar os vários profissionais que atuam no setor da informação, aí incluídos arquivistas, bibliotecários, museólogos, e também profissionais das áreas de tecnologia, educação, cultura e gestão da informação. Em setembro de 2013, essa identidade deu início aos debates com a série 'Em Pauta', em que se discutiu o tema Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: Convergências.

Tal efervescência no cenário brasileiro vem acompanhada da crescente valorização da atuação dos profissionais arquivistas, bibliotecários e museólogos.

Os primeiros têm hoje um desafio profissional gigantesco após a aprovação da lei 15 527, em 2011, a chamada Lei do Acesso à Informação, que prevê a necessidade, por parte de todos os órgãos públicos, de transparência e atendimento às demandas e necessidades de informação dos cidadãos.

Já os bibliotecários, além da expansão de seu campo de atuação com o aumento do ensino superior (demandando mais bibliotecas universitárias), viram ser aprovada em 2010 a lei 12 244 ou Lei das Bibliotecas Escolares, que prevê que até 2020 todas as escolas do Brasil deverão ter bibliotecas.

No campo da museologia, o decreto 5 264, de 2004, criou o Sistema Brasileiro de Museus. Pouco depois, a lei 11 906, aprovada em 2009, sancionou a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), instituto responsável pela política nacional de museus. Tais fatores permitiram a construção do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM 2010/2020), realizado com intensa participação de museólogos.

Esse amplo conjunto de fatos encontra um paralelo no cenário formativo. Em anos recentes, interessantes experiências de diálogo entre as áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia vêm ocorrendo na Universidade de Brasília, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nestas instituições, cursos de graduação nas três áreas têm sido ofertados por faculdades, escolas ou departamentos de ciência da informação, com alguma perspectiva de aproximação (que varia de instituição para instituição). Mais do que uma nova formação institucional para cada uma das áreas envolvidas, tal arranjo tem se mostrado como uma oportunidade muito rica de incremento conceitual e avanço teórico para elas, na medida em que as diversas iniciativas de aproximação têm demandado maior clareza sobre o que são, quais suas especificidades, seus pontos comuns, os temas e conceitos que as perpassam e, dentro destes, quais aqueles que podem potencializar o campo de atuação e reflexão de cada uma delas.

É esta nova realidade dos cursos de graduação que está na origem do presente livro. Na verdade, em um fato bem delimitado: a criação dos cursos de graduação em arquivologia e em museologia na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG). Nesta escola, onde já existia um curso de biblioteconomia, foi formulado um projeto pedagógico que previa a construção de um núcleo comum de disciplinas entre os três cursos, de forma a se proporcionar uma aproximação entre eles e deles com a ciência da informação. Este fato concreto colocou, desde então, a seguinte questão: seria possível, para além da integração institucional (o compartilhamento de uma mesma estrutura administrativa e física) e do oferecimento de disciplinas comuns, uma efetiva colaboração epistemológica entre esses três cursos? Tal colaboração seria, em última instância, interessante e desejável?

A aparente delimitação da questão traduziu-se, então, numa problemática complexa desdobrada em vários níveis. Afinal, a própria definição dos termos em jogo constitui em si um problema. O que vêm a ser, de fato, ciência da informação, arquivologia, biblioteconomia e museologia? São, todas elas, ciências? Têm a mesma natureza? Os fatos mais imediatos mostram que, em diferentes contextos espaço-temporais, variam as concepções do que sejam essas áreas. Elas possuem desenvolvimentos históricos e configurações institucionais muito distintas. Enfim, buscar responder à pergunta formulada logo acima mostrou desde cedo a necessidade de se empreender um trabalho de investigação epistemológica, que tomou corpo inicialmente com a realização de uma investigação de pós-doutoramento nos anos de 2010 e 2011 e, posteriormente, com o desenvolvimento de uma nova pesquisa entre os anos de 2011 e 2013.

Objetivos e estrutura do livro

Este livro está estruturado em três eixos. O primeiro consiste em uma leitura histórica da evolução da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como campos de conhecimento. Tal leitura foi aqui realizada a partir de dois procedimentos. O primeiro foi o

desenho do percurso histórico das três áreas enfatizando intencionalmente seus pontos comuns. Uma leitura diacrônica de sua evolução permite identificar que existem muito mais temas e questões partilhadas do que se imagina. O segundo foi a escolha de uma perspectiva dialética, por meio da qual essa história foi estruturada a partir de dinâmicas de consolidação e de superação.

As práticas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas são milenares, mas a origem das áreas como campos de conhecimento sistematizado se localiza no período do Renascimento, com a publicação dos primeiros tratados e manuais enfatizando a importância da conservação e preservação dos acervos. Nos séculos seguintes, com a transição para a modernidade, o conhecimento destas áreas passou a enfatizar as rotinas institucionais dos arquivos, bibliotecas e museus. O processo de consolidação disciplinar de cada uma das áreas se deu no século XIX. Na esteira do positivismo, foram privilegiadas as técnicas de tratamento (descrição, inventário, classificação, conservação, exposição) dos acervos custodiados nas instituições.

Ao longo deste processo, essas três áreas acabaram se tornando as ciências dos acervos, das instituições que os custodiam e das técnicas de seu processamento. Tal configuração fortaleceu a separação entre elas como campos disciplinares, separação essa acirrada pela atuação das associações profissionais nascidas entre o final do século XIX e o início do século XX.

No século XX, diversas teorias foram formuladas buscando incorporar outras dimensões de análise, sobretudo explorando as relações entre arquivos, bibliotecas e museus, e os contextos em que eles se inserem. Tais teorias inscreveram-se em distintas tradições de pensamento, tais como o empirismo (no desenho de perspectivas funcionalistas), a dialética (com a perspectiva crítica), a fenomenologia e o construtivismo (privilegiando as apropriações feitas pelos sujeitos) e a hermenêutica (com o estudo dos processos de representação). As tendências contemporâneas, em cada uma das três áreas, têm utilizados modelos globais, sistêmicos, para a análise das dimensões interativas entre as instituições (seus acervos e suas práticas) e as relações sociais, econômicas, culturais, políticas, administrativas e outras que constituem a realidade humana.

O movimento realizado pelas três áreas, apresentado acima, evidencia a maneira como elas articularam estratégias de concretude e abstração. Num primeiro momento, a existência dos arquivos, bibliotecas e museus (e, consequentemente, da reflexão sobre eles) não se distinguia das demais práticas humanas. Foi para se constituírem como campos autônomos de prática profissional e, depois, de conhecimento científico, que a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia se detiveram, primeiramente, sobre os elementos mais concretos que as caracterizavam (os acervos, as instituições e os instrumentos de tratamento técnico dos acervos). Em um segundo momento, novos elementos foram sendo incorporados ao escopo de problematizações. Contemporaneamente, as três áreas voltam a pensar nos arquivos, bibliotecas e museus como integrados às demais práticas humanas, à dinâmica mais ampla da vida social e cultural. Contudo, realizam tal movimento já com uma identidade bem consolidada, com um estatuto científico definido, com um olhar próprio que lhes permite encontrar, na dinâmica das diversas ações e interações humanas, aqueles elementos que configuram fenômenos arquivísticos, fenômenos biblioteconômicos e fenômenos museológicos. Aí se encontra a abstração que representa a maturidade científica dos três campos.

O segundo eixo do livro relaciona-se com a ciência da informação. Optou-se por analisá-la separadamente, primeiro por ser uma área muito mais recente, e, segundo, por não se constituir, ao menos no Brasil, como curso de graduação e campo profissional, ao contrário das outras três.

A história da ciência da informação, aqui tratada também numa perspectiva dialética, permite ver que um conjunto de fatores convergiu para sua consolidação na década de 1960: o surgimento da bibliografia e sua continuidade com a documentação, num movimento em prol de uma ação pós-custodial; a separação promovida pelos bibliotecários especializados em direção a uma associação própria, embrião da primeira entidade de ciência da informação do mundo; as práticas dos primeiros 'cientistas da informação' que depois se uniram em eventos e associações; o incremento das tecnologias de tratamento e recuperação de documentos, do microfil-

me ao computador; e o conceito científico de informação trazido pela teoria matemática da comunicação. Assim, a ciência da informação consolidou-se, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na então União Soviética, como uma ciência centrada no fluxo, no transporte eficaz de documentos, na otimização dos processos de recuperação e promoção de acesso.

Mas a ciência da informação também viveu um processo de ampliação de problemáticas nas décadas seguintes, basicamente a partir de três processos. O primeiro foi sua institucionalização em outros contextos, conformando um vasto conjunto de propostas desenvolvidas em diferentes partes do mundo, tais como as *sciences de l'information et de la communication* na França, as *ciencias de la documentación* na Espanha e os *information studies* canadenses. O segundo se relaciona com os movimentos de sua caracterização como ciência social, interdisciplinar e pós-moderna. O terceiro foi o desenvolvimento de diferentes subáreas de pesquisa, tais como os estudos em informação científica e tecnológica, os estudos em representação e recuperação da informação, os estudos de usuários, a gestão do conhecimento nas organizações, a economia política da informação e os estudos métricos da informação.

Na evolução da ciência da informação, surgiram e se desenvolveram três grandes conceitos de informação. O primeiro é um conceito fisicista, em que a informação é tomada como algo objetivo, dotado de propriedades que poderiam ser identificadas e medidas. O segundo é um conceito cognitivista, em que a informação é entendida como algo subjetivo, produto da interação entre os dados (dimensão física) e a mente dos sujeitos, sendo a medida da alteração do estado de conhecimento. O terceiro é um conceito pragmatista, em que a informação é entendida como algo essencialmente intersubjetivo, em que algo só pode ser identificado como informação a partir de um determinado arranjo de elementos (um regime informacional) e por meio de ações específicas de *in-formar* (gerar registros de conhecimento) e *se in-formar* (utilizar esses registros). Aí se constitui a especificidade da ciência da informação: não o estudo de um novo objeto empírico, mas a análise dos mesmos fenômenos já estudados por outras ciências, a partir de um ponto de vista diferente, a partir de um olhar informacional.

O terceiro eixo deste livro é a defesa de um argumento. O ponto de partida da ideia proposta reside, como já apresentado, na criação de modelos formativos de cursos de graduação em arquivologia, em biblioteconomia e em museologia, no Brasil, em departamentos, escolas ou faculdades de ciência da informação. Mas também se relaciona com as diversas iniciativas recentes de cooperação entre essas áreas, mencionadas no início desta introdução, num claro sinal de que os desafios colocados pela preservação e pelo acesso, nos tempos atuais, transcendem as fronteiras da atuação isolada de arquivistas, bibliotecários e museólogos, convocando-os a necessariamente atuar em parceria.

A proposta defendida neste livro é a de que o desenho das perspectivas contemporâneas em arquivologia, em biblioteconomia e em museologia se aproxima bastante das tendências recentes na ciência da informação. Essa aproximação não significa, como algumas vezes é entendido, uma redução das três áreas à ciência da informação, com o apagamento de suas especificidades. Ela pode significar, isso sim, que as teorias, conceitos e instrumentos de cada uma das três áreas pode incrementar o referencial das demais, e que esse processo pode ser potencializado a partir de um olhar informacional, que possibilitaria a construção de uma zona de produção de conhecimento científico marcada pela cooperação entre as três áreas. Sobretudo, defende-se aqui que, mais do que possível, é necessário propor e debater a aproximação dos campos da arquivologia, da biblioteconomia, da museologia e da ciência da informação.

Capítulo 1

Arquivologia, biblioteconomia e museologia: traços históricos e teóricos comuns

1. A consolidação de um modelo

Refletir sobre os campos de conhecimento da arquivologia, biblioteconomia e museologia conduz às primeiras atividades culturais humanas, entendendo-se aqui cultura como a ação simbólica, humana, de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas ações em qualquer tipo de suporte físico. Com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início dos processos de sedentarização das coletividades, há mais de cinco milênios, surgem as primeiras manifestações de espaços voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais.[165]

Autores que tratam da história dos arquivos, bibliotecas e museus frequentemente listam algumas instituições que se tornaram referência (como os arquivos de Ebla, a Biblioteca de Alexandria, o *Mouseion* alexandrino), embora distinções muito rígidas do que seria arquivo, biblioteca ou museu se revelem infrutíferas.[325]

No Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e consolidaram-se numerosos arquivos, bibliotecas e museus, relacionados com os mais diversos fins: religiosos, políticos, econômicos, artísticos, jurídicos, entre outros.[57, 80, 93]

A existência destas instituições levou à criação de uma série de procedimentos e métodos, surgidos diretamente da necessidade

de se lidar com seus acervos. Tais procedimentos possuíam caráter eminentemente prático (a resolução de problemas concretos relativos à manutenção e atividade destas instituições), portanto muito próximos do senso comum, embora a experiência acumulada das técnicas utilizadas ao longo do tempo tenha sido utilizada, séculos depois, como a base das futuras disciplinas científicas.[80, 134, 274]

Contudo, é com o Renascimento, a partir do século XV, que aparecem os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico próprio das três áreas, com a publi-cação dos primeiros tratados relativos a estas instituições. Nesta época, renasce o interesse pela produção humana, pelas obras artísticas, filosóficas e científicas, tanto as da Antiguidade greco-romana como aquelas que se desenvolviam no próprio momento. Salientou-se assim o interesse pelo culto das obras, pela sua guarda, sua preservação.[206, 277]

Proliferaram, entre os séculos XVI e XVII, tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características.

A produção simbólica humana, compreendida como um 'tesouro' que precisaria ser devidamente preservado, tornou-se objeto de uma visão patrimonialista: o conjunto da produção intelectual e estética humana, a ser guardado e repassado para as gerações futuras.[284] Exemplos desta produção são:

- *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi*, de Samuel Quiccheberg, publicada em 1565, tida como o "ponto de partida da reflexão museológica" (p. 132).[96]
- *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé, publicada em 1627, que marca a "transição da biblioteconomia empírica para a moderna prática bibliotecária" (p. 11).[132]
- *De re diplomatica*, de Dom Jean Mabbilon, publicada em 1681, que contém "os primeiros elementos da doutrina arquivística" (p. 31).[133]

- E ainda *Museographia*, de Gaspar Neickel, de 1727, com conselhos e normas sobre a exposição dos objetos em museus, a maneira de conservá-los e seu estudo.[11, 167]

Contudo, o foco do interesse fixou-se no conteúdo dos acervos, constituindo arquivos, bibliotecas e museus apenas instituições a serviço dos campos de estudo da literatura, das artes, da história e das ciências. Não se constroem, neste momento, conhecimentos arquivísticos, biblioteconômicos ou museológicos consistentes (para além de algumas regras operativas muito próximas do senso comum), mas apenas conhecimentos artísticos, literários, filosóficos ou históricos sobre os conteúdos guardados nestas instituições.

O passo seguinte na evolução destas áreas do conhecimento se deu com a revolução francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcam a transição do antigo regime para a modernidade. Operou-se uma profunda transformação em todas as dimensões da vida humana (na política, na economia, no direito) e, dessa forma, também os arquivos, as bibliotecas e os museus foram drasticamente transformados.

Surgiram os conceitos modernos de arquivo nacional, biblioteca nacional e museu nacional, que têm no caráter público (no sentido de 'nacional', relativo ao coletivo dos nascentes Estados modernos) sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos, o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes, voltados essencialmente para regras de administração das rotinas destas instituições e, seguindo a tradição anterior, para conhecimentos gerais em humanidades (ou seja, os assuntos dos acervos guardados).

Marcos desse processo foram a fundação, em 1800, nos Estados Unidos, da Library of Congress;[132] em 1790, na França, a criação dos Archives Nationales, o primeiro arquivo nacional do mundo,[329] vindo, logo a seguir, "a constituição de depósitos centrais de arquivos em vários lugares da Europa";[133] a criação, em 1793, do Musée

du Louvre, que se torna referência obrigatória para a criação dos museus nacionais europeus.[167]

O desenvolvimento das humanidades e do projeto iluminista realçou a importância das obras humanas, da filosofia, da literatura, da história. Arquivos, bibliotecas e museus passam a ser os espaços que continham os materiais que interessavam a esses ramos do conhecimento e, assim, atraíram bibliófilos, literatos, historiadores e críticos de arte para as funções de arquivistas, bibliotecários e museólogos. Estas áreas converteram-se então em conhecimentos auxiliares, instrumentais, para a produção de conhecimentos num outro campo que não o seu próprio. Trata-se da vertente de disciplina 'auxiliar' que marcou certa estagnação na produção de conhecimentos sobre os arquivos, as bibliotecas e os museus.

Por fim, nos séculos XVIII e XIX, ocorreu a consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade. Como consequência, também o campo das humanidades viu-se convocado a se constituir como ciência, tendo, neste momento, as ciências naturais (exatas e biológicas) como modelo. Este movimento das disciplinas humanas e sociais de se constituírem como ciência nos moldes das ciências da natureza, presente em praticamente todas as áreas (sociologia, psicologia, antropologia, entre outras), ficou conhecido como positivismo. Arquivologia, biblioteconomia e museologia seguiram o mesmo modelo, com o surgimento de diversos manuais no século XIX.

O modelo de ciência então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expandiu para as ciências sociais e humanas por meio do positivismo. Esse foi o modelo que inspirou as pioneiras conformações científicas das três áreas, que privilegiaram os procedimentos técnicos de intervenção: as estratégias de inventariação, catalogação, descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais de arquivos, bibliotecas e museus. Aquilo que antes era uma parte do processo (operações técnicas para possibilitar o uso das coleções) se tornou o núcleo, o essen-

cial, em alguns casos a quase totalidade do conteúdo dos nascentes campos disciplinares. Arquivologia, biblioteconomia e museologia tornaram-se as ciências (positivas) voltadas para o desenvolvimento das técnicas de tratamento dos acervos que custodiam.

O movimento de consolidação positivista destas áreas de conhecimento promoveu, de uma só vez, sua libertação de outras áreas das quais eram apenas campos auxiliares (como as artes, a história, a literatura) e a sua autonomização científica, sendo por meio desta que se operou a separação efetiva entre as três áreas, cada uma com seu conjunto próprio de técnicas. Deu-se neste momento o surgimento formal das disciplinas arquivologia e biblioteconomia expresso, respectivamente, nas obras:

- *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*, publicada em 1898, de autoria de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin (conhecida como 'Manual dos holandeses') e
- *A classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library*, de Melvil Dewey, publicada em 1876 (conhecida como 'Classificação de Dewey').

No caso da museologia, destacam-se, entre outras, as obras:

- *Aufbau der niederländischen Kunstgeschichte und Museologie,*[96]obra pioneira de Georg Rathgeber, de 1839, e
- *Praxis der Naturgeschichte*, de Phillip Leopold Martin, publicada em 1869.[168]

Mais do que oposições, os três movimentos acima destacados se somam. A perspectiva patrimonialista volta-se para os 'tesouros' que devem ser custodiados, ressaltando a importância da produção simbólica humana. Ainda que preservado em parte o sincretismo verificado nos séculos anteriores, há já alguma distinção entre arquivos, bibliotecas e museus. A entrada na modernidade provocou uma ênfase nas especificidades destas instituições, que devem ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. E a fundamentação positivista prioriza as técnicas particulares de cada instituição a serem utilizadas para o correto tratamento do material custodiado.

As três áreas se tornaram ciências voltadas para os acervos, as instituições e os procedimentos técnicos de tratamento destes acervos nestas instituições. Tal perspectiva representa um modelo fechado em si mesmo: para garantir sua autonomia como disciplina científica, elas praticamente expulsaram de seu escopo de preocupações as questões mais gerais sobre a origem social e histórica dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, de seus acervos, sua função social, seus possíveis usos, concentrando-se prioritariamente em procedimentos técnicos: de preservação dos acervos, de descrição, arranjo e classificação deles, e das regras para gerir as instituições. A dimensão propriamente reflexiva foi colocada fora dos campos — daí ser comum se referir, nesse período, à arquivologia como uma 'ciência auxiliar' (da história, depois da administração); raciocínio semelhante se deu com a biblioteconomia e na museologia — reflexões sobre ela eram realizadas na literatura, na pedagogia, nas artes, na história e na antropologia.

Uma representação visual deste modelo é apresentada a seguir. Pode-se perceber, nesse modelo, que os campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia mostram-se focados em três questões: a instituição (arquivo, biblioteca ou museu), representada pelo cubo; os acervos/coleções, representados pela esfera; e as regras de tratamento destes acervos, representadas pela seta.
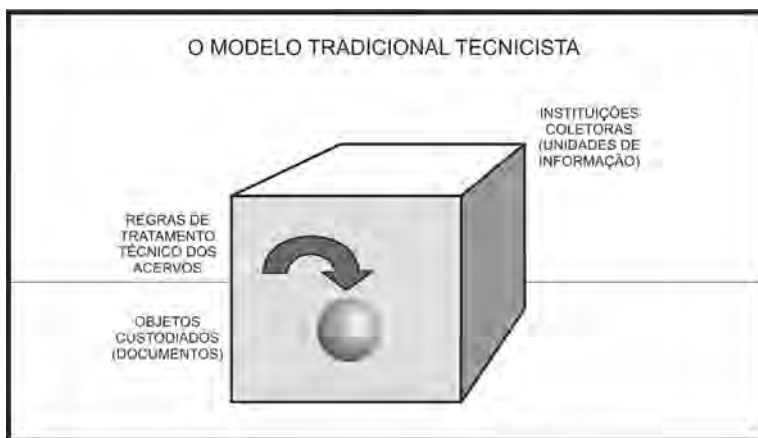
Figura 1. Representação visual do modelo tradicional tecnicista

A consolidação deste modelo gerou duas consequências importantes. A primeira, a priorização da concretude: a arquivologia como ciência do arquivo; a biblioteconomia como ciência da biblioteca; a museologia como ciência do museu. Ou, então, a arquivologia como a ciência das técnicas arquivísticas (o princípio de proveniência, as tabelas de temporalidade, as regras de verificação de autenticidade dos documentos); a biblioteconomia como a ciência das técnicas biblioteconômicas (os sistemas de classificação bibliográfica, as regras de catalogação); a museologia como a ciência das técnicas museológicas (regras de conservação, de inventariação, de expografia).

A segunda é a separação rígida entre essas três áreas, na medida em que, a cada uma, caberia um tipo de instituição e um conjunto determinado de regras e procedimentos. Tal fato se complementou com as ações, cada vez mais incisivas, nas primeiras décadas do século XX, das associações profissionais em prol do estabelecimento das distinções entre os profissionais de arquivo, de biblioteca e de museu. Profissionais diferentes, em instituições diferentes, utilizando técnicas diferentes para o tratamento dos acervos — tal é a resultante da soma das ações ocorridas no plano teórico (com o modelo custodial) e prático (com o fortalecimento das instituições, dos movimentos profissionais e associativos, e o início dos primeiros cursos universitários).

Ao longo do século XX, contudo, o desenvolvimento de reflexões e teorias nas três áreas não conduziu ao fortalecimento do modelo dominante. Ao contrário, a vasta produção científica que se seguiu identificou, com muita frequência, os vários limites desse modelo, ressaltando diversos aspectos que, pouco a pouco, foram conduzindo à necessidade de sua superação. Além disso, novos fatores e elementos surgidos neste século (como a crescente importância da informação e do conhecimento nos setores produtivos da sociedade, o desenvolvimento das tecnologias digitais, o incremento das práticas interdisciplinares no ambiente científico e a crescente importância da especificidade das ciências sociais e humanas) também exerceram importante papel na mudança do cenário de atuação de arquivos, bibliotecas e museus, conduzindo a iniciativas

práticas que também evidenciavam mudanças no modelo dominante. Em meio a tudo isso, surgiu, em meados do século XX, a ciência da informação, com uma proposta de cientificidade capaz de acolher e potencializar os diferentes aspectos ressaltados pela produção teórica da arquivologia, biblioteconomia e museologia, como se pretende demonstrar a seguir.

2. A superação do modelo

Desde os finais do século XIX, têm sido produzidas diversas reflexões e pesquisas sobre os arquivos, as bibliotecas e os museus. Tal produção se caracteriza sobretudo pela diversidade. Muitos trabalhos são oriundos de diferentes disciplinas científicas, outros produto da atividade cooperativa no âmbito das associações profissionais, outros ainda fruto das atividades formativas no escopo de cursos das áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia. Alguns representam verdadeiros tratados consolidados sobre questões gerais ou específicas do campo, outros pequenos ensaios ou críticas, e outros mais reflexões sobre aplicações práticas e exemplos concretos. Contemplar toda essa distinta produção seria uma tarefa que não cabe nos limites deste livro. Nosso objetivo aqui é mais focado: trata-se de perceber, em trabalhos variados produzidos no campo, alguns elementos que apontam tanto para a superação do modelo patrimonialista quanto para os limites da separação total entre os campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia.

A partir de tal objetivo, as diversas contribuições analisadas aqui foram separadas em quatro grandes grupos. Elas não representam propriamente escolas ou correntes, no sentido de se constituírem como uma unidade programática ou compartilharem de uma unidade teórica. São, ao contrário, vertentes muitas vezes distintas, de contextos vários, produzidas a partir de uma pluralidade de referenciais mas que, em um ou outro aspecto, apresentam críticas ao modelo então hegemônico.

Dessa forma, no presente tópico são apresentados quatro 'momentos' da produção teórica em arquivologia, biblioteconomia e museologia. No primeiro deles, são apresentados estudos sobre

as relações entre os arquivos, bibliotecas e museus e a sociedade, essencialmente sob inspiração funcionalista. No segundo, estudos também voltados para as relações entre essas instituições e o contexto social mais amplo, mas a partir de uma perspectiva crítica. No terceiro, os estudos que buscaram analisar tais instituições na óptica dos indivíduos que as utilizam ou que com elas se relacionam: os usuários ou visitantes. No quarto, aquele conjunto de reflexões que se voltaram para os distintos processos de representação empreendidos por estas instituições. Após a discussão destes quatro momentos, são apresentadas, em um quinto momento, as abordagens mais recentes, organizadas a partir de ideias distintas como a de mediação, de integração sistêmica, de fluxo, do imaterial.

Assim, o que une os diferentes autores e escolas apresentados a seguir, organizados em tópicos, é o tipo de questão que eles desenvolvem e que se relaciona com a crítica ao modelo patrimonialista. Trata-se de um recorte bem particular destes estudos, promovido por um critério a partir do qual se deu a sua inclusão neste capítulo. Em outro contexto, e talvez a partir de outros critérios, poderia se pensar em outros agrupamentos desta produção teórica, mas nosso objetivo não foi este, o de apresentar um panorama completo da evolução destas áreas, nem de determinar correntes que, efetivamente, compartilhassem de uma mesma maneira de explicar um determinado fenômeno.

Ainda que, nesse sentido, as mesmas teorias e autores analisados pudessem ser agrupados de forma diferente, para os fins aqui propostos, pareceu ser este um desenho possível na medida em que aponta para elementos que estão além da especificidade estrita da realidade arquivística, biblioteconômica ou museológica. Afinal, frequentemente, as funções das instituições arquivo, biblioteca ou museu se identificam ou se encontram. Ou, então, a natureza ideológica de sua existência ou dos enquadramentos que promovem. A experiência dos usuários com estas distintas realidades também muitas vezes se encontra misturada, bem como as diversas dimensões semânticas ou cognitivas dos instrumentos de inventariação, descrição ou classificação. Os estudos apresentados neste capítulo, ao analisar e confrontar os diferentes aspectos das realidades

estudadas, realizam uma crítica dos campos de saber encerrados sobre o acervo, as regras para tratá-lo e os aspectos burocráticos da realidade institucional em direção a algo mais amplo, que, como se verá no capítulo seguinte, pode ser compreendido também a partir do conceito de informação.

Um último aspecto a se destacar é o fato de que as teorias apresentadas neste tópico representam um progressivo aumento da capacidade de abstração das reflexões produzidas e também do escopo e da intensidade dos problemas com os quais a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia passaram a lidar. Com isso, agregou-se uma maior complexidade aos problemas identificados e estudados, o que resultou nas abordagens contemporâneas, apresentadas no tópico seguinte.

2.1 A perspectiva funcionalista

Já no final do século XIX, ensaios, manifestos e iniciativas vinham reivindicando mudanças nos arquivos, bibliotecas e museus, por meio de expressões como 'arquivo efetivamente útil', 'biblioteca viva', 'museu dinâmico', entre outras. Criticava-se o fato de estas instituições estarem voltadas apenas para seus acervos e suas técnicas, sugerindo que elas se 'mexessem', buscassem atuar ativamente nos contextos sociais em que se inseriam. E, ao propor isso, provocaram também mudanças consideráveis nas formulações teóricas.

O ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, é um dos motes dessa abordagem. De outro lado, o discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade, dos investimentos feitos, também convoca a que se pense sobre as funções dos arquivos, bibliotecas e museus. É nesse contexto que se desenvolvem as primeiras teorias no campo, no início do século XX, que encontram na perspectiva funcionalista um modelo teórico para a colocação e o desenvolvimento das problemáticas do momento.

O funcionalismo é uma corrente teórica surgida no final do século XIX e que teve um gigantesco impacto em todas as ciências humanas e sociais, chegando aos dias atuais como a perspec-

tiva teórica hegemônica em várias delas. Sua inspiração básica é o modelo de organismo vivo: cada parte, cada órgão, compondo sistemas (conjuntos de órgãos) que desempenham determinadas funções para a manutenção do equilíbrio do todo. Com base nesse raciocínio, diversas disciplinas científicas desenvolveram modelos de compreensão buscando identificar 'todos orgânicos' (uma sociedade, uma cidade, uma empresa, uma escola), suas partes constitutivas (setores, departamentos, grupos, classes), bem como determinar as funções desempenhadas por cada uma das partes (bem como detectar possíveis disfunções).

Esse modelo teórico surgiu nas ciências 'matrizes' do campo das ciências humana s e sociais. Na sociologia, sua presença se deu desde o nascimento da disciplina, com Émile Durkheim inaugurando toda uma perspectiva de estudos funcionalistas sobre as sociedades e as relações sociais, na Europa, e com Paul Lazarsfeld, Robert K. Merton e Talcott Parsons dando continuidade à sua perspectiva de pesquisa nos Estados Unidos.

Na psicologia, os trabalhos de pioneiros como John B. Watson e Ivan Pavlov, buscando uma fundamentação propriamente científica para a área, levaram à consolidação do behaviorismo (ou comportamentalismo) como abordagem de pesquisa. Na antropologia, Bronislaw Malinowski, Alfred Radcliffe-Brown e Marcel Mauss, entre outros, também a partir de uma perspectiva funcionalista, buscaram preparar os fundamentos científicos da disciplina. E não apenas nas disciplinas 'matrizes' das ciências humanas e sociais se verificou a presença de teorias funcionalistas; gradualmente, essa presença foi se espalhando para as demais ciências, de natureza mais 'aplicada', como a economia, a administração, a pedagogia e muitas outras.

O mesmo se deu no âmbito das disciplinas científicas voltadas para os documentos e para as instituições de guarda e disseminação dos registros do conhecimento humano, ou seja, a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia. No caso destas três disciplinas, o aporte de uma perspectiva funcionalista foi fundamental, tanto para sua consolidação como disciplinas científicas como, também, para uma ampliação do escopo de pesquisa para além do trinômio

documentos–instituição–tratamento, quer dizer, para além das questões internas das instituições arquivo, biblioteca, museu, e seus princípios de funcionamento. A perspectiva funcionalista alterou substancialmente a produção de conhecimentos nas três áreas, na medida em que buscou analisar as relações destas instituições (e de seus acervos e os procedimentos técnicos para tratá-los) com as sociedades em que elas se inserem, trazendo uma perspectiva mais ampla e complexa aos campos de estudo.

2.1.1 Pensamento funcionalista na arquivologia

Sendo ao mesmo tempo um sintoma da afirmação disciplinar da arquivologia e um ensaio da redefinição de suas relações com a história e a administração, foi publicado, em 1922, *A manual of archive administration*, de Hilary Jenkinson. O autor buscou enfatizar a administração dos arquivos, argumentando que o profissional não deve ser um historiador. Para ele, o mais importante não é possuir o conhecimento em história (ou na área com a qual lida o arquivo, por exemplo, metalurgia), mas sim entender de arquivo, dos aspectos relacionados ao arquivo (edificação, custódia, etc.), do ponto de vista da arquivologia.

Jenkinson propõe uma espécie de 'libertação' da subserviência, por parte do arquivista, a outros campos do saber, em prol de um conhecimento próprio sobre os arquivos. Argumenta Jenkinson que os arquivos se formam porque têm duas qualidades importantes, a imparcialidade e a autenticidade, as quais levam ao conhecimento da verdade: a verdade arquivística, não a verdade histórica ou de qualquer outra área, que seriam já consequência da investigação e do uso destes arquivos por parte dos profissionais de outras áreas. Tal ponto de vista começou a trazer a questão da eficácia para o universo dos arquivos: tanto a eficácia na gestão dos arquivos como instituições (dotadas de recursos, procedimentos, etc.) como da adequação de sua função para a sociedade à qual os arquivos atendem.

Poucos anos depois, em 1928, Eugenio Casanova publicou *Archivistica*. Já se manifesta nele uma preocupação sistêmica, pois

ele não separa o arquivo administrativo do arquivo histórico (dado que o segundo deriva do primeiro) e no mesmo conceito integra tanto os arquivos públicos como os privados. De acordo com ele, a arquivologia é composta por três partes: uma relativa à administração geral dos arquivos enquanto instituições (chamada *archiveconomia*, termo tomado aos alemães); outra relativa à organização interna dos documentos; e outra relativa à sua natureza jurídica e seus serviços.

Um dos tópicos mais importantes diz respeito às funções dos arquivos, e Casanova aponta que, além de recolher os documentos representativos da atividade de entidades e organismos, garantindo sua segurança e preservação, também constitui sua função fazer isso com um menor esforço, poupando trabalho, e utilizando com o máximo de economia as instalações, o pessoal, o tempo e administrando os custos. E tudo isso porque, na visão do autor, os arquivos não deveriam ser criados por um capricho, mas sim para responderem a uma efetiva necessidade das sociedades.

Mas é no período entreguerras que um outro tipo de preocupação aparece para o campo da arquivologia: trata-se da questão da avaliação de documentos, que emerge em consequência tanto do aumento da produção de documentos como do imperativo da eficácia no âmbito das organizações. Até então, havia diferentes posições em relação ao assunto. Na Inglaterra, adotava-se como postura a ideia de que, na destruição de documentos, não deveria haver qualquer intervenção, por parte dos profissionais de arquivo, pois isso não faria parte das suas atribuições. Tal posição, sustentada por Jenkinson e adotada pela arquivologia inglesa, propunha como solução deixar a tarefa de eliminação a cargo das próprias administrações.

Na Alemanha, a questão da eliminação sempre foi valorizada, a ponto de Karl Otto Müller, em 1926, considerar o problema da avaliação como a questão crucial em matéria de arquivos.[326] A consequência direta disso foi a necessidade de se negar às administrações o direito de serem únicos juízes em matéria de seleção documental, trazendo para o escopo da arquivologia parte da responsabilidade pela decisão na avaliação. Os princípios defendidos pelos arquivis-

tas alemães foram consubstanciados em três regras básicas para a avaliação, ratificadas no encontro anual de arquivistas alemães, em 1937, na cidade de Gotha.[326] Essas regras estabeleciam como parâmetros essenciais da avaliação a idade, o conteúdo e a posição hierárquica da entidade produtora, no âmbito da administração.

Uma terceira visão, inspirada na proposta alemã, começou a ser posta em prática na então República Democrática Alemã e outros países socialistas, como a União Soviética e a Bulgária, a partir de uma concepção marxista-leninista do valor dos documentos, isto é, estes eram avaliados de acordo com a importância que tinham para a sociedade socialista, no seu objetivo histórico de levar a cabo a missão histórica da classe operária.

Uma quarta visão se desenvolveu nos Estados Unidos. Até o início da década de 1940, predominava nesse país a ideia inglesa de deixar por conta das administrações o papel decisório sobre a avaliação de documentos. Dois autores, contudo (Philip Brooks, em 1940, e Theodore R. Schellenberg, em 1956) vieram a desenvolver uma teorização própria sobre o valor dos documentos. Brooks chamou a atenção para três 'categorias de valor': a instituição de origem, o estudo da história administrativa da entidade produtora e a história em geral.

Mas é o trabalho de Schellenberg, que se tornou um marco na arquivologia, que se constituiu a principal referência para os arquivistas norte-americanos. Luís Carlos Lopes chega a propor que, com Schellenberg, constitui-se a segunda vertente da arquivologia: a tradição norte-americana, essencialmente pragmática, que concebe um arquivista voltado para todos os tipos de arquivos, em oposição à corrente 'tradicional', francesa, italiana e espanhola, focada nos arquivos históricos.[219] Também Paul Delsalle destaca a importância dessa corrente como uma nova teoria arquivística.[94]

Schellenberg considerou a existência de um valor primário (para a entidade produtora) e um valor secundário (para a investigação). Introduziu ainda a distinção entre valor evidencial e valor informativo como dois aspectos do valor secundário, o que significou, em certa medida, a incorporação dos critérios alemães para orientar a avaliação.[311]

As ideias norte-americanas sobre avaliação representam uma síntese das posições inglesa e alemã e procuram atingir um objetivo muito concreto: conservar um máximo de informação preservando um mínimo de documentos. Conforme Kolsrud, os Estados Unidos conseguiram a façanha de destruir 99% da documentação produzida em certos serviços administrativos governamentais, com um impacto imenso tanto na questão da eficácia do funcionamento destes órgãos como proporcionando uma grande redução de custos.[189] G. Philip Bauer (*apud* Pinkett[281]) chegou mesmo a defender que o valor dos documentos deveria ser ponderado em função dos custos de sua preservação, solução pragmática que veio a ser enfatizada em anos mais recentes. Formou-se assim o campo da *archival appraisal* (avaliação arquivística).

Outro conceito que se afirma no pós-guerra, e que também se insere na perspectiva funcionalista, é o de *record group*, que é uma adaptação norte-americana do princípio da proveniência tal como este era concebido na Europa. Tal conceito surgiu em 1941, no National Archives, em Washington, para possibilitar uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diferentes entidades. Como explica Pinkett, os documentos recebidos pelos arquivos norte-americanos, procedentes das administrações, tendiam a apresentar-se muito mais desorganizados do que os europeus, onde a tradição administrativa era mais propícia a possibilitar o respeito pela ordem original após as incorporações nos arquivos definitivos.[282]

A formalização deste conceito acabou por propiciar o surgimento do fenômeno da gestão de documentos arquivísticos (*records management*), bastante ligado ao contexto do crescente aumento da produção documental. A gestão documental visava à intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia. De acordo com Pinkett, essa visão norte-americana marca a preponderância das considerações pragmáticas sobre o arranjo de documentos.[282]

A gestão documental afirmou-se como uma nova área com

estreito vínculo com a administração, marcando uma ruptura com a arquivologia até então mais voltada para a documentação de interesse histórico. Passou a referir-se não só à produção e uso de documentos, mas, também, à avaliação e seleção destes. Essa nova área foi encarada pelo congresso norte-americano como fundamental para a administração, a ponto de, em 1947, ter sido criado um grupo para se dedicar ao problema da *records management*, com o objetivo de reduzir os custos da produção documental e melhorar a qualidade dos documentos. Em consequência dos trabalhos desse grupo, foi promulgado em 1949 um decreto que criou a General Service Administration, à qual ficou subordinado o arquivo nacional dos Estados Unidos, agora com a designação de National Archives and Records Service (NARS).

Uma iniciativa paralela, segundo Delsalle, deu-se, também nos Estados Unidos, a partir de 1914, por iniciativa de Irene Warren, da University of Chicago, que reuniu um grupo de interessados em classificação de documentos.[94] Em 1927 esse grupo formalizou uma associação em Chicago que, em 1954, tornou-se nacional: a American Records Management Association. No seio desta associação foi criado posteriormente o periódico *Records Management Quarterly.*

Salaün e Arsenault chegam mesmo a colocar o *records manager* como membro da mesma 'família' que o documentalista e o bibliotecário especializado, todos eles (guardadas suas particularidades) resultado de uma mudança ocorrida na primeira metade do século XX, da ênfase na coleção de livros e documentos para a questão dos usos e necessidades de informação.[302]

Dessa forma, foi valorizada uma nova dimensão dos arquivos, até então pouco considerada pelo modelo historicista vindo do modelo patrimonialista, pela abordagem norte-americana, por meio da teoria do valor dos documentos e da prática de gestão de documentos.

Destaca-se também o impacto da evolução tecnológica, principalmente a partir da segunda metade da década de 1940, em variados aspectos dos arquivos e das etapas da vida dos documentos. A esta evolução associou-se o fenômeno que ficou conhecido como

'explosão documental'. Os meios automáticos, que começaram a ser associados ao tratamento da informação, revolucionaram os processos até então usados e fizeram surgir novas abordagens dos documentos, sobretudo dirigidas aos conteúdos informativos, já que a informação havia ganhado estatuto de recurso indispensável da investigação e do desenvolvimento.

O fenômeno da explosão documental colocou para os arquivos um novo problema e, como consequência, a necessidade de medidas de caráter pragmático para as incorporações nos já saturados arquivos históricos, o que potencializou o problema da avaliação e das eliminações. Delsalle argumenta que, junto com a preocupação com novos tipos de documentos e novos princípios arquivísticos (a teoria das idades do documento de Schellenberg), as novas tecnologias compõem um quadro que revoluciona a arquivologia no período que vai de 1950 a 1980, desde o impacto do microfilme (que é pela primeira vez discutido teoricamente na *Gazette des Archives* de 1950) às repercussões da tecnologia digital no fazer arquivístico (p. 192).[94]

Uma vertente completamente diferente, mas que também representa uma manifestação do pensamento funcionalista, é a que vincula a atividade arquivística à ação cultural. Conforme Alberch i Fugueras e colaboradores, trata-se de uma parcela muito pequena do campo (que se desenvolveu em grande parte na tradição da pesquisa histórica e da gestão de documentos no âmbito administrativo) mas que, nem por isso, tem menor importância, na medida em que vem desempenhar uma outra função dos arquivos — uma função cultural e pedagógica — por meio da qual os arquivos se dinamizam.[4]

Segundo os mesmos autores, tal âmbito de atividades representa uma função, porque tem a força de situá-la em pé de igualdade com a clássica e irrenunciável função jurídico-administrativa dos arquivos, e é, ao mesmo tempo, estratégia de 'ação e dinamização', porque pressupõe vontade de atuação, de movimento, de manifestação de uma força, desejo de fazer chegar esses serviços e produtos ao grande público. Destacam ainda uma série de ações que podem ser levadas a termo pelos arquivos no desenvolvimento desta fun-

ção: arquivos itinerantes, congressos e colóquios, exposições, jogos e concursos, recreações, visitas guiadas, serviços de orientação, entre muitas outras.[4]

Conforme argumentam ainda Alberch i Fugueras e colaboradores, o objetivo primeiro dos arquivos, de organizar e conservar adequadamente os documentos, adquire toda a sua dimensão cidadã ao se assumir que eles colaboram para a aceitação dos valores de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento.[4]

Existe, pois, um papel dos arquivos no fomento e difusão dos valores assumidos pela sociedade como fundamentais. Esses valores se expressam numa sequência. O primeiro, a noção de patrimônio cultural de valor histórico, consiste num valor essencial e básico dos arquivos, sobre o qual se apoiam os outros valores. O segundo se relaciona com a função dos arquivos como elementos que garantiriam a possibilidade de promover e recuperar a memória coletiva, a partir da ideia de que é preciso construir o futuro sobre as sólidas bases de um conhecimento amplo e crítico do passado. O terceiro valor, de que os arquivos são importantes protagonistas para os processos de recuperação e fortalecimento das identidades (locais ou nacionais), relacionado com a necessidade dos indivíduos de conhecerem suas origens pessoais ou da sociedade a que pertencem. Por fim, os arquivos são também conhecimento, na medida em que guardam um imenso capital informativo, a cujo acesso podem favorecer mediante uma série de serviços. Conforme argumentam os mesmos autores, pois, tais valores expressam a capacidade de os arquivos se converterem em agentes dinamizadores da cultura. Contudo, a função cultural como tarefa substancial dos arquivos não é assumida de forma unânime dentro do campo, pois alguns não a defendem, alegando não haver recursos para isso, outros porque entendem que os arquivos não devem realizar atividades de tipo cultural. Existiram, portanto, razões práticas e teóricas para a ausência dessa função cultural em grande parte da reflexão teórica e das atividades práticas em arquivologia. Contudo, na visão dos autores acima citados, é justamente essa visão que estaria mudando com a chegada de uma perspectiva que valorizasse o 'fora' dos arquivos, e não é por acaso que eles propõem um 'manual de dinamização'.[4]

2.1.2 Pensamento funcionalista na biblioteconomia

Uma síntese do significado do pensamento funcionalista na biblioteconomia encontra-se na obra do espanhol Lasso de la Vega. Em seu tratado sobre o assunto, o autor argumenta que, inicialmente, as bibliotecas eram instituições voltadas unicamente para a conservação dos livros e que, depois, passaram a se constituir instituições pedagógicas ativas, verdadeiras universidades populares.[202] Na evolução do conceito de biblioteca, segundo este autor, tal instituição saiu de um papel de depósito de livros postos ao alcance de alguns privilegiados para tornar-se a 'mais democrática' das instituições. As bibliotecas teriam conseguido isso abandonando a posição passiva de esperar pelos usuários e assumindo a tarefa de buscar o livro adequado para cada leitor. Além disso, vincularam-se a uma perspectiva de eficácia na medida em que buscaram fazer os livros renderem a cada cidadão o máximo fruto, de forma mais eficaz e no menor tempo possível.

Numa linha semelhante, Litton apresenta a ideia de que a biblioteca deveria atuar como instrumento de propagação de conhecimentos e, consequentemente, de progresso, no âmbito da sociedade em que ela se insere.[214]

Lasso de la Vega vincula essa ideia à mudança no conceito da profissão de bibliotecário, não mais como um conservador do 'museu do livro', de 'braços cruzados', limitando-se a ver como os usuários usam os livros, mas um agente propulsor de cultura. O autor situa essa mudança de postura em meados do século XIX, com os movimentos pela biblioteca pública iniciados no Reino Unido e, depois, nos Estados Unidos.[202]

Assim, é ao movimento das bibliotecas públicas do século XIX que é preciso retornar para se encontrar as raízes do pensamento funcionalista biblioteconômico. Conforme Carlos Alberto Rebelo, "o conceito de biblioteca aberta ao público, de forma gratuita e a horas fixas, surge ainda no decurso do século XVII. Em França, por exemplo, nas vésperas da Revolução Francesa, o número de bibliotecas municipais ascendia já a 43" (p. 80).[290] Porém, "os fundos das primeiras bibliotecas populares estavam completamente

desajustados dos interesses e das necessidades da maior parte dos potenciais leitores" (p. 163).[290] Assim, as primeiras bibliotecas públicas ainda não o eram efetivamente, mas apenas por princípio, por continuarem elitistas, tanto em sua postura na relação com os leitores como em relação aos acervos (construídos em grande parte a partir do confisco de coleções do clero e de alguns aristocratas) de que dispunham.

Um retrato desse tipo de biblioteca é apresentado por Henrique Nunes:

> Fechadas em si mesmas, solenes e pouco convidativas, dificultando muitas vezes o acesso à informação, com fundos que pouco ou nada têm a ver com os interesses da generalidade da população, as bibliotecas acabam por ser um equipamento pago por todos para servir apenas parte da população (p. 57).[267]

O mesmo autor aponta que surgia a necessidade de mudança contra o "conceito elitista de biblioteca, encarada apenas como depósito de conservação de livros nunca lidos ou de acesso reservado apenas para os eleitos" (p. 57).[267] Assim, a nova perspectiva insurgia-se contra a constatação de que "o 'espírito de conservação' sobrepõe-se ao de divulgação", sendo o "acolhimento de utilizadores e a função de referência, tarefas normalmente consideradas secundárias" (p. 56).[267] Essa realidade irá começar a mudar na Inglaterra,

> onde o espírito associativo era mais intenso, existiam já no século XVIII bibliotecas promovidas por associações e entidades privadas, fundamentalmente constituídas com fins morais, filantrópicos e religiosos. Mas foi apenas com a lei aprovada em 1850 que surgiram as primeiras bibliotecas públicas.[267]

Assim também esclarece Edson Nery da Fonseca: "a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu no começo do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade" (p. 55).[133]

Duas questões são essenciais nessa evolução. A primeira, a vinculação do projeto das bibliotecas públicas aos ideais iluministas:

> No final do século XIX desenvolve-se uma ideologia social de progresso que rejeita todo o privilégio, toda a exclusão e segregação no acesso à informação

> e ao conhecimento. Assim, a reflexão crítica sobre o papel intelectual e social das bibliotecas vem acentuar a necessidade de criar uma instituição original, capaz de estabelecer uma síntese entre a biblioteca tradicional e a biblioteca popular (p. 164).[290]

Ainda conforme o mesmo Carlos Alberto Rebelo,

> outra mudança fundamental consistiu na tomada de consciência de que a conservação dos livros não era um fim em si mesma. É o leitor que cria a utilidade do livro e, por isso, a verdadeira função de uma biblioteca deve ser a de fazer circular os livros, isto é, torná-los acessíveis onde quer que o leitor se encontre (p. 165).[290]

Surge a partir desse movimento uma nova definição de biblioteca pública, para a qual "tem que existir uma ligação direta e profunda entre a biblioteca pública e a comunidade servida, ou a servir" (p. 41).[267] Dessa forma, no contexto do Reino Unido e dos Estados Unidos, a base do pensamento biblioteconômico é "a função social, desta vez fundamentada na leitura pública" (p. 37).[277]

Os *public library movements* (movimentos pela biblioteca pública) destacam, por um lado, a importância de se atingirem todos os indivíduos da sociedade, propondo uma reformulação do conceito de biblioteca (passando a entendê-la como agente ativo no processo democrático). Por outro lado, diversas inovações práticas surgem nas bibliotecas para aumentar a acessibilidade física e intelectual (priorizando os serviços de referência, adequando os acervos, criando instrumentos mais fáceis para a busca, entre outros). Data de 1876, aliás, o discurso *The desirableness of establishing personal intercourse and relations between librarians and readers in popular libraries*, de Samuel Green, tido como o "texto germinal dos posteriormente chamados serviços de referência" nas palavras de Edson Nery da Fonseca (p. 67).[131] Poucos anos depois, em 1891, William Child publicou "o primeiríssimo artigo a empregar a expressão 'serviço de referência'" (p. 1).[156]

O salto teórico-conceitual dessa abordagem se deu com o grupo de pesquisadores reunidos na Graduate Library School da University of Chicago, onde, em 1928, foi criado o primeiro programa de doutoramento em biblioteconomia (o único até 1948, quando foram criados novos programas em Illinois e Michigan).

Para López-Cózar, o grupo de Chicago foi fundamental para a passagerm de uma biblioteconomia de orientação meramente profissionalista para uma científica.[222] Entre os principais trabalhos do grupo, este autor destaca o livro *Investigating library problems*, publicado por Douglas Waples em 1939, que constitui o primeiro manual de metodologia de pesquisa em biblioteconomia. Destaca também o início da publicação do periódico *Library Quarterly*, em 1931, a primeira revista científica do campo.

O primeiro número dessa revista foi um manifesto em favor da cientificidade do campo da biblioteconomia mediante o desenvolvimento de estruturas de investigação. O artigo que abriu esse primeiro fascículo da revista foi o de Charles C. Williamson *The place of research in library service*, com críticas às pesquisas da área que, até aquele momento, não passavam de trabalhos esporádicos realizados individualmente. Tanto é assim que, na Columbia University, o antigo curso de *library economics* já havia mudado sua designação para *library service*. Williamson defende que a biblioteca deve ser mais uma instituição social com fins educativos do que um local de tratamento empírico dos livros armazenados.

Também na avaliação de López-Cózar, merece destaque o livro *An introduction to library science*, de Pierce Butler, publicado em 1933, e que representa um 'novo paradigma' (p. 63) na medida em que busca substituir a *library economics* consagrada pela Columbia University por uma *library science*.[222] Para Edson Nery da Fonseca, "essa obra é um dos primeiros produtos da Graduate Library School da University of Chicago, que renovou a biblioteconomia nos Estados Unidos, dando-lhe orientação humanística" (p. 15).[131]

Ainda segundo Edson Nery da Fonseca, surgiu também no grupo de Chicago o apelo por um fundamento filosófico para a biblioteconomia, apelo este lançado por J. Periam Danton no volume 4 de *Library Quarterly*, em 1934. A construção de tal fundamento se realizou efetivamente nas décadas seguintes a partir de trabalhos de autores como A. Broadfield e Jesse Shera, vinculados ao grupo de Chicago, e também dos indianos S.R. Ranganathan e A.K. Mukherjee.

Solange Puntel Mostafa distingue dois grandes grupos de teóricos da biblioteconomia: um deles, caracterizado como cienti-

ficista, originou-se com a perspectiva tecnicista e concentrou-se na questão dos métodos biblioteconômicos. O segundo grupo, na visão da autora, é a corrente humanista, centrada na questão dos fins, da finalidade da biblioteca, tratada, no caso de Chicago e da biblioteconomia que se desenvolveu a partir daí, sob o espírito do liberalismo, do direito universal à informação, para atender a uma necessidade real da sociedade. Há assim um vínculo fundamental entre a biblioteca e a função educacional: "A biblioteconomia sempre esteve ligada à educação, desde o seu nascedouro em fins do século XIX" (p. 78).[258]

Também a apresentação do campo da biblioteconomia de López Yepes aponta a vertente funcionalista como uma mudança importante em relação ao modelo anterior.[221] Este autor identifica a existência de uma biblioteconomia pré-científica, da Antiguidade ao final do século XIX, em que esta é fundamentalmente a arte de conservar os 'tesouros' dentro das bibliotecas, e as técnicas necessárias para essa função. A seguir, a constituição científica do campo, em finais do século XIX, que se dá num primeiro momento a partir do entendimento da biblioteca como centro de educação e de lazer, e os bibliotecários como difusores de informação. Trata-se do momento de aparição do movimento da biblioteca pública e da preocupação com a leitura e o acesso aos livros por parte das classes populares. Tal constituição irá se concretizar efetivamente com a consolidação da *library science* por parte do grupo da University of Chicago.

A mais elaborada análise funcionalista do significado da biblioteca foi realizada por Jesse Shera.[322] Conforme este autor, cada sociedade forma e utiliza suas coleções de registros materiais de conhecimento de uma forma particular, ou seja, os movimentos culturais são determinantes na conformação da instituição biblioteca (na natureza de sua coleção, dos serviços oferecidos e das formas de ela ser administrada). Das tabuinhas de argila na Suméria aos papiros no Antigo Egito, passando pelos mosteiros medievais e chegando à moderna biblioteca de livre acesso, a biblioteca viveu uma série de transformações, condicionadas pelas necessidades da sociedade à qual pertencia. Apesar das variações, contudo, há ele-

mentos constantes, que dão à biblioteca uma coerência institucional que permanece inalterada.

Para Shera, o fundamento da biblioteca se encontra no fato de existir para ir ao encontro de certas necessidades sociais. As funções da biblioteca variam em função das necessidades das diferentes sociedades nas diferentes épocas e, assim, a biblioteca deve ser mais do que "truques para encontrar determinado livro", deve atender à sociedade em todas as suas potencialidades.

Dessa forma, o autor resgata a importância do movimento das bibliotecas públicas no século XIX como provocador de uma das maiores mudanças organizacionais da aventura humana, quando toda a população se viu qualificada para participar do controle dos sistemas políticos e econômicos em que vive.

Para entender mais profundamente o papel da biblioteca no enquadramento cultural da sociedade, e conferir fundamento filosófico para a prática bibliotecária, o autor propõe a criação de uma nova área do saber, denominada epistemologia social, para estudar justamente o papel social do conhecimento, as interações entre os processos intelectuais (conhecimento produzido) e as atividades sociais. O autor apresenta um quadro, pois, em que há uma evolução das funções da biblioteca, da aquisição (saber o que adquirir, em termos das necessidades dos usuários), passando pela organização (arranjo dos materiais na biblioteca para tornar seu conteúdo acessível) chegando à interpretação (ato de promover o encontro dos leitores com os livros, razão de ser da biblioteca, mas que não existe sem as outras duas funções).

Num contexto radicalmente diferente, a Índia, aparece uma outra teorização de natureza acentuadamente funcionalista. Trata-se do trabalho de S.R. Ranganathan, considerado por muitos o pai da biblioteconomia contemporânea. Entre as diversas contribuições deste autor, como a teoria da classificação facetada e um sistema de classificação bibliográfica, a Colon Classification (Classificação dos Dois Pontos), destaca-se sua discussão sobre as cinco leis da biblioteconomia: os livros são para usar; a cada leitor, seu livro; a cada livro, seu leitor; poupe o tempo do leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento.[289] Por detrás da aparente

obviedade de alguns enunciados, encontra-se uma argumentação sobre a importância do efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do atendimento a cada um de seus componentes.

Desenvolvimentos posteriores foram realizados por diversos autores. Entre eles, destaca-se James Thompson, que apresenta 17 princípios da biblioteconomia, alguns ligados às características da biblioteca e outros às aptidões que deve ter o bibliotecário.[356] Entre esses princípios, destacam-se a necessidade de o papel do bibliotecário estar em sintonia com o sistema social ao qual pertence a biblioteca e a sua inegável função de educador.

Também Urquhart apresenta diversos princípios da biblioteconomia, sendo o primeiro deles, possivelmente inspirado em Ranganathan, o de que as bibliotecas são para os usuários.[366] Uma de suas mais interessantes ideias, conforme Edson Nery da Fonseca é a de que "no library is an island", parafraseando o verso "no man is an island" de John Donne (p. 20).[131]

Na segunda metade do século xx, ocorre uma revitalização da corrente funcionalista, principalmente com a chegada de materiais audiovisuais ao acervo das bibliotecas e seu alargamento na direção dos *media centers*, tornando-se *library media centers* ou *learning resource centers*.[353] A partir da década de 1980, várias grandes mudanças de tendências e influências no âmbito organizacional provocaram nas bibliotecas a reação de se tornarem mais *learning-and-student centered*, isto é, mais sensível às necessidades dos clientes.[47]

2.1.3 Pensamento funcionalista na museologia

Numa das melhores sistematizações do conhecimento museológico produzido ao longo dos séculos, Gómez Martínez defende que o campo se desenvolveu a partir de duas tradições.[153] Uma delas é a mediterrânea, definida como nominal-substantiva, desenvolvida na Itália, Espanha e, principalmente, França, na qual os museus são vistos como instituições estáticas e a conservação é um fim em si mesma, tendo o culto da obra e o prazer estético como corolário. Sua grande atividade, conforme a autora, é nomear e classificar

os objetos entesourados, e seu modelo emblemático é o Museé du Louvre.

De outro lado, desenvolveu-se uma museologia anglo-saxã, definida como verbal. Originada com os museus de ciência ingleses, teve como característica central sua dinamicidade, sua dimensão utilitária, prática. São museus voltados essencialmente para a educação do público; nesse raciocínio, as coleções são apenas um meio, um instrumento, para atingir um outro objetivo.

Gómez Martínez faz uma interessante análise das características culturais dos dois universos, o mediterrâneo e o anglo-saxão, para explicar essa diferença, apontando que as diferenças museológicas seriam reflexo de concepções mais profundas sobre toda a realidade humana. Retorna à velha teoria dos temperamentos diferentes de cada região, o sul católico e o norte protestante. No sul, a cultura romana e latina teria como valores a beleza, o romantismo, a valorização da sensibilidade e dos prazeres, tendo como referência os museus de arte e projetando uma tradição museológica voltada para a conservação, a guarda, a contemplação.

Já a cultura anglo-saxã (e, em parte, a nórdica e a germânica), marcada pelo calvinismo e pelo puritanismo, teria uma preocupação com aspectos produtivos do trabalho, abominando o ócio, o desperdício, os motivos puramente artísticos. Além disso, outra característica do protestantismo, a intensa participação comunitária nas várias atividades, a conversão das igrejas em locais de reunião, de encontro, se traduziu numa busca por museus constituídos por comunidades, pelo voluntariado na gestão dos museus locais, em oposição à tradição mediterrânea em que o Estado assumiu o controle e tornou desnecessário o voluntariado individual e local.

Gómez Martínez aprofunda sua análise, recorrendo inclusive ao trabalho de Max Weber sobre as relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Para a discussão aqui proposta, é suficiente perceber que existe uma projeção museística da esfera de valores e fatores históricos conduzindo a uma dupla tradição da museologia. Seguindo esse raciocínio, trata-se de uma oposição que distingue claramente o modelo patrimonialista da proposta funcionalista que, tendo se originado em terras inglesas, com o

modelo do British Museum, desenvolveu-se ainda do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos.

Assim, em 1891, William Flower publicou um trabalho em que defendia o 'museu local', isto é, um museu profundamente relacionado com a comunidade local à qual serve, tanto em termos da sua gestão quanto em relação aos itens da sua coleção. E argumenta que "não são os objetos colocados num museu que lhe conferem importância, senão o método adotado em sua exposição e o uso que lhes é dado para fins educativos" (p. 316).[52]

A importância dada à dupla função dos museus é central no discurso de Flower. Para ele, os modernos museus serviam para duas classes de homens, como explica Bertha Lutz:

> os estudantes instruídos, capazes de fazer progredir a ciência, e outra classe de homens, muito mais numerosa, para quem os museus eram, ou deveriam ser, um poderoso meio para adquirir conhecimentos. Musealizada nas próprias organizações das exposições, tal articulação fundamentou toda uma vasta discussão sobre concepções e propostas de separação de coleções de pesquisa e daquelas de instrução do público leigo (p. 21).[227]

A mesma autora, cujos textos originais são da década de 1930, explica a importância dessa ideia:

> Na realidade, até as últimas décadas, os museus tinham descurado um tanto o aspecto popular de sua função educativa, dedicando-se quase que exclusivamente ao papel de elemento material subsidiário à disposição do pesquisador. As coleções eram organizadas de modo a facilitar as investigações científicas, não obstante a aridez desta modalidade de exposição" (p. 30).[227]

Pouco depois, em 1909, Benjamin Ives Gilman apresentou, no primeiro encontro da American Association of Museums (hoje American Alliance of Museums), um trabalho intitulado "Aims and principles of the construction and management of museums of fine art" (depois publicado no primeiro número de *The Museums Journal*). Ali, o autor já começava a esboçar a ideia de um novo museu, contra os princípios canônicos de constituição das coleções e das regras de exposição, propondo, em oposição ao valor de contemplação, o valor de uso, defendendo princípios como a simplici-

dade e a integração (contra a segregação). Já aqui ele defende o que chamou de *principle of dual arrangement*, isto é, um arranjo duplo para as exposições, em que uma galeria seria para a exibição de objetos selecionados para promover sua apreciação, e a outra para a instalação de objetos para facilitar sua investigação, princípio que será muito discutido nas décadas seguintes.

Seguindo essa linha, tem-se um marco fundamental que acabou por posicionar definitivamente os museus norte-americanos. Em 1927, Laurence V. Coleman apresentou um relatório na reunião do International Museums Office (IMO) em que definia os museus dos Estados Unidos como instituições que abominavam o isolamento social (no caso, o isolamento dos museus europeus, para os quais o termo 'coleção' seria o descritor mais apropriado). Como resultado, os museus dos Estados Unidos nasceram para a 'ação', eram concebidos como instituições que empregam suas coleções para determinados fins, no caso, a difusão educativa, a elevação do nível cultural e de instrução dos cidadãos.

Zeller apresenta uma perspectiva histórica para a compreensão do que ele chama de fundamentos filosóficos dos museus norte-americanos.[391] Conforme seu argumento, nos Estados Unidos, os museus sempre foram entendidos como instituições educacionais, sendo essa a principal justificativa para seus pedidos de doações e campanhas de financiamento; em vários museus há placas que destacam essa missão. Para Zeller, a história dos museus nos Estados Unidos é, justamente, a história de tornar as coleções acessíveis ao público.

Para se compreender como se chegou a isso, é essencial entender o contexto sociopolítico dos Estados Unidos no final do século XIXe início do XX: a expansão industrial, a busca pela independência da Europa e a consolidação dos valores liberais. Começando por estes, o constante uso de termos como 'pragmática', 'igualitária', 'instrutiva' para caracterizar a instituição museal se alinham com o fundamento filosófico do campo. Assim, esses museus espelham o clima social e intelectual da era pós-guerra civil em que havia uma:

> preocupação crescente com o materialismo da vida norte-americana, associada à percepção, tornada evidente com as exposições mundiais de 1851 e 1876,

de que, apesar de sua industrialização, os Estados Unidos ainda dependiam da Europa para artes decorativas de alta qualidade (p. 12).[391]

Zeller aponta que era muito comum os museus locais se proporem a apresentar arte com fins práticos, para que os norte-americanos pudessem ver, contemplar e estudar as peças expostas, a fim de imitá-las e, mesmo, superá-las. O autor fornece vários exemplos disso.

O Pennsylvania Museum of Art era inteiramente dedicado à educação, para mostrar às pessoas o que era feito nos outros países e assim terem a oportunidade de ver e estudar a partir do que foi coletado, sendo assim estimuladas a fazer suas próprias obras, iguais às de qualquer parte do mundo.

Outro exemplo foi o da parceria do Toledo Museum of Art com o setor privado de artes e decoração, em que a arte se pagava comercialmente no fim, pois os Estados Unidos deixariam de gastar milhões de dólares com a importação de objetos de arte.

Tal tipo de parceria foi feito também por museus como o Cleveland Museum of Art (esforço para constituir coleções em benefício das indústrias e designers locais) e o Art Institute of Chicago (permanente aliança entre arte e indústria). Outro caso é o do Detroit Institute of Arts, que em 1905 já analisava o incremento do setor turístico e também o estabelecimento de indústrias das artes, já que exibições de porcelana, por exemplo, estimulavam a venda de porcelanas finas nas lojas e fábricas das imediações do museu.

A ligação do museu com essa utilidade da arte, sua ligação com a indústria, também era apresentada como formação do 'bom gosto': educar e refinar as pessoas, gerar bom gosto para roupas, moda, decoração, conduzindo ao esclarecimento e à formação moral, sendo assim um 'caminho da felicidade'. Dessa forma se entende também a vinculação dos museus na promoção, pelo bom gosto, da responsabilidade civil, a integração e harmonização da sociedade, incluindo a função de fazer com que "imigrantes fossem assimilados, operários irados fossem acalmados, e uma incipiente classe ociosa voltasse à vida produtiva" (p. 19).[391]

É por isso que, por exemplo, organizações femininas ajudavam

a abrir novos museus, tendo sido fundamentais para a abertura de museus em Grand Rapids, Indianapolis e Cincinnati.

Zeller apresenta como principais teóricos dessa corrente de estudos sobre o museu autores como Benjamin Ives Gilman, Walter Pach, Edward Morse, George Brown Goode, Paul Marshall Rea, John Cotton Dana, entre outros.

De John Cotton Dana destaca-se um artigo publicado sobre o novo museu, em que condena o "museu lúgubre". Para ele, a instituição museológica não deve ser construída a partir de uma ideia fixa sobre o que o museu deve ser, numa clara referência ao modelo europeu representado pelo Louvre, local que adquire raridades, curiosidades e objetos valiosos e os coloca num lugar para que as pessoas os vejam. Conforme o autor os museus deveriam ser sensíveis à comunidade, deveriam proporcionar efetivo aprendizado a partir desses objetos, atendendo a uma necessidade definida e servindo a um propósito definido na comunidade. Além disso, os museus deveriam dar provas práticas de sua utilidade, restituindo os impostos ao proporcionar à população a aquisição de cultura e instrução, ou seja, os museus deveriam mostrar resultados correspondentes às despesas que representam, e esses resultados deveriam ser positivos, tangíveis, visíveis e mensuráveis (Lutz, 2008).[227]

Para além das justificativas e motivações que constituem a filosofia desse campo museal funcionalista, destaca-se também uma série de inovações de ordem prática nos museus, como novos horários de funcionamento, guias mais didáticos, linguagem simples, priorização de elementos visuais em lugar dos verbais, exposições itinerantes, maior acessibilidade física, entre outras.

Décadas depois, Van Mensch caracterizará o período que vai de 1880 a 1920, nos Estados Unidos, como a 'primeira revolução dos museus', em que, justamente, passa-se de uma preocupação centrada nas coleções para um perfil dinâmico, ativo.[369] José Amado Mendes explica esse processo argumentando que o que muda é a hierarquia das funções do museu.[248] No modelo tradicional, a função de conservar era superior à de democratizar e tornar a coleção acessível e, na abordagem dos museus norte-americanos, inverteu-se essa prioridade.

A abordagem funcionalista acabou por se manifestar em outras realidades. Na França, ela começou a se desenvolver após a década de 1950, no plano teórico, com André Malraux, que propôs o seu 'museu imaginário' em oposição ao museu 'necrópole', fossilizado.[231] Anos depois, os museus inseriram-se nas temáticas das políticas culturais e de engenharia cultural.[254] No campo da prática, a confluência entre as duas ideias se deu com a criação, em 1977, do Centre National d'Art et de Culture Georges Pompidou, na área de Beaubourg, em Paris, que nasceu com a proposta de ser um centro vivo, democrático. Para Gómez Martínez, tratou-se de uma renovação da tradição mediterrânea com a incorporação, pela França, de partes do modelo norte-americano.[153] Para Cuito, o espírito de um museu aberto a todo tipo de público, numa preocupação maior em atender a esse público, está na base da criação deste centro.[81]

No Canadá, a abordagem funcionalista se deu com menos ênfase na ideia de educação e mais no conceito de comunicação, iniciados por Duncan Cameron ainda em 1968, e que se desenvolveram numa aproximação com a semiótica com Roland Barthes, buscando ver o museu como canal de comunicação.[83] A ideia de que a difusão é a função básica do museu acabou por enfatizar a ideia de comunicação, em que emissor, canal, mensagem e receptor deveriam ser perfeitos (isto é, adequados) e o ruído deveria ser eliminado. Tal ideia foi desenvolvida posteriormente por Jean Davallon,[86] em 1980, tentando integrar contribuições de três modelos de comunicação: o transmissivo, o semiótico e o interacional.[297]

Na década de 1980 houve uma revitalização da corrente funcionalista, principalmente a partir do impacto das tecnologias digitais nos museus e suas potencialidades tanto de acesso remoto quanto de interatividade e design de exposições. Foi principalmente no Reino Unido que se realizaram várias discussões sobre a dinamicidade necessária para os museus, tendo Peter Vergo, da University of Essex, chegado a propor uma *new museology* buscando justamente aumentar a eficácia das instituições museais junto ao público.[375]

Duas áreas se desenvolveram ainda dentro da perspectiva funcionalista. A primeira delas é o estudo da tipologia dos museus,[12] buscando ver campos de aplicação, linguagens e públicos determinados para cada tipo de museu. Conforme Hudson, existem tipos

diferentes de museus, pois cada museu vai ao encontro de uma real necessidade social, e são as variações de necessidades que motivam a criação de diferentes tipos de museus.[175]

Entre esses vários tipos, pode-se destacar, por exemplo, a importância e o desenvolvimento de reflexões sobre os museus voltados para crianças,[65] com todas as adaptações necessárias para o atendimento das particularidades deste público.

Hooper-Greenhill aponta a família como um segmento de público em crescimento, sendo que, em muitos casos, as razões apontadas pelos adultos para ir aos museus são os filhos – embora as exposições continuem voltadas para os adultos.[173] A autora fornece, como exemplos de iniciativas pioneiras e bem-sucedidas de adaptações para este público, o Barbados Museum and Historical Society, que em 1992 abriu uma sala chamada Yesterday's Children, e o Eureka! The Museum for Children aberto no Reino Unido também em 1992.

A segunda é a área de gestão de museus. Conforme Moore, essa área demorou a se desenvolver no campo museal, sendo um tema visto como heresia por muitos diretores de museus sob o argumento de que a aproximação de estratégias de mercado poderia desvirtuar a missão original dos museus.[256] Para Ames, é preciso e possível conjugar a missão do museu com o mercado, para que as estratégias de *marketing* não sejam uma ameaça, não entrem em conflito com a missão do museu, mas que possam, sim, facilitar o cumprimento dessa missão em vez de impor suas condições.[13] O autor argumenta, inclusive, que, historicamente, os museus não foram imunes a interesses externos, como aqueles de mecenas, doadores e mesmo governos.

Segundo Maria Alcina dos Santos, já em 1959 a Unesco mostrava-se preocupada com a questão, lançando um livro sobre conselhos práticos para a organização de museus.[314] Para Tobelem, os museus, como instituições, precisam obter eficácia no gerenciamento de seus recursos e no relacionamento com seus públicos.[357]

2.1.4 Síntese das teorias funcionalistas

No quadro 1 estão agrupadas as distintas teorias das três áreas

que, embora relativas a diferentes aspectos e produzidas em distintos contextos, possuem um mesmo fundamento quanto ao eixo de preocupações, expresso por sua inserção no pensamento funcionalista.

Quadro 1. As diferentes teorias sobre arquivologia, biblioteconomia e museologia

ARQUIVOLOGIA
- **eficácia, arquivos correntes (Jenkinson, Casanova)**
- **avaliação, teoria do valor (Müller, Brooks, Schellenberg)**
- ***records management*** **(Warren)**
- **dinamização de arquivos (Alberch i Fugueras)**

BIBLIOTECONOMIA
- ***public library movements*** **(Barnard, Mann)**
- **referência (Green)**
- **Chicago, Butler, Shera (funções na sociedade)**
- **cinco leis, Ranganathan; outros: Thompson, Urquhart**
- ***library media centers***

MUSEOLOGIA
- ***museum education*** **(Flower, Gilman, Coleman, Dana)**
- **museu imaginário (Malraux), Centre Pompidou**
- **comunicação (Cameron)**
- ***new museology*** **(Vergo)**
- **tipologia de museus**
- **gestão de museus**

Segue-se, na figura 2, uma representação visual desta perspectiva. Nela, o eixo das preocupações desloca-se dos cubos e de seu interior para as setas retas, que representam as *funções* desempenhadas por arquivos, bibliotecas e museus (bem como por outras instituições, como os governos, indústria, polícia, etc., representados por outros cubos), dentro da elipse que representa a sociedade.

2.2 A perspectiva crítica

Abordagens críticas sobre os fenômenos humanos e sociais se desenvolveram intensamente desde o século XIX como reação ao pen-
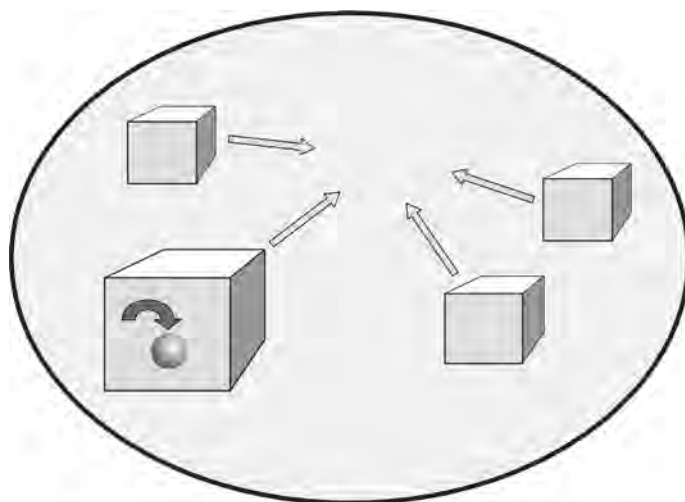
Figura 2. Representação visual do modelo funcionalista

samento positivista. Onde as recentes ciências humanas e sociais buscavam estabelecer padrões e regularidades, as manifestações críticas denunciavam o caráter histórico da realidade, reivindicando o estudo dos contextos socioculturais para a compreensão dos fenômenos. Em oposição ao funcionalismo, que almejava o bom funcionamento do social, as teorias críticas argumentavam que o conflito, e não a integração, constitui o principal fundamento da realidade humana.

A perspectiva crítica consiste num amplo movimento teórico existente em várias disciplinas das chamadas ciências humanas e sociais, dispersa nas contribuições de filósofos e historiadores desde a Antiguidade. Sua sistematização como estratégia de produção de conhecimento, contudo, é bem recente, e teve sua versão mais consistente com a chamada escola de Frankfurt. Em um famoso artigo intitulado "Teoria tradicional e teoria crítica", Max Horkheimer desenhava aquela que seria a distinção fundamental: enquanto as teorias ditas tradicionais estariam voltadas para o entendimento (principalmente quantitativo) das realidades e relações humanas e sociais com o objetivo de intervir nestas realidades para se alcançar maior produtividade e controle, as teorias críticas es-

tariam voltadas para a denúncia de relações (na maior parte das vezes, ocultas e inconscientes) de dominação existentes nestas mesmas realidades e relações.

Alguns anos depois, o mesmo Horkheimer, em parceria com Theodor Adorno, publicou *Dialética do Esclarecimento: o iluminismo como mistificação das massas*. Neste ensaio, fica mais nítida a distinção. De um lado, haveria as ciências positivistas — ciências humanas e sociais que, utilizando os mesmos princípios das ciências naturais, converteram-se em instrumentos de dominação, fortalecendo e justificando processos de exploração e de adesão acrítica aos valores do capitalismo e do consumismo. De outro lado, se ergueria o projeto de uma perspectiva crítica — atenta à explicitação dessas relações de dominação, dos processos e discursos ideológicos, bem como comprometida com o projeto de emancipação dos seres humanos.

Jürgen Habermas, herdeiro do legado teórico de Frankfurt, tornou mais sofisticado esse sistema de compreensão, listando três tipos de ciências: as empírico-analíticas (voltadas para a descoberta de leis de um mundo que já está dado, com o objetivo de manipular e controlar os objetos de estudo); as histórico-hermenêuticas (voltadas para a compreensão do mundo a partir das perspectivas dos sujeitos que o vivenciam, voltadas para os significados possíveis das diferentes ações empreendidas); e as dialético-críticas (baseadas numa relação dialética entre sujeito e objeto e, portanto, voltadas para a práxis, para o compromisso de transformação do real e da libertação dos sujeitos dos mais variados condicionantes).

O leque de manifestação de perspectivas críticas é muito extenso. No campo da sociologia e da economia, sua origem remonta a Karl Marx, que construiu uma elaborada estrutura teórica para analisar a ligação entre fatos culturais (as ideias, os valores, as crenças) e as realidades históricas e econômicas às quais eles se encontram vinculados. Marx foi o precursor de um vasto conjunto de teorias em várias áreas, como na ciência política (Antonio Gramsci), na sociologia da cultura (Pierre Bourdieu), na sociologia do conhecimento (Karl Mannheim), na comunicação social (Armand Mattelart), na filosofia (Slavoj Žižek) entre muitas outras.

A perspectiva marxista é a mais visível no campo das teorias críticas, mas não é, a rigor, a única. Seguindo a lógica de que a perspectiva crítica é essencialmente uma perspectiva da dúvida, isto é, da atitude de suspeição em relação à realidade que se apresenta imediatamente ao sujeito pesquisador, pode-se colocar a psicanálise de Sigmund Freud, a filosofia hegeliana ou a abordagem arqueológica de Michel Foucault, entre outras, como manifestações de pensamento crítico.

Tendo como ponto de partida enquanto movimento intelectual uma postura epistemológica de suspeição, desenvolveram-se abordagens críticas em praticamente todas as ciências sociais e humanas, e, também, nos campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia. Arquivos, bibliotecas e museus passaram a ser estudados não mais com o intuito de identificar as funções que deveriam desempenhar para o bom funcionamento do todo social mas, sim, a partir de seu papel nas dinâmicas de poder e dominação, principalmente a partir da denúncia de suas ações ideológicas.

2.2.1 Pensamento crítico na arquivologia

O desenho de uma arquivologia crítica começou ainda em meados do século XX, principalmente a partir de análises sobre os critérios utilizados pelos arquivos e pelo revisionismo das práticas pós-Revolução Francesa. É o caso, por exemplo, da análise de Robert-Henri Bautier, em 1961, sobre os erros e contradições da Revolução Francesa, com a reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas.[326] Nos anos 1960, alguns autores começaram a questionar a suposta naturalidade dos princípios e práticas arquivísticas.

No mesmo período, a questão da posse de documentos também ganhou destaque com os processos de descolonização na África, Ásia e América. A reconstituição dos patrimônios arquivísticos nacionais foi inclusive tema de debate na XVII CITRA (Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives), reconhecendo-se que a identidade de um país se revê, em grande parte, nos seus arquivos.[326]

Nas décadas de 1960 e 1970, sob forte impulso da Unesco, ga-

nharam espaço as discussões sobre as políticas nacionais de informação, e, dentro delas, as questões relativas aos arquivos.[180] Entre as várias problemáticas envolvidas nesse processo estão as de direito à informação como condição de cidadania em relação com os critérios de sigilo dos documentos de Estado,[240] e a necessidade de transparência por parte do Estado.[180] O estudo da ação do Estado como estrutura totalizadora capaz de legitimar uma cultura dominante encontrou em Bourdieu e Gramsci adequados referenciais para a construção das estratégias de análise,[133] buscando ver em que medida os registros escritos podem estar "a serviço das classes dominantes" (p. 96).[336]

Numa linha bastante diversa, e em diálogo com a psicanálise, existe também uma perspectiva crítica mais voltada para a análise da obsessão das sociedades contemporâneas com o arquivamento, com o registro de cada momento da experiência e o correto tratamento desse registro[67] e também com as tensões resultantes da constante dinâmica de manutenção e repressão da memória.[95]

É, contudo, no âmbito da arquivologia canadense que se desenvolvem importantes estudos conforme a perspectiva crítica. Considerado o pai dessa abordagem, Terry Cook inaugurou, em 1994, sob a expressão 'arquivística pós-moderna', um campo de reflexões na tentativa de superar as visões positivistas calcadas em pressupostos de neutralidade e passividade (p. 60).[133]

Para Cook, uma nova visão da arquivologia deveria refletir sobre noções como a de autoridade, evidência e verdade. Tal postura teria um impacto imenso na própria prática profissional dos arquivistas, que não deveriam mais apenas seguir um roteiro que vem sendo naturalizado pela rotina de repetição de práticas passadas, mas, sim, questionar suas ações percebendo que os arquivos e seus documentos refletem relações de poder, não são depósitos passivos, mas locais ativos onde poderes sociais são negociados, contestados e confirmados.[69, 312] Em suma, trata-se de uma perspectiva teórica que propõe uma viragem das preocupações da arquivologia, da ênfase nos documentos e seu conteúdo para o seu contexto. Os arquivos são vistos como instrumentos de poder que influenciam no direcionamento do ensino formal, na construção da me-

mória coletiva, da identidade nacional e, enfim, o modo como conhecemos a nós mesmos.

Desdobramentos desta abordagem foram feitos em estudos sobre usos políticos dos arquivos para a legitimação de sistemas totalitários em vários países. Um é o estudo de Caswell sobre as ações em tribunais pelo regime do Khmer Vermelho no Camboja a partir da teoria de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal.[59] Caswell enfatiza a importância da reflexão crítica dos profissionais de arquivo para não se tornarem cúmplices de 'burocracias da morte', de 'regimes genocidas', por meio de práticas de avaliação ou manutenção de arquivos e de facilitação de práticas de assassinatos em massa por meio de documentação.

Outro exemplo é o estudo de Harris sobre a realidade da África do Sul, com o emprego de categorias da obra de Derrida, que buscou analisar o papel dos arquivos no processo de construção da memória sobre o passado opressivo do regime do *apartheid* — os arquivos como ferramentas de justiça e democracia, isto é, modeladores das políticas da memória.[164]

Um último exemplo é o estudo de Montgomery sobre o uso de arquivos por organizações não governamentais (ONGs) de direitos humanos para documentação de abusos a partir do conceito de *accountability* (responsabilização).[255] No Brasil, esse tipo de perspectiva tem importância extrema em questões atuais como a Lei de Acesso à Informação (lei n. 12 527, de 18/11/2011) e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade relacionados com a reconstrução da memória dos períodos ditatoriais vividos no país.

Por fim, deve-se destacar a relevante contribuição de García Gutiérrez, que faz uma grande crítica às perspectivas funcionalistas e tecnicistas, que seriam absolutistas e sobretudo subservientes a determinadas posições dominantes.[142] Como solução, o autor propõe a construção do que ele chama de 'operador complexo' (que possibilitaria a explicitação das várias posições e interesses em determinada questão ou tema) em parceria com o 'operador transcultural' (responsável por equilibrar os possíveis tratamentos injustos da memória mediante alertas e recriminações) para a construção de sistemas de preservação, representação e busca de registros do conhecimento humano.

2.2.2 Pensamento crítico na biblioteconomia

A manifestação de uma perspectiva crítica na biblioteconomia se deu de forma mais explícita em países do Terceiro Mundo e bastante vinculada aos processos de redemocratização após ditaduras militares, nos quais houve forte censura à circulação de livros. Assim, num primeiro momento, desenhou-se um conjunto de práticas voltadas para populações excluídas ou marginalizadas (extensão bibliotecária, carros-biblioteca, serviços de caixas-estante) que buscavam alargar o acesso físico aos livros por meio da proximidade espacial. Em muitos casos, tais práticas passaram a se descrever como de ação cultural ou de animação cultural. Para além do conjunto de iniciativas práticas e linhas de atuação geradas no campo biblioteconômico, houve também uma importante contribuição epistemológica.

Uma das mais completas sistematizações dessa aproximação teórica entre as discussões sobre ação cultural e a biblioteconomia, que inclusive condensa argumentos de outros autores, é o trabalho de Victor Flusser.[129] Partindo da discussão de Gordon Stevenson em *Popular culture and public library*, que define a cultura como campo de atuação do bibliotecário, Flusser apresenta duas possíveis ideias de cultura: uma que a vê como um conjunto de objetos, artefatos, portanto um acervo, estoque; e outra que a entende como conjunto de representações, visões de mundo, práticas sociais (cultura como contexto em oposição a acervo). A estas duas definições correspondem duas compreensões sobre como deve ser o contato com a cultura (com a herança cultural): uma que a entende como uma herança universal, acumulada pela humanidade, um conjunto unitário, e outra que a vê como produto de experiências de tensões e lutas políticas. Destas duas compreensões resultam, ainda, duas atitudes de assimilação desta cultura: uma, estática, passiva, de ver os objetos culturais como bens em si; outra, dinâmica, ativa, de promover uma análise crítica dessa herança. É justamente aí que se insere o trabalho do bibliotecário, da biblioteca como instrumento de ação cultural.

Baseando-se em Pierre Gaudibert, Flusser identifica cinco for-

mas de ideologia cultural: duas implícitas (que não se declaram ideológicas) e três explícitas (que se dizem representantes de uma tendência). No campo das implícitas está a ideologia do consenso cultural, que postula uma pretensa neutralidade da cultura:

> A ideologia das necessidades culturais se baseia na ideia de que a política cultural deve ser orientada pelos desejos de uma população dada [...]. Não é porém tomado em consideração o fato de que esses desejos, estas necessidades, não sejam uma emergência natural da liberdade de escolha de um indivíduo, mas que eles são solidamente condicionados (p. 152).[129]

Tem-se aqui uma clara crítica à visão funcionalista da ação dos equipamentos culturais e das bibliotecas.

A segunda ideologia implícita é a da inocência cultural, em que se age como se nenhum conhecimento ou formação fossem necessários para o prazer estético. No campo das ideologias explícitas, Flusser identifica a da democratização cultural, fundada na ideia de democracia política, e que acaba por ser "uma declaração de um direito único a pessoas diferentes, e que assim não é considerado um problema da maior importância, a saber, o da realização concreta do acesso à cultura" (p. 154).[129] A crítica, aqui, é ao modelo patrimonialista calcado nos ideais iluministas.

As outras duas ideologias explícitas apontadas pelo autor são a da salvação cultural (crença ingênua no poder libertador da cultura contra a sociedade industrial burocratizada e mecanizada) e da religião cultural (sonhadora de uma comunhão pela cultura que levaria ao fim das tensões e rivalidades). O papel do bibliotecário neste contexto seria o de decodificar essas várias ideologias e saber atuar sobre elas, a partir de uma "injeção de um pensamento político" (p. 151) em sua prática.[129]

Com esse quadro em vista, o autor formula então uma proposta de ação profissional para o bibliotecário não como agente da domesticação, numa ação manipuladora, normativa, buscando a interiorização de certos valores, mas, sim, como agente da emergência cultural, numa prática libertadora, transgressora, proporcionando o surgimento da criação e da invenção. Não seria mais um bibliotecário que "sabe quais livros devem ser consultados e considerados

bons, ou não consultados" (p. 161), que determina o que vamos ler, o que é boa ou má literatura, mas alguém que permite que o usuário "pronuncie a sua própria palavra", tendo "influência sobre quais livros compõem o acervo" (p. 161). Rompe-se assim a "cultura do silêncio" (p. 163).[129]

Expressões concretas dessa linha de pensamento se encontram em redefinições do conceito de biblioteca, entendendo esta como centro de cultura, segundo Luís Milanesi.[252] Outros trabalhos de natureza prática, sob essa inspiração, buscavam substituir o 'depósito silencioso de livros' que era a biblioteca tradicional por "instituições sociais, dinâmicas e vivas, em que a participação do povo se faça sentir".[42] Retomou-se assim a importância da expressão 'biblioteca pública' (também muitas vezes entendida como um tipo especial de biblioteca pública, a 'biblioteca popular'), mas num quadro de sentido bastante diferente do modelo funcionalista, embora as designações 'viva' e 'dinâmica' apareçam em ambos os modelos para os caracterizar. Em ambos, há a crítica a uma ideia de passividade da biblioteca e a busca por um dinamismo, sendo a natureza desse dinamismo que, justamente, diferencia as duas abordagens. Para Etelvina Lima, que adota uma das visões da abordagem crítica, as bibliotecas populares seriam "instituições nas quais a prática educativa levasse os leitores/educandos à busca de conhecimentos e instrumentos que aumentassem seu poder de intervenção sobre a realidade" (p. 138).[209]

Perspectiva bastante diversa de reflexão crítica na biblioteconomia deu-se com a criação do grupo de pesquisa sobre o escrito e o documento, na Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication, envolvendo, entre outros, Robert Estivals, Jean Meyriat, Pierre Albert, Jean Guénot, Jean-Marie Bouvaist e Jacques Breton. Percebendo a "insuficiência da interpretação liberal" para a "compreensão dos circuitos do escrito e do documento", o grupo adotou uma "explicação da sociologia marxista" (p. 123).[114]

Inicialmente, o grupo se voltou para a própria definição de escrito ou de documento, identificando a existência de duas visões: uma essencialista, idealista, em que o conhecimento inscrito é visto como existindo por si; e outra, defendida por eles, denominada

pragmática, em que o conhecimento existe a partir de um uso, da perspectiva de um usuário. Partindo dessa definição, e agregando contribuições de autores como Bernard Miège e Mattelart, eles analisam os diferentes circuitos do escrito (o lazer e o trabalho) e os diferentes valores envolvidos neles (a gratuidade e a utilidade), não numa perspectiva tecnicista e liberal, mas buscando ver as funções sociopolíticas que cumprem, numa "teoria marxista para o escrito" (p. 135).[114] Articulando os conceitos de infraestrutura e superestrutura, buscaram evidenciar que existe uma ligação entre a lógica da produção e circulação de bens materiais e a de bens culturais (como a produção literária e documental de uma sociedade).

Numa outra perspectiva, vários estudos buscaram realizar um empreendimento crítico em relação ao próprio trabalho do bibliotecário, incidindo reflexões sobre os processos de representação de livros e documentos. Dessa forma, diversos autores analisaram a natureza ideológica do ato de indexar,[225] os critérios ideológicos dissimulados nos sistemas de classificação bibliográfica,[29] a neutralidade das fontes de informação enciclopédicas,[3] e as ideias de neutralidade e objetividade presentes nas reflexões sobre o trabalho bibliotecário.[208]

2.2.3 Pensamento crítico na museologia

Os museus em sua configuração contemporânea, produtos da modernidade, passaram a ser alvo das mesmas críticas feitas a ela. Para a produção destas críticas,

> contribuem não apenas o especialista e o profissional diretamente envolvidos, mas, talvez melhor e mais sensivelmente, o olhar desinteressado de poetas, filósofos e escritores, no idioma da violência, da ironia ou da fantasia (p. 15).[32]

Entre as obras destes poetas, filósofos e escritores, María Bolaños destaca o romance *L'assomoir* [*A taberna*], de Émile Zola, publicado em 1877 (que retrata bem a dificuldade do museu para se fazer compreender e suscitar o interesse das classes menos ilustradas); *Le problème des musées* [*O problema dos museus*], artigo de de Paul Valéry, publicado em 1923 (que apresenta o museu como

'mal-estar', espaço autoritário, sufocante, opressor); e o *Manifesto futurista*, de Filippo Marinetti, publicado em 1909 (que apresenta o museu como instituição que 'mata' a arte, como cemitério que impede a novidade e o movimento criativo). Assim surgiram as primeiras manifestações de um pensamento crítico sobre os museus, que foram depois incorporados à produção de conhecimento em museologia.

Fernando Magalhães aponta, igualmente, as primeiras abordagens críticas sobre os museus nesse período, destacando de novo a posição de Marinetti, que via os museus como cemitérios, "verdades numa sinistra promiscuidade de tantos objetos desconhecidos uns dos outros" (p. 16),[229] além de lembrar June Jordan, poeta negra, que vê o museu como

> uma instituição que, desde o seu nascimento, tem sido usada como uma arma de poder do Ocidente sobre o outro, o considerado não Ocidente, num discurso que se começou a delinear com o advento renascentista do século XVI e com maior profundidade com o Iluminismo que se lhe seguiu (p. 16).[229]

O autor identifica também, na segunda metade do século XX, a ação de Theodor Adorno, que denunciava os museus como "túmulos onde eram depositadas obras de arte" (p. 17), e de Rodney Harrison que os definia como local onde "coisas são sepultadas e postas a leilão" (p. 17).[229] Também Hernández Hérnandez destaca esse primeiro momento, de manifestações críticas sobre a instituição museal, como parte da corrente dos 'detratores do museu' originada com Antoine Quatremère de Quincy, ainda em 1815, e que teve como continuadores Friedrich Nietszche, Paul Valéry, Maurice Merleau-Ponty e Theodor Adorno.[167]

Segundo María Bolaños, na década de 1960 se verifica uma nova onda de vozes hostis ao museu na "maior crise da [sua] história" — um discurso crítico que decreta sua liquidação, ao mesmo tempo acompanhado de propostas alternativas, que oferecem novas fórmulas que tratam de desinstitucionalizar a instituição sem propor o seu fim.[32]

Um dos episódios destacados pela autora ocorreu no Museum of Modern Art de Nova York, alvo de controvérsias políticas e ar-

tísticas no final da década de 1960, por parte dos ativistas do 'antimuseu', que o criticavam por sua condição de representante das instituições de arte moderna. Em janeiro de 1969, um grupo de artistas se envolveu num embate violento com a direção do museu, denunciando sua cumplicidade com a guerra imperialista. Entre outras ações, o grupo exigia demissão de todos os membros da família Rockefeller do conselho de administração do museu, sob o argumento de que se tratava de um grupo de pessoas com muito dinheiro que se utilizava da arte como instrumento em benefício da própria glorificação e como forma de aceitação social, usando a arte como disfarce, ocultamento para sua brutal presença em todas as esferas da máquina de guerra, no caso, especificamente em relação com a fabricação do napalm usado na guerra do Vietnã.[32]

Contudo, o desenvolvimento da perspectiva crítica sobre os museus teve maior incidência em abordagens mais próximas da sociologia da cultura, buscando identificar os vínculos entre a ação museológica e a manutenção das hierarquias culturais. Nesse sentido, destaca-se o trabalho pioneiro de Pierre Bourdieu, que inspirou toda uma geração de pesquisadores voltados para estudos críticos dos museus. Seu primeiro trabalho sobre as práticas culturais, entre as quais o museu, foi publicado em 1969, mas é um outro trabalho, publicado originalmente nos anos 1970, que consolida uma série de questões levantadas no primeiro estudo.[37]

Entre os méritos de sua análise podem se destacar: o fato de ser uma densa reflexão teórica realizada a partir de uma extensa pesquisa empírica; o mérito de não se deter sobre o estudo de um determinado grupo ou classe social, mas de buscar analisar o que se passa no relacionamento entre as diferentes classes; e a percepção de que as relações de força no ambiente social não se relacionam apenas com uma dimensão objetiva, fruto da distribuição desigual das riquezas econômicas, mas também possuem uma dimensão simbólica, operada por meio da escola, das artes e das práticas culturais, entre as quais se destacam as visitas aos museus.

Bourdieu combinou os resultados de uma ampla análise de estatísticas sobre gostos e preferências culturais com análises qualitativas por meio de entrevistas e observações. Tendo identificado, na primeira etapa, que existe uma ligação entre as práticas e gostos

culturais e o nível de instrução e a origem social dos indivíduos, buscou ir além da aparente banalidade desta constatação. Assim, analisou em que medida tal relação esconde o fato de que os grupos possuem diferentes relações com a cultura, e que por meio dessa dinâmica se desenha um processo pelo qual a existência em sociedade de cada um se dá por meio de processos de distinção, de marcação de distâncias. Ou seja, as posições sociais e as práticas culturais não são dois fatores independentes, antes se relacionam, se constituem mutuamente, conformando uma estrutura mais ampla de relações sociais.

Para chegar a esse raciocínio, Bourdieu desenvolveu a ideia de que a sociedade se caracteriza por uma desigual distribuição de recursos (ele prefere o termo 'capital', e apresenta quatro tipos: o capital econômico, o social, o cultural e o simbólico). As diferentes classes possuem capitais diferentes e os usam para manter posições de prestígio. Nesse sentido, buscam também, por meio dos gostos e das práticas culturais, se distinguir das outras classes. Aqui entra, entre outros, o museu.

Ou seja, a perspectiva crítica, com Bourdieu, recoloca a questão da inacessibilidade dos museus para as classes populares num quadro de compreensão bastante diverso da perspectiva funcionalista, para a qual o museu deveria elevar o nível das massas, atuar como elemento de democratização da cultura. Na perspectiva de Bourdieu a questão é muito mais complexa, pois a prática de ir ao museu se insere como uma atividade de distinção, cumprindo um papel na dinâmica de marcação dos lugares e das distâncias sociais, ou seja, é apropriada como uma prática de distinção, exercendo um papel de construção da dimensão simbólica das relações sociais.

Diversos estudos foram desenvolvidos na perspectiva delineada por Bourdieu, como, por exemplo, o estudo de João Teixeira Lopes sobre os 'manuais de civilidade', manuais de educação dos gostos do público que, sob o pretexto do discurso da democracia cultural, cometem atos de 'violência simbólica', a inculcação de normas e convenções por meio do constrangimento. Entre as questões analisadas, encontram-se prescrições sobre como as pessoas deveriam agir nos museus.[216]

Uma outra linha de análise crítica se relaciona com a identificação do papel dos museus na construção ideológica da ideia de nacionalidade. Uma obra fundamental neste campo é a de Benedict Anderson, que examinou os vários aspectos por detrás da nação como projeto de uma 'comunidade imaginada' e os vários mecanismos de construção desse projeto, sendo os museus um destes mecanismos.[14] Trata-se de uma vertente dedicada à identificação do museu como instrumento de legitimação de uma história oficial dos Estados nacionais. Na esteira dos movimentos de descolonização da África, do movimento negro, da descrença nas instituições educacionais e da busca pelos direitos das minorias, os museus deixam de lado a ideia de uma cultura das elites e de fatos excepcionais da história em favor de uma visão das questões da vida cotidiana, concebendo um museu voltado para o público e com função crítica e transformadora da sociedade (p. 27).[184]

Nessa mesma linha, Hooper-Greenhill fornece alguns importantes exemplos, no campo dos museus, de como a história sempre foi um terreno de disputa, e conseguir escrevê-la, sinal de domínio. Um deles ocorreu na África do Sul onde, após a queda do regime do *apartheid*, foi possível desmontar algumas falácias apresentadas nos museus, como a de que os brancos e negros haviam chegado ao mesmo tempo à África do Sul, ou de que apenas a população negra era tomada por guerras e disputas tribais (p. 28). Além disso, durante o regime do *apartheid*, os objetos dos grupos de brancos estavam nos museus de história, enquanto os objetos dos povos negros eram expostos em museus de história natural (p. 40).[174]

Outro exemplo, ocorrido no Canadá, deu-se durante os jogos olímpicos de inverno, em que uma multinacional do petróleo se propôs a patrocinar uma exposição sobre um povo indígena, justamente o povo que estava em conflito com essa empresa pelo direito à sua terra. Conforme a autora, em vários lugares os museus estão se dando conta da força ideológica e política de suas exposições (p. 39). A mesma autora destaca a existência de reflexões de natureza crítica, no âmbito da museologia, sobre a adesão dos museus a estratégias de *marketing*, tendo como consequência sua submissão aos valores comerciais, do mercado, comerciais, que imporiam à instituição museal a lógica do entretenimento.[174]

Numa linha bastante diferente, também Santacana Mestre e Hernández Cardona propõem o desenvolvimento de uma museologia crítica.[303] Mas seu enfoque é outro. Eles entendem ser o patrimônio o objeto e a museologia o sujeito que atua sobre esse objeto por meio de estratégias museológicas (intervenção e tratamento técnico do patrimônio). O objetivo dos autores é fornecer caminhos para a análise das incongruências e contradições que ocorrem nesse processo de intervenção, isto é, identificar destruições que se cometem em nome da preservação. Nesse sentido, percebem que, em muitos casos, a prática museológica incide sobre o patrimônio com critérios mais ideológicos do que científicos. Ou seja, concebem que a museologia deve ser não a concretização das estratégias de intervenção, a implementação dessas estratégias propriamente ditas, mas a reflexão crítica sobre elas, isto é, o constante questionamento destas estratégias.

2.2.4 Síntese das teorias críticas

No quadro 2 estão agrupadas as distintas teorias das três áreas que, embora relativas a diferentes aspectos e produzidas em distintos contextos, possuem um mesmo fundamento quanto ao eixo de preocupações, expresso por sua inserção no pensamento crítico.

Na figura 3 encontra-se uma representação desta perspectiva. Como no modelo funcionalista, o foco das preocupações desloca-se para as setas retas. Aqui, contudo, elas se inserem numa perspectiva de *conflito* e não de integração, como mostram as figuras humanas envolvidas em relações de conflito (representadas pelos x, que significam as tensões que estruturam a vida social na lógica dessa perspectiva).

2.3 O estudo sobre os sujeitos

Logo nos primeiros anos do século xx, os estudos dentro da abordagem funcionalista perceberam a importância de se obterem dados de satisfação junto aos usuários de bibliotecas e museus (algum tempo depois, em arquivos).

Quadro 2. Teorias inseridas no pensamento crítico

ARQUIVOLOGIA • critérios arquivísticos: Bautier • políticas nacionais de informação: Unesco • arquivos como mal-estar: Derrida, Colombo • arquivística pós-moderna: Cook, Caswell, Schwartz • operadores transculturais e complexos **BIBLIOTECONOMIA** • ação cultural, gosto popular • bibliotecas como centro de cultura: Milanesi • teoria marxista do escrito : Estivals, Meyriat, Breton **MUSEOLOGIA** • museu autoritário: Valéry, Zola, Marinetti, Adorno • antimuseu • sociologia cultural dos públicos: Bourdieu • comunidade imaginada: Anderson • museologia crítica: Santacana Mestre, Hernández Cardona

Figura 3. Representação visual da perspectiva crítica

Nascidos como uma extensão dessa corrente, os estudos de usuários de bibliotecas ou de visitantes de museus (aos quais se soma-

riam depois os estudos de usuários de arquivos) nasceram, pois, como ferramenta de produção de diagnóstico para o planejamento e a otimização dos serviços e processos. Aos poucos, contudo, foram se convertendo em subáreas com relativa autonomia. Neste processo, se afirmaram a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação dos arquivos, das bibliotecas e dos museus sobre os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate do papel de sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos que se construiu toda uma tradição de estudos.

2.3.1 Estudos de usuários na arquivologia

A discussão sobre os usuários dos arquivos começou a se tornar efetiva na década de 1960, no âmbito dos debates mais amplos sobre a liberalização do acesso aos arquivos, em pelo menos três grandes discussões promovidas pelo Conselho Internacional de Arquivos: o Congresso Extraordinário, realizado em Washington, em 1966; a x citra, que ocorreu em Copenhague, em 1967; e o vi Congresso Internacional, que aconteceu em Madri no ano de 1968.[326]

Essa temática, todavia, só ganhou maior relevo na década seguinte. Verificou-se o reconhecimento de vários interesses, em certa medida contraditórios, tais como o direito à liberdade de informação em oposição ao direito à privacidade e confidencialidade e à necessidade de preservação e segurança dos documentos. No vii Congresso Internacional de Arquivos, em Moscou, em 1972, foram discutidos, entre outras questões, os instrumentos de pesquisa nos arquivos. Dois anos depois, no viii Congresso, em Washington, um dos temas principais foi a 'revolução no acesso aos arquivos'. E depois de mais dois anos, em Londres, no ix Congresso, debateu-se a utilização e a utilidade dos arquivos.

Apesar disso, duas décadas depois, a temática continuou sendo muito pouco expressiva no âmbito do conhecimento científico gerado na arquivologia. Para Paul Conway, tal fato se deve a uma certa relutância arquivística em assumir uma maior compreensão

dos usuários.[68] Segundo José Maria Jardim e Maria Odila Kahl Fonseca, tal temática, em variados levantamentos, não chega a passar de 3% do total de pesquisas realizadas.[181] Estes autores destacam alguns dos estudos pioneiros do campo, entre os quais o de Hugh A. Taylor, que em 1984 estudou os níveis de necessidades de informação, buscando a indicação dos melhores instrumentos de pesquisa e a identificação dos tipos de usuários nas diferentes fases do ciclo vital dos documentos; de Lawrence Dowler, que em 1992 propôs que se deviam buscar nas ciências sociais instrumentos para a compreensão real das necessidades dos usuários; de Bruce W. Dearstyne, que em 1987 propôs um modelo com seis áreas de estudo, incluindo a de incentivo ao uso dos acervos arquivísticos; de Mary Jo Pugh, que em 1992 propôs conciliar os princípios arquivísticos com as necessidades informacionais dos usuários; o de Richard J. Cox, que em 1992 elaborou quatro campos de estudo; e o de Ian E. Wilson, que realizou em 1995 um inquérito com arquivistas e detectou que a preocupação com os usuários aparece com uma menor importância, correspondendo à sua posição de 'fase final', última etapa do processo arquivístico.

Na década de 1980, basicamente duas linhas de pesquisa se delinearam. Por um lado, desenvolveram-se estudos para garantir maior acesso aos documentos arquivísticos, por meio da eliminação de barreiras,[104] criação de instrumentos de recuperação[100] e maior conhecimento dos interesses dos públicos.[286] De outro lado, desenvolveu-se um conjunto de pesquisas que buscaram perceber, na prática de estudos com usuários, uma reorientação da prática profissional como um todo, de forma que os resultados desses estudos interferissem nas demais ações e práticas arquivísticas.[183] Uma das maiores defesas desse argumento é feita por Lawrence Dowler,[101] para quem o uso deve ser a base a partir da qual a prática arquivística deveria ser construída. O pesquisador propõe que deveria existir uma relação entre o uso da informação e os modos como ela é ou pode vir a ser recolhida, armazenada, organizada e fornecida. Seria a partir dessa relação que o valor dos documentos (e da informação contida neles) iria ser determinado e as práticas arquivísticas definidas. Linha semelhante é defendida por Blais,

Enns e Richan,[30] para quem os arquivistas deveriam sair de sua torre de marfim.

Juntas, essas duas linhas acabaram por aproximar o campo dos arquivos do conceito de informação e da temática relativa às necessidades de informação. Nesse sentido, Paul Delsalle argumenta que se ampliou a perspectiva de estudos de usos e utilidades dos arquivos, contemplando-se um leque mais variado como a utilidade administrativa jurídica, a utilidade administrativa financeira e a utilidade histórica.[94] Tal ampliação no campo de estudos de usuários significou uma importante virada na arquivologia, na medida em que se somou a um processo vivido pela área como um todo, processo esse em que a "arquivologia superou a dimensão de ciência auxiliar da história para ficar integrada nas ciências da informação", nas palavras de López Gómez (p. 191).[220] Essa aproximação dos estudos de usuários de arquivo com a ciência da informação deu-se com grande ênfase em relação aos estudos sobre comportamento informacional, inclusive com estudos que buscaram construir e aplicar tipologias de usuários: "Essencialmente, a literatura arquivística classifica três grupos distintos de potenciais usos dos registros orgânicos: a) acadêmico-científico; b) administrativo; e c) popular", segundo Rodrigo Fortes de Ávila e Renato Tarciso Barbosa de Sousa (p. 43).[16]

Em anos seguintes, essa tendência continuou presente. Conforme aponta Denise de Almeida Silva,[328] uma das mais significativas é a aproximação entre a arquivologia e a gestão do conhecimento, com uma agenda de pesquisas que passou a priorizar o "usuário do lado de dentro do balcão", isto é, o produtor de documentos e/ou responsável por sua tramitação, numa clara ênfase de estudos nos arquivos correntes. Também estudos de uso de arquivos em redes sociais têm sido realizados nessa perspectiva.[106]

Coeuré e Duclert destacam também haver um incremento geral do interesse pelos estudos de usuários, inicialmente focados nos historiadores, passando a abranger também o estudo de cidadãos, notadamente em relação ao interesse pela história familiar e em atividades de ensino, bem como a utilização destes conhecimentos na montagem de exposições e outras atividades por parte dos ar-

quivos.[66] Os autores destacam três grandes tipos de usos dos arquivos: administrativo (reforçar a eficácia na administração do Estado e de demais tipos de instituições), histórico (por meio do qual eles se constituem os principais recursos para a pesquisa histórica) e patrimonial (acessível a um grande público, exercendo um papel cívico). Cidadania e direito à informação passaram a compor parte importante das discussões sobre usuário no campo da arquivologia.[31, 373]

Um balanço final da importância que a compreensão do ponto de vista dos usuários trouxe para a arquivologia é realçada por Randall Jimerson que, avaliando o desenvolvimento histórico das práticas e princípios arquivísticos, destaca a ênfase no significado simbólico dos documentos arquivísticos, sem que, com isso, deva ser excluído o significado prático (funcional e instrumental) dos arquivos nas organizações burocráticas.[182] Na verdade, uma visão realmente global em arquivologia deveria ser capaz de compreender as duas dinâmicas ao mesmo tempo.

2.3.2 Estudos de usuários na biblioteconomia

No campo da biblioteconomia, a preocupação com os usuários está presente há mais tempo; na verdade, desde os primórdios dela enquanto disciplina científica.

William Murison aponta que em 1697 o reverendo Thomas Bray publicou seus *Essays towards promoting all necessary and useful knowledge, both divine and human, in all parts of his majesty's dominions*, obra que poderia ser encarada como uma espécie de precursora de uma preocupação com o uso efetivo dos recursos (no caso, apenas os livros e documentos impressos) contidos nas bibliotecas.[261] Ainda conforme o autor, ao longo dos séculos XVIII e XIX, no âmbito dos *public library movements*, apareceram em momentos diversos preocupações semelhantes.

Mas o passo seguinte, isto é, o estudo efetivo dos usuários (mais do que apenas a manifestação de preocupação quanto a eles) só surgiu no início do século XX, quando houve um grande interesse em se saber como e o que as pessoas liam, e qual o uso das biblio-

tecas em geral.[127] Estes primeiros estudos foram feitos principalmente por bibliotecários e docentes (entre os quais Pierce Butler, Douglas Waples, Carleton B. Joeckel e William M. Randall) ligados à Graduate Library School da University of Chicago. Tais estudos tinham como foco os grupos sociais tomados em seu conjunto, daí serem normalmente denominados 'estudos de comunidade'.

A fundamentação dessa perspectiva se dá numa concepção defendida pelo grupo e expressa por, entre outros, Jesse Shera, para quem a biblioteconomia seria uma área tríade, composta pelos processos de aquisição, organização e disseminação, tendo, portanto, como conceitos básicos o indivíduo, os registros do conhecimento e a organização técnica.[321] Para o autor, três seriam os processos básicos da biblioteconomia: a aquisição (saber o que a biblioteca precisa adquirir, em termos das necessidades dos usuários), a organização (o arranjo dos materiais na biblioteca, a fabricação de instrumentos bibliográficos) e a interpretação (razão de ser da biblioteca, mas que não existe sem os outros dois). Na esteira deste tipo de pensamento, desenvolveram-se os estudos sobre um dos elementos centrais do campo: os usuários.

Os principais estudos desenvolvidos nessa linha se focaram nos hábitos de leitura e entre os principais achados estão a percepção de que os meios de comunicação de massa atendiam pouco às necessidades informativas das pessoas; de que as fontes mais buscadas eram os familiares e amigos; e de que o uso de bibliotecas e outros serviços profissionais de informação era muito baixo. Tais estudos, ainda, anteciparam algo que seria muito estudado nos anos seguintes: a chamada lei do menor esforço, isto é, o fato de que os usuários tendem a usar as fontes mais facilmente acessíveis em detrimento da qualidade da informação que elas contêm. Exemplos são as pesquisas de Harvie Branscomb, de 1940, e de Patricia B. Knapp, de 1957, sobre como os estudantes usavam a biblioteca, e buscando determinar a relação entre os resultados acadêmicos obtidos e a frequência de uso da biblioteca, e concluindo, de forma geral, que essa relação era muito baixa ou insignificante. Como afirmou Evans, os estudos de comunidade foram fundamentais para a adequação das bibliotecas públicas ao exercício de seu papel educativo.[115]

Nos anos seguintes, cada vez mais os estudos de usuários se deslocaram dos estudos de comunidades para o estudo de indivíduos no espaço da biblioteca, passando a se constituir como instrumento de diagnóstico e avaliação dos serviços bibliotecários e dos acervos, no escopo maior das atividades de planejamento das bibliotecas.

Diversos estudos promovidos nesse período buscaram estabelecer taxas de uso dos itens constantes dos acervos, índices de frequência à biblioteca, estatísticas de empréstimos, tempos de resposta toleráveis, entre outros. Tais dados eram frequentemente confrontados com variáveis de perfil dos usuários, na busca do estabelecimento de padrões de comportamento para os diferentes tipos de usuários. Assim, dos estudos de comunidade passou-se para os estudos de uso dentro da temática de avaliação de coleções. Apesar dos resultados muito contraditórios obtidos nas diversas pesquisas empíricas, foi possível acumular um certo conjunto de generalizações.[127]

Em geral, as principais descobertas desses estudos foram a constatação do uso das bibliotecas por uma pequena parte da população, o uso muito frequente de uma pequena parte das coleções e um grande desconhecimento de como utilizar os instrumentos de busca. Este último achado motivou a preocupação com atividades de treinamento e educação dos usuários, que acabaram por se converter num campo à parte das práticas profissionais. Além disso, foram confirmados os resultados mais incisivos sobre o uso da informação (a tendência maior para o uso dos canais informais) e, entre os fatores que interferiam nesse uso, destacavam-se como principais critérios de escolha a acessibilidade e facilidade de localização e uso das fontes de informação, em oposição à efetiva ou potencial utilidade do documento.

Também foram determinados alguns dos motivos pelos quais os indivíduos não usam as bibliotecas, destacando-se o fato de não a conhecerem ou ignorarem os serviços que ela presta. Por fim, também foram destacados alguns dos principais fatores que levam as pessoas a buscar informação, bem como uma certa ordem de prioridade entre eles: necessidade de atualização, solução de um problema do momento, levantamento prospectivo, revisão de um conhecimento e informação sobre outras áreas.

Além disso, como consequência ou impacto destes estudos para as bibliotecas, verificou-se que, com base nos seus resultados, serviços de bibliografias, índices e resumos foram reformulados (de acordo com as necessidades expressas pelos usuários), e outros serviços foram criados, tais como a disseminação seletiva de informações, os serviços de alerta com base em perfis de usuários, entre outros.[127]

No mesmo período, algumas pesquisas começaram a delinear um leque maior de variáveis, considerando fatores ligados à coleção da biblioteca, aos usos da informação, a características psicológicas do usuário (motivação, conhecimentos, etc.), a características do sistema social, político e econômico e, por fim, as consequências previstas e efetivas do uso da informação, em termos de produtividade.[273]

Nos anos seguintes ocorreu uma demanda pelo crescimento conceitual do campo. Maurice Line, por exemplo, buscou estabelecer o que seria, no escopo dos estudos, os conceitos de necessidade, demanda, desejo, uso e requisito. O objetivo era permitir que diferentes estudos empíricos realizados pudessem ter seus resultados comparados, o que não era possível na situação então existente de desordem conceitual.[210]

E ainda Lancaster buscou estabelecer os fatores que influenciam na formação da necessidade e da demanda a uma biblioteca.[199] Percebeu que atuam, neste processo, fatores ligados às fontes de informação (crescimento da literatura, custos da obtenção), aos usuários (tamanho da população, nível educacional, nível de experiência) e às bibliotecas (acessibilidade física, intelectual, de custos, rapidez na prestação dos serviços).

Analisando ainda categorias das necessidades de informação (localizar determinado item da coleção, localizar documentos sobre um assunto específico, solucionar um problema ou tomar uma decisão), Lancaster buscou correlacioná-las aos diferentes serviços e produtos prestados pelas bibliotecas: referência, alerta, catálogo, empréstimo, busca prospectiva, entre outros. Na tentativa de oferecer um amplo quadro de análise em que os estudos de usuários pudessem fornecer indicadores para a otimização dos serviços, chamou ainda a atenção para que se buscassem distinguir

necessidades das demandas reais, pois a discrepância entre elas poderia levar a que as avaliações ficassem restritas às demandas, ignorando-se as necessidades.

Para Nice Figueiredo, outros avanços nessa direção foram promovidos por Barry Totterdall, que apresentou a ideia de que não se deveria distinguir desejo de necessidade, propondo três formas de se entender as necessidades: as não ativadas ou não sentidas, as não expressas (que são conscientes) e as expressas.[127] A partir delas se articulariam as três áreas de atuação para as bibliotecas: a satisfação das necessidades expressas; a promoção e o direcionamento para as necessidades não expressas; e a participação no desenvolvimento das necessidades não ativadas.

Outra classificação apresentada pela mesma autora é a de A.V. Golovanov e A.E. Viktorov, para quem as necessidades podem ser explícitas (formuladas pelo usuário), implícitas (reveladas pela análise do problema), fictícias ou irreais (que podem levar a erro) e reais (quando constituem a solução ótima para o problema).[127]

A partir da década de 1980, começou a haver dois tipos de estudos de usuários: aqueles orientados para a biblioteca (como elas são usadas) e aqueles orientados para os usuários propriamente ditos (como buscam informação).[386] Grande parte da pesquisa passou a se dar, a partir daí, no campo da ciência da informação ou misturada a ele, na temática mais geral de estudos sobre o 'comportamento informacional' e com os diferentes modelos gerados nestes estudos. De toda forma, importantes avanços foram feitos em estudos com foco na realidade bibliotecária.

Entre esses estudos, destaca-se a abordagem construtivista levada a termo por Carol Kuhlthau, principalmente no âmbito das bibliotecas escolares.[190] A partir de uma série de pesquisas empíricas, a autora empreendeu diversos estudos sobre como os estudantes buscam e usam os recursos disponíveis na biblioteca, bem como as habilidades e barreiras que interferem nesse processo. Com base nos resultados obtidos, ela elaborou um modelo de comportamento informacional baseado em processo, em seis etapas, em que são analisados, ainda, os fatores cognitivos e emocionais atuantes em cada uma destas etapas.

Assim, conforme a autora, as etapas do processo de pesquisa na biblioteca são iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação. As necessidades de informação, neste modelo, são entendidas como sendo ao mesmo tempo cognitivas e emocionais. A emoção interfere assim dirigindo a atenção para informações novas, destacando opções perigosas ou favoráveis ou revelando dúvidas e incertezas. O processo é conduzido sob o princípio da incerteza (a incerteza aumenta e diminui à medida que o processo caminha, e ela é acompanhada de sintomas emocionais que influenciam o processo de busca. O pressuposto fundamental deste modelo é o de que o usuário constrói significados a partir das informações encontradas, sendo que a formulação de um foco ou ponto de vista sobre o assunto da pesquisa escolar (quarta etapa) é o ponto de mutação do processo.

Os resultados empíricos obtidos pela pesquisadora mostraram que a informação encontrada pode ser redundante ou original, sendo que o número de possibilidades de uma pesquisa é influenciado pelo estado emocional. A relevância dos itens informacionais não é absoluta ou constante, ela varia durante o processo, da mesma forma como variam o interesse e a motivação para a busca. Carol Kuhlthau se tornou uma referência para todo um campo de pesquisas.[154] Além disso, um desmembramento de seus estudos acabou por se relacionar ao campo da competência informacional, e deste com questões de cidadania e direito de acesso à informação.[74]

Numa avaliação global das relações entre estudos de usuários e o restante do conhecimento biblioteconômico, pode-se resgatar a ideia de Grazia Asta e Paolo Federighi sobre uma preocupação em se acabar com as 'bibliotecas inúteis', fazendo com que a incorporação de estudos de usuários ao campo de conhecimento da biblioteconomia acabe por ajudar a livrar as bibliotecas de um certo 'encarceramento', a 'saírem de si mesmas' (p. 7).[15]

2.3.3 Estudos de público na museologia

A história dos museus revela que eles mudaram muito desde sua origem, passando pelo fenômeno do colecionismo e dos gabinetes

de curiosidades ou câmaras de maravilhas, depois pela institucionalização dos grandes museus modernos, chegando enfim ao século XIX, na avaliação de Pérez Santos, sob o risco de se tornarem instituições obsoletas, e, para evitar isso, precisavam conhecer mais o seu público para melhor dirigirem-se a ele.[278]

Para Hooper-Greenhill, essa foi a grande mudança dos museus: de depósitos de objetos para lugares de aprendizagem. Isso supôs uma transformação radical nas formas de trabalho do museu que deixaram de ser orientadas para as coleções e passaram a ser orientadas para os públicos.[174] Nesta perspectiva tornou-se necessário conhecer esse público, o que fez surgir os estudos de visitantes.

Segundo Pérez Santos, foi no começo de século XX que surgiram as primeiras iniciativas de estudos de visitantes, com Francis Galton, que acompanhava os visitantes pelos corredores dos museus da Inglaterra vitoriana, e Benjamin Gilman, que estudava a fadiga e os problemas de ordem física na concepção de exposições.[278]

As primeiras pesquisas com certo rigor datam do final da década de 1920, sob o patrocínio da American Association of Museums. Em 1928 foi publicado o primeiro estudo de comportamento de visitantes — *The behavior of the museum visitor* —, de Edward Robinson, professor de psicologia da Yale University, estudo construído a partir de quatro aspectos: a duração da visita, o número de salas visitadas, o número de obras vistas em cada sala e o tempo de parada diante de cada obra. Entre seus achados encontram-se a comprovação da inutilidade dos folhetos orientadores como guias das visitas e a descoberta do 'efeito fadiga', um momento ótimo da visita a partir do qual decresce o interesse do visitante.

O mesmo autor, em parceria com Andrew W. Melton, realizou outro estudo sobre a influência do desenho da exposição no grau de interesse e poder de atração. E, ainda no âmbito do grupo de Yale, apareceram os primeiros estudos com uso de questionários, como o de Katharine Gibson, em 1925, e o de Marguerite Bloomberg, em 1929. Juntos, eles compõem o chamado 'enfoque comportamental' dos estudos de visitantes (p. 67).[278]

Nos anos seguintes, além dos estudos sobre comportamentos, buscou-se ver o impacto, neles, das exposições. Carlos E.

Cummings, em 1940, estudou as reações das pessoas, buscando perceber a ligação entre a exposição e a mensagem que se quer veicular. Nos anos seguintes, destacam-se os estudos de Mayhew Derryberry, em 1941, avaliando a compreensão das mensagens numa exposição sobre saúde, e de B. Gebhard, sobre hábitos alimentares, em 1948. Outros estudos continuaram os métodos de Robinson e Melton, como o de W.E. Kearns, em 1940, sobre os percursos das pessoas nos museus e o uso de folhetos; de Joseph G. Yoshioka, em 1942, que buscou traçar uma tipologia dos visitantes (os que fazem uma visita completa, os que saltam partes, e os que passam mais de uma vez por certas partes) e o de L.C. Nielsen, em 1946, que buscou analisar hábitos de fotografar por parte dos visitantes.

Uma parte considerável destes estudos buscou traçar perfis sociodemográficos dos públicos. O pioneirismo neste campo foi do Pennsylvania Museum of Art que, já em 1930, buscou analisar a profissão, local de residência, motivo da visita, salas preferidas e grau de satisfação, entre outros fatores. Paul M. Rea, em 1930, e L.H. Powell, em 1938, foram também pioneiros numa área que ganhou grande destaque na década de 1950.[278]

Estudos de perfil ainda são realizados, sobretudo no âmbito de políticas culturais e em comparação com outras práticas e atividades culturais.[354]

Ainda segundo Pérez Santos, é na década de 1960 que entram em cena dois pesquisadores que serão decisivos para o campo: Harris Shettel e Chandler G. Screven. Focados na efetividade da transmissão das mensagens no processo expositivo, estes autores buscaram verificar o sucesso ou não dos objetivos pedagógicos pretendidos pelos museus. Para tanto, construíram um modelo centrado nos objetivos de aprendizagem e de mudança de comportamento dos visitantes. Entre suas várias conclusões está a descoberta de que o tempo dedicado à visita e a motivação do visitante influenciam na quantidade de conhecimentos adquiridos através dos elementos expositivos. Estes autores, seguindo a linha inaugurada por Robinson e Melton, representam a abordagem das 'medidas de aprendizagem' nos estudos de visitantes (p. 40).[278]

Nas décadas seguintes, outras perspectivas teóricas acabam sendo desenvolvidas, primeiro a partir de uma base cognitivista e, a seguir, numa linha construtivista. Como mapeia o citado Pérez Santos, no primeiro bloco estão autores como L.P. Eason e A.J. Friedman (que em 1975 estudaram a efetividade das exposições), Minda Borun (que em 1977 aplicou princípios da psicologia cognitiva aos estudos de visitantes), John Falk (que em 1980 dedicou-se aos fatores intervenientes na aprendizagem de grupos de escolares) e Stuart K. Card, Thomas P. Moran e Allen Newell (com um estudo sobre o processamento da informação nos museus, em 1983). Já no segundo bloco estão autores que enfatizam as ideias prévias dos visitantes e a influência das interações sociais durante a visita. Sob tal abordagem desenvolveram-se várias teorias, como o modelo tridimensional de Ross J. Loomis, de 1991; a teoria dos filtros (fatores sociais relacionados à visita), de P.M. McManus, de 1987; o modelo sociocognitivo, de David L. Uzzell, de 1988; a abordagem comunicacional de Eilean Hooper-Greenhill, desenvolvida em 1991, entre vários outros.[278]

Entre essas abordagens, merece destaque a de McManus, que chama a atenção para a importância de um fundamento construtivista para os estudos de público de museus.[245] Conforme a autora, os seres humanos, em sua interação com os fenômenos do mundo, constroem o significado, e esse postulado possui um duplo significado. Em primeiro lugar, quer dizer que o ato de aprender é construído e que, portanto, a aprendizagem não é "informação entrando na mente" como "água despejada num jarro" (p. 63).[245] Ou seja, o educando precisa se engajar ativamente, de alguma forma, com os fenômenos apresentados, a fim de construir um significado. O segundo postulado é o fato de que o resultado desse processo é sempre pessoal, e é difícil descobrir até que ponto o significado aprendido corresponde aos conceitos aceitos por determinada cultura.

McManus constrói, assim, uma crítica ao modelo behaviorista que via a aprendizagem como a colocação de algo na mente dos visitantes, numa clara referência aos primeiros estudos comportamentalistas do campo. Para essa autora, os visitantes constroem o

sentido ativamente e não apenas adicionam parcelas de conhecimento a estruturas já existentes. Para tanto, ela recorre aos conceitos de assimilação e acomodação de Jean Piaget. Na concepção dela, o método tradicional de ensino se baseia na autoridade pessoal ou institucional do professor e da escola, que apresentam a 'verdade' com força suficiente para ficar gravada, a fim de que os educandos a aceitem. No campo dos museus, isso teria reflexo nos edifícios grandiosos, imponentes, e nas exposições 'pedantes', que funcionariam segundo a lógica da imposição de respeito, inclusive com itinerários prescritos, com o objetivo de manter os visitantes num papel passivo. Assim, uma concepção construtivista teria reflexos profundos na prática museológica ao romper com um determinado modelo de museu.

Entre as abordagens contemporâneas destacam-se, ainda, a dos grupos de estudo sobre educação museal no Canadá, que têm buscado conciliar, nas pesquisas, dados de perfil sociodemográfico com motivações e expectativas dos visitantes e os benefícios que eles identificam com a visita, contemplando não apenas os aspectos cognitivos mas também os afetivos e emocionais.[6]

Há uma argumentação, próxima a essa, associando educação e comunicação no espaço museal.[343] Conforme essa visão, a realização de uma efetiva comunicação do museu com seus públicos é fundamental para que as experiências, sentimentos e habilidades dos públicos possam de fato proporcionar práticas significativas de apropriação da experiência museal.

Exemplo de aplicação deste modelo é o trabalho de Hooper-Greenhill sobre a semiologia do significado, que analisa como os museus articulam diferentes elementos significativos (imagens, símbolos, objetos, cores, espaços) para criar um conjunto intencional de mensagens dentro de um sistema comunicativo dado, no caso, o próprio museu.[174]

Também merece destaque no campo dos estudos de visitantes o modelo contextual de aprendizagem (*contextual model of learning*) proposto por Falk e Dierking.[117] De acordo com estes autores, toda aprendizagem é contextual, pois está sempre em relacionamento com algum lugar ou situação. Em livro anterior, os mesmos autores esboçaram esse modelo, propondo que todo aprendizado é situado

em uma série de contextos, isto é, ele não é uma experiência abstrata que pode ser isolada em um teste ou laboratório, mas, sim, um fenômeno orgânico, integrado à experiência que acontece no mundo real.[118] Tal modelo foi elaborado a partir de observações de pessoas reais em situações reais.

No seu trabalho mais recente, Falk e Dierking desenvolvem os três contextos que compõem o modelo. O primeiro deles, o pessoal, relaciona-se com as motivações, interesses e afetos, além da dinâmica de adaptação presente no processo de construção do conhecimento. Para melhor compreendê-lo, os autores recorrem a Jean Piaget. O segundo contexto é o sociocultural, por meio do qual a linguagem conforma 'comunidades de aprendizes', embasando-se na teoria da mediação social pela linguagem de Lev Vygostky. Por fim, estudam o contexto físico, relacionado com os espaços, ambientes, distâncias, trajetos, a partir do conceito de cognição situada e de contribuições da proxêmica de Edward T. Hall. Conforme os autores, o aprendizado é um processo/produto das interações entre esses três contextos.

Também no âmbito de aproximações entre os estudos de visitantes e os estudos de mercado contemplam essa virada teórica: "Esta pesquisa qualitativa, que analisa atitudes e opiniões, estuda o significado que as experiências reais ou imaginárias dos museus têm para as pessoas" (p. 38).[174]

Por fim, merecem destaque estudos contemporâneos inspirados na distinção promovida por Michel de Certeau entre estratégia e tática (esta última ligada à utilidade transformadora das práticas, usos e 'artes' do cotidiano), que tem se constituído em importante base para os estudos de visitantes de museus.[313]

Na visão de João Teixeira Lopes, os estudos de públicos de museus precisam "passar do conhecimento meramente *sociográfico* ao conhecimento propriamente *etnográfico*" (p. 64, grifos no original),[217] de forma a penetrar na teia de sentidos do público, não de um público imaginado, definido *a priori* pelo pesquisador (e pelo curador, pelo mediador, etc.), mas de um público efetivo, real, e, por extensão, não o estudo de estratégias imaginadas, mas de táticas inventivas, dispersas, imprevisíveis por parte dos sujeitos.[218]

2.3.4 Síntese das teorias sobre os sujeitos

No quadro 3 estão agrupadas as distintas teorias das três áreas que, embora relativas a diferentes aspectos e produzidas em distintos contextos, possuem um mesmo fundamento quanto ao eixo de preocupações, expresso por sua inserção no pensamento focado nos sujeitos.

Quadro 3. As diferentes teorias focadas nos sujeitos

ARQUIVOLOGIA
- **liberalização do acesso: ICA 1966, 1967**
- **necessidades de informação: Taylor, Dowler, Cox**
- **condição de cidadania: Coeuré, Duclert**

BIBLIOTECONOMIA
- **estudos de comunidade**
- **hábitos de leitura: Branscomb, Knapp, Evans**
- **estudos de avaliação**
- **necessidades e usos: Line, Paisley, Lancaster, Brittain**
- **abordagem construtivista: Kuhlthau, Todd**

MUSEOLOGIA
- **estudos de visitantes: Galton, Gilman**
- **estudos comportamentais: Robinson, Melton**
- **estudos de aprendizagem: Cummings, Derryberry, Shettel**
- **abordagem construtivista: Eason, Friedman**
- **modelo contextual de aprendizagem: Falk e Dierking**
- **táticas e estratégias: Lopes, Semedo**

Seguindo a mesma lógica de representação, buscou-se uma visualização dessa perspectiva teórica por meio da figura 4. Nela, as setas retas estão em ordem invertida: partem das pessoas e se dirigem para as instituições arquivo, biblioteca e museu, justamente para destacar o *caráter ativo* dos sujeitos que se relacionam com estas instituições.
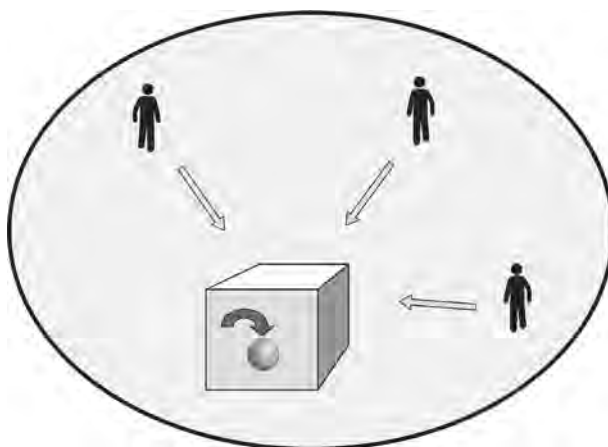
Figura 4. Representação visual das teorias sobre os sujeitos

2.4 Estudos sobre representação

Desde sua origem, os arquivos, as bibliotecas e os museus se depararam com o desafio de representar suas coleções, isto é, inventariá-las para fins de controle e guarda, catalogá-las e classificá-las para fins de recuperação, descrevê-las para facilitar o acesso e o uso. Tal desafio foi historicamente concebido como uma questão técnica: encontrar as formas mais adequadas para atingir os objetivos.

Nos séculos XVIII e XIX, o enciclopedismo, o historicismo e o positivismo marcaram fortemente as tarefas de representação com a proposição de esquemas universais de representação. Ao longo do século XX, contudo, diferentes teorias buscaram explicar esses processos, conformando aos poucos uma subárea de estudos com forte influência das ciências da linguagem. De tarefa técnica, as questões da representação se converteram em importante campo de investigação científica. A tendência universalizante, aos poucos, foi cedendo lugar à questão do singular.

2.4.1 Estudos sobre representação na arquivologia

Questões ligadas aos princípios de organização e descrição dos documentos arquivísticos surgiram e foram debatidas durante todo

o período de consolidação do modelo patrimonialista. Contudo, foi a partir de 1898, ano da publicação do manual de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, que tal questão ganhou um estatuto diferente. Embora fundamental para a consolidação da perspectiva tecnicista no seio deste modelo, e contribuindo para a autonomização da arquivologia como campo de conhecimento, esse manual também abriu caminho para a construção de um espaço reflexivo sobre as normas e técnicas arquivísticas.

Diversas aplicações práticas de instrumentos de classificação, inclusive de sistemas de classificação bibliográfica, foram testadas nos anos seguintes, embora sem uma significativa reflexão teórica, o que só aconteceu em manuais posteriores, como os de Antonio Matilla Tascón, de 1960, e de Aurelio Tanodi, em 1961, e em obras teóricas de pesquisadores como Schellenberg. Na década de 1970 autores como Carlo Laroche e Michel Duchein estudaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos Estados Unidos com o princípio da proveniência europeu.

No final desta década, começaram a aparecer as primeiras reflexões sobre os registros eletrônicos, cabendo a Charles M. Dollar, ainda nos anos 1970, o pioneirismo na teorização de tal questão, em relação à avaliação e ao valor informativo do documento, para além da ideia de suporte e conteúdo informativo.[98]

Os aspectos relacionados com preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Luciana Duranti, que propôs uma revitalização dos estudos sobre a diplomática e a necessidade de aplicação de seus fundamentos aos documentos eletrônicos.[108] Luciana Duranti e Terry Eastwood são autores que, nesta linha, vêm desenvolvendo reflexões sobre o valor probatório dos documentos eletrônicos.[109]

O impacto dos suportes digitais também motivou o crescimento da pesquisa na área de normalização arquivística.[329] Na década de 1990, o tema mais presente nas discussões teóricas da comunidade arquivística internacional foi o da elaboração de normas descritivas. A introdução dos meios informáticos foi o principal fator a impor a necessidade de padronização no trabalho descritivo (como

condição para se obter mais sucesso nas pesquisas) mas, também, destaca-se a troca de informações entre diferentes organismos e a possibilidade de sua ligação em rede.

Os antecedentes dessa produção se desenvolveram de formas distintas. Nos Estados Unidos, com as regras de descrição para arquivos e manuscritos de Steve Hensen, que tiveram sua primeira versão apresentada em 1983 e que, nos anos seguintes, passaram a ser aplicadas de forma corrente nos arquivos norte-americanos e depois serviram de base para um formato para troca de registros legíveis por máquina.

A partir do formato MARC (MAchine Readable Cataloging), criado pela Library of Congress, surgiu o MARC AMC para possibilitar a troca de registros arquivísticos. No Reino Unido, foram desenvolvidas normas de descrição arquivística a partir de um projeto nascido na University of Liverpool, sob orientação de Michael Cook, tendo como resultado o *Manual of archival description* (MAD), também com diferentes versões publicadas. No Canadá, ao longo da década de 1980 foram feitos esforços de normalização por parte da Association of Canadian Archivists e da Association des Archivistes du Québec, congregados em 1986 no Bureau Canadien des Archivistes. Dos trabalhos deste grupo e de um comitê criado a seguir, surgiram as *Rules for archival description*, cuja publicação se iniciou em 1990. O modelo seguido foi o da segunda edição das *Anglo-American cataloguing rules* (AACR2), porém com uma elaboração assentada numa cuidadosa análise dos princípios que norteiam a prática arquivística.

As três experiências citadas foram os documentos básicos de trabalho de uma comissão criada no Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em 1990, incumbida de preparar uma norma internacional de descrição arquivística, que veio a ser denominada ISAD (G) – General International Standard Archival Description, aprovada no XII Congresso Internacional de Arquivos, em 1992, em Montreal. A ISAD (G) consagrou o princípio básico da descrição multinível e definiu os elementos descritivos essenciais para qualquer tipo de descrição em arquivos.

Alguns anos depois, a mesma comissão se dedicou ao estudo de outra norma, para definição de critérios para a preparação de

registros de autoridade, para serem estabelecidos pontos de acesso em consonância com a descrição arquivística. Desse estudo surgiu a ISAAR (CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families, publicada em 1996.

Em anos recentes, novas pesquisas vêm destacando outros aspectos relacionados com a representação dos documentos arquivísticos, tais como a possibilidade de indexação por assunto como forma de acesso aos documentos arquivísticos,[293] a importância de critérios diferentes de classificação conforme proveniência, assunto e sigilosidade,[336] a possibilidade de aplicação de classificação facetada a documentos arquivísticos[238] e as diferentes dimensões de representação do documento de arquivo, que tem um significado prático e também um significado simbólico.[182]

2.4.2 Estudos sobre representação na biblioteconomia

As questões relacionadas com a descrição e a organização estão na origem mesma da fundação do campo da biblioteconomia, com as regras de catalogação e os sistemas de classificação bibliográfica surgidos ainda no século XIX, 'época áurea'[337] dos esquemas gerais e enumerativos. Tem aí origem o campo normalmente designado por 'tratamento da informação', no qual desenvolveram-se algumas especialidades.

Na área de catalogação, foram realizados importantes avanços na criação de instrumentos internacionais de formatos de registros de dados bibliográficos, controle de autoridade, pontos de acesso e remissivas para os vários tipos de materiais. Em 1961, numa conferência em Paris, sob a égide da IFLA (International Federation of Library Associations), foram estabelecidos os princípios que, desde então, passaram a nortear a prática catalográfica. Em conformidade com tais princípios, foi publicada em 1969 a primeira edição das *Anglo-American cataloguing rules*, código catalográfico que passou a ser internacionalmente adotado.

Nos anos 1970, sob a ação da IFLA, foi desenvolvida a ISBD (International Standard Bibliographic Description) e, em 1978, foram revistas as regras de catalogação anglo-americanas, de acor-

do com essa norma internacional, sendo publicada uma segunda edição, conhecida como AACR2.

Diante da necessidade de elaborar registros legíveis por computador, em 1969 foi criado pela Library of Congress o acima citado formato MARC para intercâmbio de registros bibliográficos. Na evolução do que ficou conhecido como metadados, surgiu o padrão Dublin Core, elaborado a partir do envolvimento de várias entidades sob a liderança do Online Computer Library Center (OCLC).

Atualmente, o maior avanço no campo é o modelo de entidade–relacionamento FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records), desenvolvido pela IFLA. Voltado para a recuperação e acesso no campo de bibliotecas e bases de dados digitais, consiste mais num modelo conceitual do que num código de catalogação. Sua evolução se deu com a criação dos FRAD (Functional Requirements for Authority Data) e dos FRSAR (Functional Requirements for Subject Authority Records).

Foi no campo das classificações bibliográficas que mais houve produção científica. Buscando promover classificações sistemáticas, lógicas, que refletissem de modo crítico e filosófico sobre os elementos de ligação que servem para a reunião de conceitos,[200] as teorias e sistemas formulados foram buscar na lógica aristotélica as primeiras contribuições, a partir de conceitos como gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. Tais noções estão na base da definição de classificação como hierarquia[324] e foram fundamentais na formulação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica, normalmente conhecidos como sistemas de classificação hierárquicos por organizarem os conceitos em estruturas de gênero/espécie, identificando características essenciais e acidentais.[200] Nesses sistemas, a estrutura conceitual é obtida pela aplicação sucessiva de características de divisão. Entre os primeiros sistemas de classificação bibliográfica, os mais importantes são os de Charles Ami Cutter, o de Melvil Dewey (Classificação Decimal de Dewey), a Classificação Decimal Universal (CDU) e a classificação da Library of Congress.[247]

Na primeira metade do século XX, surgiu no âmbito das teorias

da classificação bibliográfica outra concepção de classificação: a teoria da classificação facetada, desenvolvida por S.R. Ranganathan na década de 1930, na Índia. Se as teorias da classificação podem ser divididas conforme a finalidade (filosóficas e bibliográficas) e estas últimas, conforme a amplitude de aplicação (gerais ou enciclopédicas e especializadas) ou o tipo de característica (naturais e artificiais), após a teoria da classificação facetada elas também podem ser divididas, de acordo com a forma de apresentação, em enumerativas (hierárquicas) e analítico-sintéticas.

O diferencial do sistema classificatório proposto por Ranganathan foi a utilização de uma estrutura dinâmica, multidimensional, com a introdução do termo faceta "que ficou sendo, nos modernos estudos sobre teoria da classificação, o substituto de característica", segundo Alice Príncipe Barbosa (p. 16).[18]

Ao mesmo tempo em que refletia sobre essa questão, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a Classificação Decimal de Dewey era largamente utilizada, mas frequentemente adaptada e modificada. Quando, a partir de 1931, começou a compor um novo sistema, idealizou uma estrutura bem mais elástica do que as existentes, isto é, que permitisse a síntese, o agrupamento de vários componentes para a especificação do assunto. Para isso, adotou os dois pontos como símbolo para correlacionar ideias diferentes. A Colon Classification (Classificação dos Dois Pontos), foi publicada pela primeira vez em 1933.

Mais importante do que o produto (o sistema de classificação em si) foi o princípio que animou sua construção: o conceito de 'faceta', definida como "a totalidade das subdivisões resultantes da aplicação de uma única característica", (p. 22).[281] A utilização do termo faceta não implica apenas uma mudança terminológica, mas uma mudança na concepção do processo classificatório.

Aplicado pela primeira vez na Colon Classification, o princípio de classificação facetada foi sendo aperfeiçoado a cada nova edição até que, em 1952, a quarta edição apresentou pela primeira vez as cinco categorias fundamentais, válidas para qualquer área do conhecimento, conhecidas como PMEST, iniciais de Personality (personalidade), Matter (matéria), Energy (energia), Space (espaço) e Time (tempo).

O impacto mundial das teorias de Ranganathan se deu com sua apropriação no contexto inglês. Em 1948 foi fundado, em Londres, o Classification Research Group (CRG), que passou a defender a utilização das classificações facetadas, criando inclusive diversas classificações especializadas, isto é, para campos específicos do conhecimento.[136]

Em 1958, Douglas J. Foskett publicou *Library classification and the field of knowledge* e, em 1960, Brian Vickery publicou *Faceted classification: a guide to construction and use of special schemes*. O CRG propôs uma ordem-padrão de citação, reformulando a PMEST de Ranganathan, e que compreende as seguintes categorias: todo (objeto do assunto, ou produto final), tipos, partes, materiais, propriedades, processos, operações e agentes, aos quais podem ser acrescentados espaço e tempo, bem como a forma de apresentação.[135]

Nos anos seguintes, diversos campos e setores de pesquisa estabeleceram diálogo ou se apropriaram dos princípios da teoria da classificação facetada, tais como a metodologia para a construção de tesauros facetados,[2] os estudos sobre sua aplicação na construção de bases de dados especializadas,[262] as pesquisas sobre estruturas de classificação[191] e o mapeamento de sentenças e uso de tabelas de classificação para a evidenciação de facetas.[24]

Tais questões estiveram fundamentalmente relacionadas também nos desenvolvimentos posteriores das linguagens de indexação, instrumentos relacionados com a apresentação de termos e frases para expressar o assunto contido nos documentos, principalmente a partir da década de 1950, quando começaram a ser pensados instrumentos para o novo contexto automatizado.

Entre os exemplos de desenvolvimento deste campo estão o Preserved Context Indexing System (PRECIS), criado por Derek Austin (que foi utilizado no índice de assuntos da *British National Bibliography*), e a indexação relacional de Jason Farradane, no Reino Unido. Na França, Jean-Claude Gardin e seu grupo elaboraram o SYNTOL (Syntagmatic Oriented Language), sistema que permitia uma indexação sintática com o auxílio do computador. Nos Estados Unidos, no antigo Center for Documentation and

Communication Research (CDCR), em Cleveland, Ohio, foram realizadas pesquisas pioneiras sobre a aplicação de indicadores de funções no sistema da Western Reserve University. Na Índia, sob marcante inspiração filosófica, foi criado o sistema POPSI por Ganesh Bhattacharya, discípulo de Ranganathan.

2.4.3 Estudos sobre representação na museologia

Desde sua origem como instituições modernas, os museus viram-se às voltas com tarefas relacionadas à representação de seus acervos. Inventariar, repertoriar, catalogar, classificar, nomear, descrever, organizar, são alguns dos termos que desde então vêm sendo utilizados para tratar de um campo de intervenções práticas que, num primeiro momento, constituiu-se apenas num nível tecnicista. Diversas teorias desenvolvidas durante o século XX, contudo, tiveram como objetivo não aumentar a eficácia técnica dos procedimentos de representação mas, sim, questioná-los e problematizá-los, voltando-se para os processos de representação nos museus.

A perspectiva historiográfica e nacionalista que marcou o contexto de nascimento dos museus modernos pautou em grande medida todos os processos de ordenamento, descrição, classificação e exposição dos acervos museológicos.[248] A partir do final do século XVIII, os museus sofreram grande influência dos ideais enciclopedistas que buscavam levar a termo uma "taxonomia de todo o mundo conhecido" (p. 20).[278] Assim, modelos de classificação das ciências tiveram acentuada influência sobre estas instituições. Tanto a perspectiva cientificista utilizada nas coleções de história natural quanto a perspectiva historiográfica dos museus de belas-artes compunham um "espírito enciclopedista, classificador e taxonômico" (p. 48).[103]

Conforme Marín Torres, até o começo do século XX não houve grande preocupação com a questão da documentação das coleções, com o tratamento das operações museográficas. Assim, foi a partir do trabalho de autores como Alma S. Wittlin, Francis Henry Taylor, Antoine Schnapper, David Andrews Roberts, Lynne Teather e Anne Claudel, além do impulso dado pela formação da Museum Documentation Association, que se desenhou um campo

de estudos em torno da documentação museológica. As preocupações, neste momento, giravam em torno das questões da normalização, da necessidade de ordem e controle para proporcionar a recuperação das peças, para a produção de guias para os visitantes e também instrumentos de pesquisa para investigadores, e, paralelamente, garantir que a ordenação não 'matasse' o potencial artístico do museu, transformando-o em mausoléu.[234]

Parte considerável da produção teórica da museologia buscou discutir menos as técnicas museográficas em si, em seu papel funcional dentro da instituição museu. Para isso, deu-se uma importante mudança de perspectiva, passando-se a assumir que "a realidade apresentada por museus é uma invenção – é o resultado de uma forma particular de construir a realidade" (p. 13).[314] Como consequência, deve-se ter em mente que

> os museus não reproduzem meramente a realidade, os museus (re) definem essa mesma realidade no contexto da sua própria ideologia e, por essa razão, devem ser compreendidos como *performers, criadores de sentido*, como *práticas de significação*" (p. 14).[314]

O resultado disso é que

> as conceptualizações dos grandes museus do século XIX, com as suas ambições moralizadoras e disciplinadoras, que se apresentavam como repositórios de classificações científicas do mundo natural e humano, têm sido fortemente afrontadas nos últimos anos por novas práticas de colecionar, de expor e interpretar (p. 19).[314]

Ainda conforme Alice Semedo, o campo de estudos sobre a representação do e pelo museu se converteu em um "campo de investigação fértil que tem sido explorado nos últimos anos por alguns dos mais conceituados investigadores do campo", tais como J. Pedro Lorente, Kevin Walsh, Ivan Karp, Steven D. Lavine, Carol Duncan, Michael Shanks e Christopher Tilley (p. 20).[314]

Numa linha próxima, foram desenvolvidos diferentes estudos tomando os museus como mediadores, a partir da contribuição dos *cultural studies* inaugurados pela escola de Birmingham. Nestes estudos, defende-se a ideia de que, pela ação mediadora dos

museus, aqueles que terão sua história apresentada têm o direito de participar dessa representação.

Hooper-Greenhill é uma das autoras envolvidas com essa questão. Em um de seus trabalhos, ela aponta para um processo de mudança nos museus rumo a filosofias mais democráticas, em que os museus, abertos ao escrutínio público (*accountability*) passaram a rever seus critérios de classificação dos objetos, as informações a serem disponibilizadas sobre eles, as formas de descrevê-los, por exemplo, revendo sua postura muito assentada ainda na modernidade, que promovia uma divisão binária do 'nós' e 'eles', sendo o 'nós' o sujeito masculino, de classe média e europeu, e 'eles' o restante do mundo.[173]

Pearce aprofunda essa análise, mostrando como os museus construíram suas representações a partir de um quadro do 'nós' e 'eles', sendo o ponto de partida o homem branco cristão ('nós'), e a referência se afastando na direção do 'outro' (árabe, indiano, negro africano, polinésio, passando também pelo impérios antigos).[276]

Próxima desta abordagem encontra-se o trabalho de Tony Bennett, que, a partir da perspectiva da *gouvernabilité* de Foucault, buscou ver o papel do conhecimento e da *expertise* em organizar diferenciados campos sociais.[25] Sua análise está focada em como distintas relações de poder são constituídas em e pelo exercício de determinadas formas de conhecimento e *expertise*, e nos modos como eles dão ênfase a mecanismos e técnicas para enquadrar e moldar pensamentos, sentimentos, percepções e comportamentos, como, por exemplo, o importante papel desempenhado pelos princípios evolucionários de classificação e exposição nos museus de história natural, etnologia e geologia no século XIX.

No campo das aplicações práticas de tal raciocínio, pode-se identificar, já na década de 1920, que, entre os conservadores e planejadores de exposições, abalavam-se as "suas compreensões da instabilidade dos vários esquemas interpretativos vigentes" (p. 21).[227]

Ainda neste campo, María Bolaños[32] apresenta vários exemplos históricos de inovações em métodos de representação, como o historicismo radical de Alexander Dorner, os *period rooms* do Museo Nacional del Prado, o enfoque multidisciplinar do Museum of Modern Art de Nova York, a postura antiracista do Musée

d'Ethnographie du Trocadéro, em Paris, e o modelo dinâmico do Musée d'Ethnographie em Neuchâtel, Suíça, merecendo destaque, recentemente, a criação de edifícios que em si mesmos constituem peças museológicas, numa perspectiva inaugurada com o Museo Guggenheim de Bilbao, na Espanha.

2.4.4 Síntese das teorias sobre representação

No quadro 4 estão agrupadas as distintas teorias das três áreas que, embora relativas a diferentes aspectos e produzidas em distintos contextos, possuem um mesmo fundamento quanto ao eixo de preocupações, expresso por seu foco nas questões da representação.

Quadro 4. Teorias focadas nas questões da representação

ARQUIVOLOGIA

- record group, 1941
- critérios para descrição: ICA 1964
- manuais de Matilla Tascón, Tanodi
- teoria estruturalista de Laroche
- diplomática: Duchein, Lodolini, Duranti
- normas de descrição: ISAD (G) e ISAAR (CPF)

BIBLIOTECONOMIA

- catalogação: IFLA, AACR, ISBD; OCLC, FRBR
- classificação bibliográfica: Dewey, Cutter, Otlet
- teoria da classificação facetada: Ranganathan, CRG
- teoria do conceito
- linguagens de indexação

MUSEOLOGIA

- documentação museológica: Taylor, Schnapper, Roberts
- práticas de significação: Semedo, Lorente, Duncan
- cultural studies: Hooper-Greenhill, Pearce
- representação e evolução: Bennett
- iniciativas práticas

Na figura 5 é apresentado um esquema relacionado a este eixo teórico. A multiplicação de setas curvas evidencia a existência de di-

ferentes normas, regras e possibilidades de descrição, ordenação e classificação dos acervos; a multiplicação de esferas mostra que os acervos, conforme as formas de representação utilizadas, também podem adquirir diversos significados, daí derivando diversos destaques possíveis, valores, possibilidades de uso e apropriação.
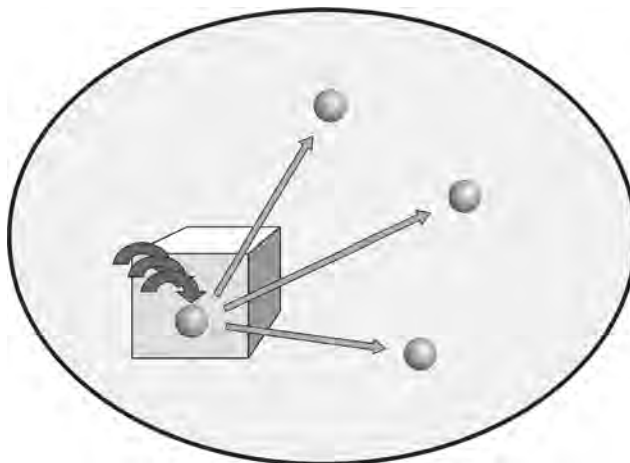
Figura 5. Representação visual das teorias sobre representação

3. Perspectivas contemporâneas

Os vários movimentos teóricos analisados no tópico anterior demonstraram a insuficiência do poder explicativo do modelo consolidado no final do século XIX, com seu escopo reducionista focado no objeto, na instituição custodial, na sua instrumentalidade e na sua dimensão técnica. As distintas abordagens desenvolvidas ao longo do século XX, agrupadas nos quatro eixos, contemplaram novas questões, evocaram novos conceitos, forçaram os limites das fronteiras disciplinares, situando suas questões fora dos limites estabelecidos pelas disciplinas focadas nas regras para o tratamento de objetos dentro das instituições.

Os avanços mais recentes nos campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia têm buscado agregar as várias contribuições das últimas décadas. Novos tipos de instituições, serviços e ações executadas no âmbito extra-institucional conferiram maior

dinamismo aos campos, que passaram a se preocupar mais com os fluxos e a circulação de informação.

Buscando superar os modelos voltados apenas para a ação das instituições junto ao público, ou para os usos e apropriações que o público faz dos acervos, surgiram modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas destes atores. Modelos sistêmicos também apareceram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente. A própria ideia de acervo, ou coleção, foi questionada, na esteira de reflexões sobre o objeto da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia. Somado a tudo isso, desenvolveram-se as tecnologias digitais com um impacto muito mais profundo, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização destes três campos.

3.1 Perspectivas contemporâneas em arquivologia

A década de 1960 marcou o início de uma preocupação com a questão teórica no campo da arquivologia. Momento importante desse debate foi a VII CITRA realizada em Madri, em 1962, tendo como tema 'O conceito de arquivo e as fronteiras da arquivística'. Instalava-se o debate sobre o objeto da área e a necessidade de maior formulação teórica.

Neste sentido, registra-se o pioneirismo de Aurelio Tanodi, que, em 1961, definiu como objeto do campo a *archivalia* (arquivália), um conjunto de documentos produzidos por determinada entidade, relacionados com a vida desta e tendo relações entre si.[351] Ampliava-se consideravelmente a perspectiva de estudo da arquivologia, que deixava de ser entendida como a ciência dos documentos de arquivo ou da instituição arquivística.

Na década seguinte, destaca-se a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que em 1976 criou o Programa Geral de Informação (PGI) e, dentro dele, em 1979, o Records and Archives Management Programme (RAMP), estruturado em parceria com o Conselho Internacional de Arquivos (ICA). Tal programa assegurou a publicação de importantes trabalhos em diferentes áreas da arquivologia, tais como os de

Sam Kula (avaliação de arquivos de imagens em movimento); de Harold Naugler (registros eletrônicos); de Marilla B. Guptil (documentos de organizações internacionais); de Helen P. Harrison e R.L. Schuurma (arquivos sonoros) e de Michael Cook (documentos contendo informações pessoais), chegando às perspectivas contemporâneas voltadas para o impacto das tecnologias digitais nas práticas arquivísticas.[98]

Em anos mais recentes, vêm sendo problematizadas questões ligadas às implicações das tecnologias digitais para a organização dos documentos arquivísticos, relacionados com o princípio de proveniência,[392] com as possibilidades de agregação[390] e com os documentos que já nasceram em meio digital.[55, 361]

Contudo, a maior inovação teórica da arquivologia surgiu no começo dos anos 1980. Algumas manifestações dessa inovação podem ser observadas já na década de 1920, na intuição sistêmica de Eugenio Casanova, que buscou não separar o arquivo administrativo do arquivo histórico.

O artigo inaugural dessa nova abordagem, porém, é o de Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau, de 1980, que apresenta uma visão sistêmica do fluxo documental. Dois anos depois, Carol Couture e Jean-Yves Rousseau formalizam a busca, pela arquivologia do grupo de Québec, de uma síntese da *records management* e da *archives administration*, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada.[75]

Essa abordagem passou a se desenvolver em diferentes contextos a partir da contribuição de autores como Vicenta Cortés Alonso e María Luisa Conde Villaverde, na Espanha; Angelika Menne-Haritz, na Alemanha; Michael Cook, no Reino Unido; e Manuel Vásquez Murillo, na Argentina.[326]

Assim, como decorrência tanto do impacto das reflexões da arquivologia integrada como das tecnologias da informação e dos tipos especiais de arquivo, o arquivo passou a ser cada vez mais caracterizado como um sistema de informação, e o objeto de estudo da arquivologia, como a informação arquivística. Na sistematização de Eliezer Silva, essa seria a terceira fase da arquivologia,

surgida após uma primeira fase de maior ligação com a história e uma segunda com a administração.[329]

Pouco depois, surgiu a expressão 'pós-custodial' para designar essa nova fase da arquivologia,[69] em torno de uma perspectiva informacional para o campo. Nessa mesma linha desenvolveu-se a perspectiva sistêmica em torno da ideia de 'arquivo total' em Portugal, congregando pesquisadores como Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro.[326]

Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral e o campo dos arquivos pessoais e familiares,[78] informações pessoais nas redes sociais,[331] e com a criação de sistemas para gestão de arquivos pessoais.[20, 239]

Estudos recentes têm destacado a necessidade de se estudar os arquivos como construções sociais .[355] Nessa mesma linha, Delgado Gómez propõe que a arquivologia deveria acabar com a tradicional fissura entre a lógica do arquivo e a sociedade na qual ele se insere.[91] Para tanto, a arquivologia deveria deixar de ser vista como uma ciência que "documenta a verdade dos fatos" para ser uma ciência voltada para a discussão dos documentos como resultado e reflexo de uma multiplicidade de tensões sociais que se produzem em tempo e lugar determinados, isto é, que vê os documentos como construtos produzidos segundo determinadas regras do discurso, determinadas "condições de documentar".

Nessa mesma perspectiva, cada vez mais vêm sendo desenvolvidos estudos vinculando as questões arquivísticas às questões de construção de identidade por meio da memória no plano conceitual,[70,179] ou em estudos relativos a identidades étnicas[85] de determinados grupos sociais[54] e mesmo vinculando memória e arquivos a partir do uso de documentos arquivísticos em obras de arte.[205]

3.2 Perspectivas contemporâneas em biblioteconomia

Nas abordagens contemporâneas em biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências que, embora possam ser separadamente identificadas, possuem vários elementos em comum.

A primeira delas é a que se apresenta contemporaneamente sob

a designação de 'mediação'.[8] Num primeiro momento, a ideia de mediação foi entendida como uma ação de ponte, de ligação, entre o acervo documental de uma biblioteca e a comunidade de usuários com suas necessidades. Mas, em pouco tempo, tal concepção avançou no sentido de indicar uma ação mais incisiva do profissional bibliotecário como orientador das leituras, separador das obras 'úteis' e 'edificantes' daquelas 'inúteis', 'irrelevantes' ou mesmo 'degradantes'. A ideia de mediação passou a se aproximar da de filtro, e a tarefa do bibliotecário da de um selecionador.

A manifestação pioneira desta questão surgiu em 1935, quando Ortega y Gasset proferiu a palestra de abertura do II Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia organizado pela IFLA.[271] O autor identificava, à época, um assustador crescimento do volume da produção editorial, e o livro tornava-se, então, uma fonte de conflito, uma 'selva' sufocante, cabendo ao bibliotecário exercer um papel de 'domador' do livro 'enfurecido'. Ele propôs que o bibliotecário deveria intervir na fase mesma de produção dos livros, participando da decisão de quais deveriam e quais não deveriam ser publicados. Para ele, tal proposta não seria um ato contra a liberdade, tanto quanto as regras de trânsito não o são. Independentemente da polêmica causada (suas ideias foram recebidas por alguns profissionais como totalitárias), o autor antecipava uma realidade que se tornou cada vez mais evidente (a gigantesca produção documental) e as implicações disso na atuação bibliotecária (a necessidade de seleção e filtragem como parte dos serviços oferecidos aos usuários).

Ao longo dos anos, a ideia pioneira de Ortega y Gasset mostrou-se fundamental para a concretização de uma alteração estrutural do próprio conceito de biblioteca, sendo esta considerada por Edson Nery da Fonseca menos como coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados "do que como assembleia de leitores" (p. 67).[131] Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca.

Nessa mudança, é possível identificar uma influência das ideias de Paulo Freire: a ideia de mediação passou a definir-se como

> toda ação de interferência — realizada pelo profissional da informação —, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (p. 92).[9]

A ideia de mediação passa então a ser entendida não como algo coadjuvante, mas "interferindo em seu próprio objeto". A mediação aparece como uma interferência intencional, "em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade" do bibliotecário (p. 93).[9]

Nesta mesma linha, Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini apontam os três modelos por que passaram as bibliotecas: o primeiro, da conservação cultural (centrado na organização, no tratamento técnico dos acervos); o segundo, da difusão cultural (com ações voltadas para o acesso e o uso da informação); e o terceiro, da apropriação cultural (em que os usuários ganham uma relevância maior, e a biblioteca se converte em dispositivo de mediação cultural).[279] As bibliotecas, assim, deixaram de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais para se constituírem em verdadeiros dispositivos produtores de sentidos, tendo os usuários ou leitores como sujeitos ativos do processo. Nessa linha, recentemente tem havido uma valorização da diversidade e da participação multicultural no espaço da biblioteca.[176, 360]

A segunda vertente também pode ser entendida como parte dos estudos sobre mediação, embora tenha se articulado como uma vertente própria. Trata-se do campo que se desenvolveu a partir do conceito de *information literacy*, surgido nos Estados Unidos, em 1974. Formulado por Paul Zurkowsky, inicialmente se relacionou com o ambiente empresarial, como competência no uso da ampla variedade de recursos informacionais disponíveis para a solução de problemas no âmbito do trabalho.

Dois anos depois, Cees Hamelink e Major Owens o vinculavam à questão da cidadania, correlacionando-o com a prática de tomar decisões relativas à responsabilidade social. Foi no campo educacional, contudo, que o conceito se desenvolveu, como um "esforço da classe bibliotecária para ampliar seu papel dentro das instituições educacionais".[48]

Conforme Bernadete Campello,[48] as teorias e ações em torno do campo da competência informacional (ou literacia informacional) tiveram como antecedentes os serviços de referência e a educação de usuários, e se constituíram a partir de discursos estruturados em quatro aspectos: as questões relacionadas com a sociedade da informação; as teorias educacionais construtivistas; a tecnologia da informação; e o papel do bibliotecário. Trata-se, para a autora, de um dos mais importantes sintomas das "mudanças por que tem passado a biblioteconomia" (p. 28).[48]

Essa também é a avaliação de Elisabeth Adriana Dudziak (2003), que identifica três níveis de complexidade na *information literacy*: como tecnologia da informação (dimensão instrumental, foco nos sistemas), cognitiva (em que a biblioteca é entendida como espaço de aprendizado, foco no indivíduo) e como inteligência (é dirigida para o aprendizado, foco no processo).[105] Assim, além de habilidades e conhecimentos, pensa-se nos valores, incorporando uma dimensão social e situacional:

> entender a *information literacy* nesse nível é considerar a dimensão social e ecológica do aprendiz, percebendo-o não mais como usuário, nem tampouco como indivíduo, antes como sujeito, que é o indivíduo enquanto ator social (p. 28).[105]

Por isso, a *information literacy* representa uma mudança na filosofia da educação, mais que mera inclusão de atividades. Para o bibliotecário, representa uma profunda mudança, já que este passa a agir como um agente educacional, um mediador do aprendizado, centrando foco nos processos de aprendizado. A biblioteca também se altera, de repositório de informações e prestadora de serviços para uma organização aprendente, provocadora de mudanças nas instituições em que se situam. Abordagens mais recentes têm, inclusive, explorado as potencialidades de jogos para o desenvolvimento de competências e para uma maior atratividade do espaço da biblioteca.[265, 285, 379]

Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição.[299] A chegada das tecnologias digitais trouxe toda uma reconfiguração

da própria estrutura dos produtos e serviços bibliotecários e, mais recentemente, destaca-se o impacto das discussões sobre a Web 2.0. Conceito formulado por Tim O'Reilly em 2004, a expressão designa uma nova dimensão da internet caracterizada por uma "arquitetura da participação" e também por uma mudança na concepção de usuário que passa a ser visto também como autor, editor, organizador de informação,[141] na qual a maior mudança é de atitude.

Conforme Cassia Furtado, em 2005 Michael Casey criou o termo *library 2.0*, fruto da junção de Web 2.0 e biblioteca, destacando a aplicação, na biblioteca, dos princípios e ferramentas da Web 2.0.[141] Há, assim, uma profunda "mudança na relação usuário, informação e biblioteca" (p. 136).[141]

Mais que oferecer novos serviços e produtos com as tecnologias digitais, é a relação com o usuário que muda. Na biblioteca 2.0, o usuário é chamado a participar e não só receber, e o papel da biblioteca deixa de ser o de apenas disponibilizar as informações de seu acervo, permitindo que todos participem na construção dos conteúdos que todos vão usar. Exemplos de aplicações desta perspectiva são, por exemplo, estudos de uso de *hashtags* do Twitter [60] ou de *social discovery systems*[342] para a construção de catálogos de bibliotecas.

Nessa mesma linha, David Lankes propõe uma *new librarianship*, na qual o papel dos bibliotecários seria ajudar no progresso das sociedades facilitando a produção de conhecimentos nas várias comunidades.[201] Essa mudança na questão da mediação da biblioteca também vem sendo compreendida a partir do conceito de esfera pública,[374] como local a proporcionar condições de envolvimento e participação por meio do acesso à informação.

3.3 Perspectivas contemporâneas em museologia

Os avanços mais recentes em museologia têm buscado agregar as contribuições das várias teorias e práticas desenvolvidas ao longo do século XX de forma a superar o caráter limitado do quadro teórico do modelo custodial/tecnicista. Novos tipos de instituições, serviços e mesmo ações executadas no âmbito extra-institucional conferiram maior dinamismo ao campo teórico e à prática.

Para superar os modelos voltados apenas para a ação dos museus junto aos visitantes, ou apenas para os usos que os visitantes fazem das exposições, surgiram também modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas destes atores. Modelos sistêmicos também surgiram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente. A própria ideia de acervo, ou item de coleção, foi questionada, na esteira das reflexões sobre o objeto da museologia e sobre o imaterial como objeto museológico. Desenvolveram-se, ainda, as tecnologias digitais, com um impacto profundo sobre os museus, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização sobre o museu.

Entre os diversos desenvolvimentos teóricos e práticos no campo da museologia que ocorreram nas últimas décadas, destaca-se a questão dos ecomuseus e da nova museologia. Contudo, é preciso algum cuidado no exame destes termos, pois são usados para designar diferentes questões e, algumas vezes, ainda confundidos um com o outro ou tomados como sinônimos.

Davis explica que o conceito de 'ecomuseu' surgiu no começo do século XX, sob o impacto das ideias ambientalistas, com a criação dos chamados museus ao ar livre, que, numa perspectiva ampliada de museu, incorporavam sítios geológicos ou naturais ao seu 'acervo'.[88] Outros museus de natureza semelhante foram os *Heimatmuseums*, os museus de folclore e os museus da vizinhança, que buscavam também musealizar espaços físicos e contribuíram para desconstruir a ideia de museu como um prédio dotado de objetos organizados em exposição.

Um outro sentido para o termo foi dado no âmbito do movimento da nova museologia. Surgida a partir das ideias de Georges Henri Rivière[294] e Hugues de Varine-Bohan,[371] ligados à École du Louvre, mas atuantes no seio do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a nova museologia propôs-se a repensar o significado da própria instituição museu. Nessa visão, os museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio.

Como coloca Davis, o termo 'território' é então utilizado para definir tanto os limites geográficos como também as conotações dos sujeitos e comunidades que vivem no espaço, as apropriações que fazem dele.[88] Com isso, ressurgiu o conceito de ecomuseu, mas to-

mado num sentido que incorpora também as identidades culturais e a ideia de comunidade. Van Mensch caracterizou esse movimento como a segunda revolução no campo da museologia.[369] Mudou o sentido de museu, de lugar de entrega de um conhecimento a uma comunidade (transmissão), para lugar construído pela própria comunidade (veículo de expressão de uma identidade).

A primeira expressão pública e internacional deste movimento se deu em 1972, na mesa-redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM, que buscou debater a função social do museu e o caráter global das suas intervenções. Daí surgiu a ideia do museu integral, que deveria proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural.

Do ponto de vista teórico, essa noção busca propor que a relação que o homem estabelece com o patrimônio cultural passe a ser estudada pela museologia e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social, o que significa ir além das suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação, em direção à inserção da sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações na sua ação.

Esse movimento foi formalizado na Declaração de Quebec, em 1984, nascendo aí o MINON, o movimento internacional para uma nova museologia. Defendendo a participação comunitária no lugar do monólogo do técnico especialista, tratou de colocar no lugar do tradicional tripé edifício/coleções/público da museologia uma nova rede de conceitos, composta por território, patrimônio e comunidade.[10]

A nova museologia recebeu adesão de teóricos de várias partes do mundo, como George Ellis Burcaw (Estados Unidos), Peter van Mensch (Europa Ocidental) e Zbynek Stránský (Leste Europeu). Teve diversos desdobramentos práticos, com vários ecomuseus espalhados pelo mundo;[280, 315] teóricos, na direção de novas definições da instituição museu;[295] e no âmbito da formação, influenciando os programas em estudos museológicos de centros como os de Brno, Leiden, Newark, além da própria École du Louvre.[11]

Outra contribuição foi a reflexão sobre a musealização, que "consiste na metamorfose de objetos que, não deixando de ter

valor social e cultural, adquirem outro, mais especial, com a nova recontextualização" (p. 12).[229] Assim, a musealização, mais do que o processo técnico de adquirir, documentar e exibir um objeto, significa um "caminho que consiste em transformar objetos materiais e imateriais aparentemente vulgares em legados históricos ou testemunhos do desenvolvimento científico, técnico, artístico ou outro de uma determinada cultura" (p. 12).[229]

Fernández de Paz e Agudo Torrico ressaltam que o tema da musealização evoca discussões sobre quais bens ou objetos serão musealizados, isto é, que serão destacados como de especial significado dentro de um contexto cultural, e ainda, uma vez realizado esse processo, de que forma eles serão interpretados na realidade museal.[121] Conforme os autores, essa questão começou a ser discutida no âmbito da comissão Franceschini, formada em 1966 para discutir a questão dos bens culturais a serem patrimonializados, tendo como desdobramento a convenção da Unesco em Paris, em 1972, sobre a proteção ao patrimônio mundial cultural e natural.

Nesta nova concepção de patrimônio, de uma só vez passou-se a considerar nas definições do interesse patrimonial o conhecimento e a proteção de dois terços dos componentes do entorno cultural do ser humano: o natural (conceito modificado mais tarde para 'paisagens culturais' para reconhecer mais acertadamente a relação simbiótica que se dá entre ser humano e seu entorno físico) e o etnológico (no qual se inserem as atividades e conquistas — materiais e imateriais — que fazem parte da bagagem mais cotidiana que contribui para dotar de identidade diferenciada cada coletivo).

Com isso, buscou-se pôr fim a uma dinâmica surgida com a expansão colonial europeia: a desvinculação entre objetos e sujeitos sociais, processo pelo qual os bens culturais (objetos materiais, representações simbólicas, rituais) teriam valor em si mesmos, desligados de quem os cria e reproduz.

A velha imagem monumentalista do termo 'patrimônio histórico', nestes estudos, passou a ser reinterpretada como patrimônio cultural, mudando a valoração dos referentes eleitos por seu 'reconhecido' valor como testemunhos de culturas desaparecidas ou por serem obras materiais de notáveis singularidades, para uma significação a partir de sua condição de reflexos materiais/imateriais do

modo de vida e proteção histórica de determinado povo ou etnia, ou seja, da identidade desse coletivo. Desde então, a temática da identidade constitui-se de maneira central nos estudos museológicos .[62]

Uma questão especial discutida nos estudos contemporâneos de museologia sobre a incorporação do patrimônio imaterial, cujos primórdios se encontram na convenção da Unesco realizada em Haia, em 1954 e uma versão formalizada na convenção de Belgrado em 1980. Para a Unesco, o patrimônio cultural imaterial abrange

> as tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do patrimônio cultural imaterial; as artes do espetáculo; as práticas sociais, rituais e acontecimentos festivos; os conhecimentos e práticas que dizem respeito à natureza e ao universo; os saberes fazer ligados ao artesanato (p. 289).[203]

Alargando seus horizontes dessa forma, a museologia se desloca da ênfase nos objetos para a dimensão imaterial, da ação humana e dos sentidos construídos. A diversidade cultural, além disso, vem se constituindo como um dos principais valores museológicos, experimentada e proporcionada pela expografia[287] e pela representação de minorias étnicas nos museus.[186]

Por fim, o fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma ampla dimensão com desdobramentos práticos e teóricos. Para Bernard Deloche, a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus representa muito mais do que apenas uma conjuntura nova à qual se adaptar, reformulando a própria concepção da instituição museal.[92] Sem edifício ou coleções, marcos institucionais tradicionais, o museu precisa oferecer novos serviços, por meio de novas práticas e funções. Os usuários também se modificam em termos de ações e possibilidades.

A adoção de tecnologias para tratamento e planejamento de exposições aproxima o museu do conceito de sistema de informação.[169] Foram ainda desenvolvidos estudos na área denominada *museum informatics,* que trata das interações sociotécnicas que ocorrem entre as pessoas, a informação e a tecnologia nos espaços museais.[237] Aliada à discussão do patrimônio imaterial, também tal dimensão relaciona-se ao que vem sendo conhecido como patrimônio cultural digital,[395] com o uso de tecnologias digitais na descrição dos objetos expostos a partir de metodologias centradas

nas experiências dos públicos e na utilização de dispositivos móveis,[301] para a promoção de acessibilidade por meio de tecnologias digitais[211, 213] e com a criação de bases de dados[224] para pesquisa em acervos museais.

3.4 Síntese das perspectivas contemporâneas

No quadro 5 estão listadas as perspectivas contemporâneas nas três áreas que, em comum, apresentam grau maior de abstração na compreensão dos fenômenos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos.

Quadro 5. Perspectivas contemporâneas

ARQUIVOLOGIA

- **conceito de arquivo: ICA 1962, Tanodi ('arquivália')**
- **tipos de arquivos: sonoros, visuais, microfilme, arte**
- **Programa RAMP**
- **arquivística integrada: Couture, Rousseau, Ducharme**
- **arquivos como construções sociais: Thomassen, Delgado Gómez**
- **história oral, arquivos pessoais e familiares**

BIBLIOTECONOMIA

- **mediação: Ortega y Gasset**
- **assembleia de usuários: Fonseca**
- **biblioteca 2.0: Casey Miller**
- **new librarianship: Lankes**
- **competência informacional: Zurkowsky**
- **bibliotecas eletrônicas: Rowley**

MUSEOLOGIA

- **ecomuseus e a nova museologia: Rivière, Varine-Bohan**
- **ICOM Santiago 1972, Quebec 1984: MINOM**
- **musealização: Fernández de Paz, Agudo Torrico**
- **patrimônio imaterial**
- **museu virtual, museum informatics: Marty, Jones**

Se o desenho das reflexões que vão do Renascimento ao século XIX ancora-se na extrema concretude dos objetos (a instituição, os acer-

vos, as técnicas), as perspectivas desenvolvidas no século xx foram importantes para deslocar e ampliar o eixo de preocupações (para as funções sociais dos arquivos, bibliotecas e museus; seu papel nos conflitos sociais; as apropriações dos sujeitos; os efeitos de sentido gerados por seus acervos e pelas técnicas aplicadas). E é o aprofundamento desse processo que acaba por conduzir às perspectivas contemporâneas, mais atentas à complexidade dos fenômenos e à interrelação de seus elementos constituintes, tanto na arquivologia[71] como na biblioteconomia[257] e na museologia.[11] Também em relação a estas abordagens contemporâneas buscou-se construir uma representação, como se pode notar a seguir.
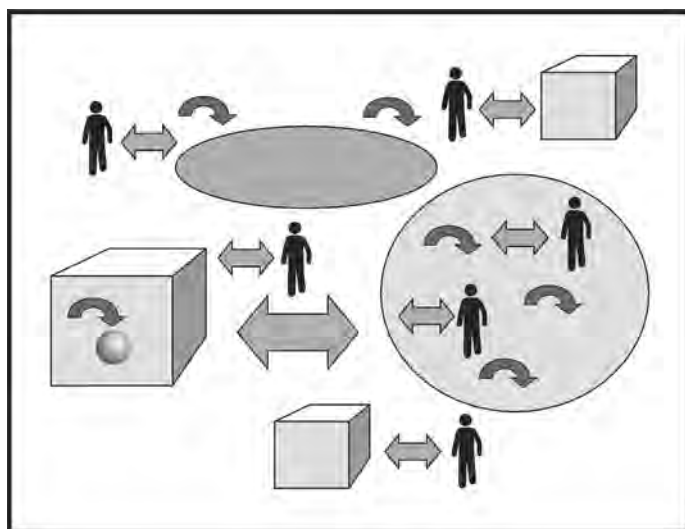
Figura 6. Representação visual das perspectivas contemporâneas

Evidencia-se um caráter bem mais complexo do que nos modelos anteriores: as setas retas com ponta dupla mostram o caráter dialógico dos processos (pessoas interferem nas instituições; instituições atuam sobre as pessoas); cubos fora de esferas mostram os espaços extra-institucionais nos quais ocorrem processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos; a elipse representa os espaços virtuais nos quais se misturam técnicas arquivísticas, biblioteconômicas, museológicas e outras; as setas curvas espalhadas

mostram a convivência de diferentes princípios de representação que emergem nos mais variados contextos.

Como se pode notar, o cenário atual da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia é muito menos voltado para o *concreto* (arquivos, bibliotecas, museus, acervos, técnicas), na medida em que incorpora dimensões mais *complexas* em seus estudos: os contextos, as competências, as interações, o imaterial, o virtual, o sistêmico. Tal cenário, por si só, já mostra um declínio do pensamento excessivamente 'instaurador de fronteiras' entre os campos que emergiram do modelo consolidado no final do século XIX.

Capítulo 2

Ciência da informação: origem e evolução

1. O surgimento e a consolidação nos anos 1960

É importante resgatar o processo de consolidação disciplinar da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia, no século XIX, pois foi tendo-as como referência, mas querendo delas se distinguir, que se construiu a ideia e o projeto da ciência da informação.

Nos primeiros relatos sobre o que deveria ser a ciência da informação era recorrente a crítica ao bibliófilo, ao bibliotecário erudito, ao historiador atuante nos arquivos, no sentido de que eles concentravam-se no conteúdo das obras, na instituição custodiadora, em vez de se preocuparem em promover a disseminação, a circulação e o efetivo uso das obras custodiadas.

Foi nessa direção, querendo se tornar uma outra coisa que não a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia desse período, que se construiu a ciência da informação. Tal empreendimento envolveu diversos fatos históricos e científicos que ocorreram em épocas e locais diferentes. Embora estes fatos sejam múltiplos, serão agrupados a seguir em cinco dimensões: o surgimento da bibliografia e da documentação; a relação institucional com a biblioteconomia; a atuação dos primeiros 'cientistas da informação' no fornecimento de serviços em ciência e tecnologia; o incremento tecnológico; e a fundamentação na teoria matemática.

1.1 Da bibliografia à documentação

No século xv, com a invenção da imprensa, aumentou a produção de livros na Europa. Surgiram nessa época as primeiras bibliografias (produzidas por bibliófilos como Conrad Gesner e Johann Tritheim), que consistiam em listagens dos livros existentes, sobre algum assunto, em diferentes bibliotecas de uma região, de um país ou de vários países.

Essas ações de caráter exclusivamente prático possuíam um caráter bastante diferente das bibliotecas: o objetivo não era montar uma coleção nem construir uma instituição física, mas, sim, inventariar a produção intelectual humana, produção essa expressa em diferentes livros e manuscritos espalhados por diferentes bibliotecas.

É essa mudança de perspectiva que, séculos depois, será o ponto de fundação da ciência da informação, naquilo que alguns pesquisadores dirão tratar-se de um primeiro traço de uma preocupação pós-custodial: não se tratava nem da reunião de uma coleção, nem da criação de uma instituição para guardá-la. Contudo, a tarefa de produção de bibliografias demandou o trabalho de descrição dos livros e, nesse sentido, a bibliografia aproximava-se da biblioteconomia — das regras dessa descrição. Assim, biblioteconomia e bibliografia foram se desenvolvendo em direção a certas construções teóricas, ao longo dos séculos, e entre elas não se desenvolveu uma distinção significativa.

No século xix ocorreram algumas mudanças importantes relacionadas às formas de se descrever e organizar os documentos impressos, sobretudo com o aumento da quantidade e importância dos periódicos científicos e da crescente produção de livros em diferentes partes do mundo.

Em 1895, Paul Otlet e Henri La Fontaine organizaram a i Conferência Internacional de Bibliografia. Criaram, a seguir, o Instituto Internacional de Bibliografia (iib). O objetivo dos dois era a construção de um grande movimento cooperativo, em nível planetário, para que fosse estabelecida uma espécie de inventário de toda a produção humana de conhecimento registrado.

Para alcançar esse objetivo, Otlet e La Fontaine se engajaram na construção do Repertório Bibliográfico Universal e na padroniza-

ção das formas de tratamento técnico dos registros (com as fichas catalográficas e a Classificação Decimal Universal), sendo nesta última tarefa que se promoveu, mais uma vez, um diálogo intenso com a área de biblioteconomia, que forneceu as principais bases a partir das quais tais formas se desenvolveram.

No plano propriamente científico, Otlet começou a visualizar a criação de uma nova disciplina científica, que viria a ser chamada de documentação. Ela seria, para os arquivos, os museus, os centros de cultura e demais instituições que custodiavam registros humanos, aquilo que a bibliografia tinha sido para a biblioteconomia.

É nesse sentido que a documentação representou uma novidade em relação a outras áreas do conhecimento e instituições (como os arquivos, as bibliotecas e os museus) que também lidavam com o conhecimento registrado: seu objetivo não era reunir uma coleção, guardar um estoque numa determinada instituição, mas promover um serviço transversal, cooperativo, entre as diferentes instituições (e entre os diferentes tipos de instituições, também), acentuando-se a natureza pós-custodial das ações. Não se trata de negar o custodial, a importante e necessária função promovida pelas instituições de guardar, custodiar, os acervos documentais; a documentação propôs uma outra ação, uma outra frente de trabalho, composta por uma gigantesca rede de registros destes acervos custodiados nas instituições. Mais do que 'ter' o documento, interessava aos pesquisadores envolvidos com a documentação promover uma listagem, um registro de 'onde' poderia estar cada um dos documentos produzidos pelos seres humanos.

A documentação se desenvolveu nos anos seguintes no plano institucional e no plano teórico-científico. Institucionalmente, foram promovidos eventos, encontros, e chegou-se mesmo à proposta de construção de uma 'cidade do conhecimento', o Mundaneum. Em 1931, o IIB mudou seu nome para Instituto Internacional de Documentação (IID) e, em 1938, para Federação Internacional de Documentação (FID). Estava marcada, assim, a transição da bibliografia para a documentação (embora a bibliografia continuasse e continue existindo até os dias atuais, aliás).

A importância desses eventos é tão significativa que, no Brasil,

a primeira instituição 'de ciência da informação', o IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), foi criado a partir do então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Mas a documentação tornou-se também uma disciplina científica. Nesse sentido, uma contribuição fundamental foi a elaboração, por Otlet, do conceito de 'documento' como significando a totalidade dos artefatos humanos, registrados das mais diversas maneiras, nos mais diversos suportes: livros, manuscritos, fotografias, pinturas, esculturas, imagens em movimento, registros fonográficos, selos, estampas, etc. Com isso, Otlet unificou, sob um único conceito, diferentes manifestações empíricas do conhecimento registrado humano. Décadas depois, tal procedimento seria fundamental para o surgimento do conceito de 'informação'.

A legitimação teórica e conceitual da documentação se deu primeiro com Otlet, que, em 1934, publicou seu *Traité de documentation: le livre sur le livre*, e, nas décadas seguintes, por autores em diferentes contextos como no Reino Unido (Samuel C. Bradford), França (Suzanne Briet) e Espanha (López Yepes). Entre as contribuições destes autores destaca-se, entre outras, uma nova ampliação do conceito de documento, incorporando não apenas os artefatos produzidos pelo ser humano mas, também, objetos naturais e mesmo seres vivos que podem, em determinado contexto, assumir uma função documental.

Nos últimos anos, diversas ideias de Otlet e da documentação vêm sendo retomadas por autores como W. Boyd Rayward, Ronald Day e Michael Buckland, entre outros, vinculados a um movimento conhecido como neodocumentação.

1.2 O espaço institucional da biblioteconomia

A segunda dimensão refere-se à relação que se deu entre a documentação e uma parte da biblioteconomia (aquela relacionada com os aspectos de tratamento técnico dos documentos), que envolveu ainda um outro aspecto: o institucional. Paralelamente ao desenvolvimento da documentação, o campo da biblioteconomia

foi, progressivamente, se consolidando por meio de associações e cursos de graduação e de pós-graduação.

O caso dos Estados Unidos é exemplar das relações entre as áreas. Em 1876 foi criada a American Library Association (ALA). Contudo, no seio dela, havia uma crescente incompatibilidade entre aqueles bibliotecários voltados para as bibliotecas públicas, atendimento ao público em geral e papel educativo da biblioteca, de um lado, e aqueles mais preocupados com o atendimento a cientistas de áreas específicas do conhecimento, voltados para o incremento dos procedimentos e serviços de tratamento técnico dos documentos.

Em 1908, bibliotecários da segunda tendência saíram da ALA e criaram a Special Libraries Association (SLA). Em 1935 foi criado o Documentation Institute, que dois anos depois mudou de nome para American Documentation Institute (ADI). As duas instituições inseriam-se na lógica de aplicação para campos especializados.

Alguns anos depois, em 1968, o ADI mudou o nome para American Society for Information Science (ASIS), a primeira associação de ciência da informação do mundo. Anos depois, a entidade mudou de nome mais uma vez para American Society for Information Science and Technology (ASIS&T), enfatizando a linha mais tecnológica da ciência da informação norte-americana, e em 2013 voltou a mudar de denominação, agora para Association for Information Science and Technology, preservando a sigla ASIS&T.

O caso do Reino Unido é razoavelmente similar. Em 1924 foi criada a Association of Special Libraries and Information Bureaux (Aslib), com o objetivo de lidar com todos os aspectos relacionados com a gestão e o processamento da informação, que teve em sua origem a intenção de agregar os bibliotecários especializados e também outros profissionais que lidassem com informação. Atualmente, a instituição denomina-se The Association for Information Management, tendo preservado a sigla original.

Da mesma forma que conteúdos de documentação começaram a ser inseridos em currículos de cursos de biblioteconomia nas décadas de 1930 a 1960, a partir desse momento foram os conteúdos de ciência da informação que começaram a ser inseridos.

Em 1972, Robert Taylor liderou a mudança do nome da faculdade de biblioteconomia da Syracuse University para Syracuse School of Information Studies, sendo a primeira do mundo a ter no nome apenas a vinculação à ciência da informação. Antes dela, outras universidades, como a de Pittsburgh, já haviam inserido a palavra *information* mas mantido o termo *library science*.

Na época, Taylor defendeu que não se tratava apenas de uma mudança cosmética. A mudança de nome apontava, sim, o reconhecimento de que as atividades e cursos desenvolvidos já não podiam mais ser identificados como sendo de biblioteconomia.

De maneiras diferentes, esse processo aconteceu em diferentes países, a ponto de, em vários contextos (principalmente no Reino Unido e nos países nórdicos), a área ser designada como *library and information science*. No Brasil, faculdades, escolas ou departamentos de biblioteconomia foram mudando sua designação para ciência da informação nas décadas de 1980 e 1990. Os cursos de graduação em biblioteconomia mantiveram, na grande maioria dos casos, sua denominação. Mas os cursos de pós-graduação tiveram também o nome alterado para ciência da informação.

1.3 Os primeiros 'cientistas da informação'

O terceiro fenômeno importante foi a atuação que diversos cientistas começaram a desempenhar nas décadas de 1920 a 1940, primeiro no Reino Unido, depois nos Estados Unidos e em outros países, de fornecer a seus demais colegas informação nas respectivas áreas de atuação, com os chamados *science services*.

Químicos, físicos, engenheiros e outros cientistas começaram a se dedicar ao trabalho de elaborar índices, resumos, promover canais de disseminação, de forma a facilitar a agilizar o trabalho de seus pares e, depois de algum tempo, começaram a designar a si mesmos cientistas da informação. Embora tenha nascido como uma atividade eminentemente prática, ao longo dos anos essa iniciativa foi se direcionando para uma importante institucionalização.

Nos Estados Unidos, a primeira proposta nessa direção surgiu em 1933, com o projeto de Watson Davis de criar o Scientific

Information Institute, o qual não se concretizou.[120] Em vez disso, foi criada a National Science Foundation em 1950.

Foi primeiro no Reino Unido, com a realização, pela Royal Society, da Scientific Information Conference, em 1948, e a implantação do Institute of Information Scientists, em 1958, criado por Jason Farradane, John D. Bernal e outros, que se deu efetivamene essa institucionalização. Em 1952, na União Soviética, foi criado o Vsesoyuz (hoje Vserossiisky) Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii (VINITI), vinculado à academia de ciências. E, a seguir, em 1958, ocorreu nos Estados Unidos a International Conference on Scientific Information. Pouco depois, em 1961 e 1962, ocorreram dois encontros denominados *conferences on training science information specialists* no Georgia Institute of Technology, eventos considerados importantes na consolidação da ciência da informação na década de 1960.

Nesse processo de institucionalização, foi-se firmando, por um lado, a ideia de que a ciência da informação era uma ciência dedicada à informação em ciência e tecnologia. Igualmente importante, contudo, foi a preocupação de base dessas ações: não mais a necessidade de se ter a posse dos documentos, mas a prioridade dada à sua circulação, ao seu fluxo, e ao atendimento das necessidades dos cientistas em sua frente de trabalho. Por um caminho bastante diferente, acentuou-se a vertente pós-custodial estabelecida pela documentação.

Teorizações sobre essa nova tendência começaram a ser produzidas nos anos seguintes na União Soviética, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Ainda em 1958, Alexander Mikhailov, na União Soviética, começou a apresentar o projeto de uma nova disciplina, a *informatika*, dedicada ao estudo das propriedades da atividade científica segundo uma compreensão desta como força produtiva. Em 1969, ele apresentou um trabalho no âmbito da FID, no qual tratava das leis gerais da atividade científica, buscando, com isso, determinar as condições para o aperfeiçoamento dos sistemas de informação vinculados a cada etapa do processo.

Antes disso, contudo, em 1960, Jason Farradane, no Reino Unido, publicou um trabalho sobre a importância da atuação dos

profissionais da informação na atividade científica. Nos Estados Unidos, em 1962, foi publicado *The production and distribution of knowledge in the United States*, um estudo de Fritz Machlup sobre a produção e distribuição de conhecimentos na sociedade norte-americana. No ano seguinte, organizado por Alvin Weinberg e uma equipe do Science Advisory Committee do presidente dos Estados Unidos, foi publicado o relatório intitulado *Science, government and information: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information*, que ficou conhecido como relatório Weinberg. Sua conclusão era de que as agências governamentais de fomento à pesquisa científica deveriam também assumir a responsabilidade pela transferência do conhecimento gerado por essas pesquisas.

A partir de então, vários pesquisadores passaram a estudar o processo da chamada comunicação da informação científica: o estudo dos vários registros produzidos pelo cientista desde a ideia na sua mente (relatórios, seminários, apresentações em eventos, artigos em periódicos, livros, citações ao trabalho, menções em livros-textos e enciclopédias), as características de cada um deles, vantagens e desvantagens, tempo médio para a produção de cada um, entre outros aspectos. Também estudaram os processos por meio dos quais os cientistas buscavam os dados necessários para suas pesquisas: busca em bibliotecas, em arquivos, em museus, em bases de dados, em artigos de periódicos, e também junto a outros cientistas, isto é, a chamada comunicação informal.

Esses estudos consolidaram a ideia de que a ciência da informação tinha por objeto o estudo dos fluxos, dos caminhos percorridos pela informação, sua materialização em diferentes produtos e serviços. De seu local de origem (os Estados Unidos, a União Soviética e o Reino Unido) tal proposta foi disseminada, posteriormente, pela Unesco, nos anos 1970, quando essa entidade se propôs a estimular a criação de políticas de informação científica e tecnológica para os países em desenvolvimento (uma expressão dela se consolidou com o manual de Claire Guinchat e Michel Menou[160] traduzido para diversos idiomas). No Brasil, o IBICT também adotou essa visão em vários documentos e pesquisas ao longo da década de 1970.

1.4 As tecnologias e o conceito de informação

O quarto fenômeno se deu na confluência de desenvolvimentos tecnológicos e os consequentes esforços para a teorização destes desenvolvimentos. Nas décadas de 1920 e 1930 iniciou-se o uso de microfilmes como forma de armazenamento e de consulta a documentos. Seu progressivo uso foi motivando a reflexão, até que, em 1936, a American Library Association criou um grupo para estudar a reprodução documental. As reflexões nessa linha levaram à consideração da possibilidade de dissociação entre o suporte físico da informação e o seu conteúdo, na medida em que o conteúdo de um livro ou jornal poderia ser microfilmado e, portanto, preservado (e também utilizado, disseminado, etc.) de forma independente do documento original.

Com o desenvolvimento dos computadores nos anos seguintes, esse pensamento se acentuou: um item físico de informação poderia ser convertido em dígitos e, como tal, preservado, transmitido, transportado e reproduzido (o que, décadas depois, com o advento das redes de computadores e a convergência das mídias, iria adquirir proporções muito maiores). Aumentaram as possibilidades de acesso, de guarda e de compartilhamento justamente pelo desprendimento da materialidade.[158] Tal perspectiva também abriu caminho para o desenvolvimento do conceito de 'informação', separando-a da ideia de 'suporte' ou de 'documento'.

Tal visão se consolidou na esteira das reflexões de Vannevar Bush, que em 1945 publicou o artigo *As we may think*, no qual identificava um problema concreto (a 'explosão' informacional, isto é, o crescimento do número de documentos, e a dificuldade resultante disso de recuperação da informação) e uma possível solução: a automatização dos processos de recuperação. Para tanto chegou a imaginar um mecanismo, a que deu o nome de *memex* (de *memory extension*).

Informação tornou-se, nesse período, conceito recorrente na obra de diversos pesquisadores relacionados com as tecnologias computacionais, tais como Claude Shannon, Bertrand Russell, Alan Turing, Kurt Gödel e Richard Dawkins.[150]

Em 1953, Calvin Mooers propôs a criação de uma disciplina científica para desenvolver o projeto idealizado por Bush: a recuperação da informação. Os primeiros experimentos científicos decorrentes dessa proposta são os que ficaram conhecidos como projetos de Cranfield I e II desenvolvidos em 1957 e 1963.

Nos anos seguintes, a proposta de recuperação automatizada da informação foi encampada dentro do projeto da ciência da informação, chegando mesmo a ser entendida como o "núcleo" da área por diferentes autores, entre os quais Tefko Saracevic, em seu livro *Introduction to information science* de 1970.

1.5 A fundamentação: teoria matemática

Os quatro fatos destacados acima conduziram à formação de uma disciplina científica nascente que precisava de uma fundamentação teórica. Tal fundamentação foi buscada na teoria matemática da comunicação, publicada em 1949, de autoria de Claude Shannon e Warren Weaver.[318] Esta teoria desenvolveu, pela primeira vez, um conceito científico de informação, preparando o terreno para o surgimento de uma disciplina dedicada a esse objeto. Os autores estavam preocupados com a eficácia do processo de comunicação e, para tanto, elegeram como conceito central de seu trabalho a noção de informação.

Em sua definição de comunicação como um processo em que um emissor envia uma mensagem para um receptor (no qual a informação é uma medida da probabilidade dessa mensagem), os autores definiram que tal processo comportaria três dimensões ou níveis de problemas. O primeiro se refere aos problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação (como, por exemplo, o volume do som numa conversa ou a qualidade da impressão em um papel). Os problemas estudados neste nível referem-se ao transporte de mensagens e o desafio é garantir a exatidão e a eficiência da transferência de um grupo de símbolos do transmissor ao receptor.

O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relaciona com a atribuição de significado. Enquanto o primeiro

nível envolve apenas uma operação mecânica (reconhecer as letras num papel, captar os sons de uma fala), o segundo se relaciona a uma operação mental específica, a de depreender, de determinada materialidade (sonora, visual, etc.), um sentido, que pode se dar de maneira conotativa ou denotativa, literal ou irônica, metafórica, etc. Este nível se refere à identidade ou a uma aproximação estreita e satisfatória da interpretação do significado captado pelo receptor, ao comparar-se com o significado previsto pelo transmissor. Aquilo que é transmitido está sujeito a interpretações na medida em que possui um potencial de sentidos possíveis.

O terceiro nível é o pragmático, que se relaciona com a eficácia. Quem emite informações a outrem deseja, de alguma forma, provocar um comportamento, causar alguma reação (convencer alguém a comprar um produto, eleger um candidato, pedir um favor, etc). Assim, algo é transmitido de uma pessoa para outra no seio de determinadas ações, contextos, objetivos. Neste nível o desafio é o da eficiência, que se relaciona com o êxito com que a mensagem transmitida ao receptor levará este à conduta desejada e prevista pelo emissor. Os dois últimos níveis, contudo, não são objeto desta teoria. Isto é, os autores produziram, deliberadamente, uma teoria voltada apenas para a primeira dimensão.

A ciência da informação adotou, nos anos 1960, essa teoria para o estudo dos diversos problemas que a desafiavam no momento e, também, para a determinação do seu objeto de estudo. Ao considerar apenas os problemas técnicos relativos à transmissão de mensagens, a ciência da informação operou uma redução de seu objeto de pesquisa, considerando os aspectos fisicamente observáveis e mensuráveis da informação, inserindo-se na perspectiva em voga nos contextos de pesquisa da época da guerra fria sintonizados com objetivos estratégicos militares. Pesquisadores que atuavam nesta linha trouxeram para a ciência da informação um modo de raciocínio científico próprio — o modo positivista —, que consiste na aplicação, aos fenômenos e processos humanos, das mesmas técnicas de observação e pesquisa das ciências da natureza, em busca de leis e princípios universalmente válidos.

Ao limpar o conceito de informação de suas dimensões de sig-

nificação e de relação social, Shannon e Weaver descartam a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação da informação enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada 'cientificamente'.

Os processos que envolvem a informação passam a ser compreendidos numa lógica linear. Os autores definem a comunicação como um processo em que uma fonte, a partir de um transmissor, por meio de um canal, envia informação a um receptor, que a conduz a um destino. A informação é definida como uma medida da incerteza, não como aquilo que é informado, mas como aquilo que se poderia informar. Diante de uma pergunta com apenas duas opções de resposta, o grau de informação seria da ordem de 50%. Diante de uma pergunta com mais opções (uma situação com maior grau de incerteza), o valor informativo aumenta. Em situações de alta previsibilidade, o grau informativo é baixíssimo.

Tal raciocínio articula diferentes conceitos importados das ciências exatas, tais como o de entropia e o de probabilidade. A informação é uma entidade da ordem da probabilidade, sendo a entropia um de seus atributos. Tais conceitos, articulados com outros presentes nesta teoria (como os de repertório, estrutura, código, ruído e redundância) dão o tom da problemática geral que a particulariza: como quantificar a informação, para determinar a quantidade ótima, com o grau adequado de redundância, prevendo a interferência do ruído e a capacidade do canal, a ser transferida de um emissor a um receptor.

Os conceitos dessa teoria têm um impacto imediato nos estudos que se seguem, em anos posteriores, a respeito da transferência de informação. São elaboradas fórmulas para prever quanto texto pode ser transmitido em cada formato, a partir do repertório de diferentes grupos, respeitando a capacidade de cada canal, entre outros aspectos.

1.6 A consolidação de uma área

Juntos, os fatos levantados até aqui conduziram à consolidação de

uma primeira ciência da informação, marcada por determinadas características. Em primeiro lugar, uma preocupação não com a custódia, a posse de documentos, mas com a sua circulação e sua disseminação da maneira mais produtiva possível. Depois, o foco não propriamente nos documentos (registro físico), mas em seu conteúdo objetivo ou, dito de outro modo, na informação contida nos documentos.

É nesse sentido que a ciência da informação, embora tendo em seu leque de preocupações os registros do conhecimento humano, mostrou-se, desde sua origem, marcadamente fincada numa dimensão bastante diversa daquela presente em outras áreas também voltadas para o estudo, o manuseio, a preservação e a promoção do uso desses registros (tais como a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia). Essa distinção é por si só significativa para marcar tanto a especificidade de cada uma das áreas como a novidade representada pelo surgimento da ciência da informação. Desde seu surgimento e ao longo das três décadas seguintes, a ciência da informação buscou sua própria identidade e uma certa autonomia em relação às demais áreas de conhecimento.

A *information science* nasceu e se consolidou no contexto anglo-saxão e soviético entre as décadas de 1940 e 1960, e daí se espalhou para diversas outras regiões do planeta. Importante nessa consolidação foi a publicação, em 1968, do artigo, hoje considerado clássico, de Harold Borko, intitulado *Information Science: what is it?*, apresentando uma definição exaustivamente repetida do que viria a ser a nova área.

Embora a intenção original da área parecesse buscar um amplo entendimento do fenômeno informacional, essa *information science* acabou por se constituir também numa especialização, mais uma ao lado das outras existentes, buscando ser um campo de estudos em recuperação automatizada da informação no contexto de informação em ciência e tecnologia. Essa área acabou por dialogar bem com a parte tecnicista da biblioteconomia, constituindo um campo designado *library and information science*, mas com pouca interlocução com campos como a arquivologia e a museologia e mesmo com a parte mais cultural e humanística (bibliotecas públicas, escolares, etc.) da biblioteconomia.

Esse primeiro modelo de uma ciência da informação acabou por conhecer, nas décadas seguintes, uma considerável ampliação. Tal processo se deu, primeiramente, a partir de manifestações da ciência da informação em outros contextos e países, tais como as *ciencias de la documentación* da Espanha, as *sciences de l'information et de la communication* da França, e os *information studies* canadenses.

Também nas tentativas de definir que tipo de ciência seria a ciência da informação ocorreram importantes avanços, sendo as principais a sua identificação como ciência interdisciplinar, ciência social e ciência pós-moderna. Uma terceira dimensão se relaciona com as várias subáreas que se desenvolveram nas décadas seguintes, dirigidas a outras realidades empíricas além do ambiente em ciência e tecnologia e dos sistemas automatizados de recuperação da informação. Por fim, o próprio conceito de informação foi sendo objeto de teorizações e reflexões, tendo-se como resultado, conforme apontado por diversos autores, a consolidação de pelo menos três grandes conceitos de informação que perpassaram a produção da área, nos seus diferentes contextos e subáreas.

2. A ciência da informação em outros contextos

2.1 As *ciencias de la documentación*: a experiência espanhola

Na Espanha, iniciativas pioneiras no campo da formação de profissionais para atuação na área se deram com a Escuela de Diplomática, criada por decreto real em 1856, a Escuela Superior de Bibliotecarios, criada em 1915, e um curso iniciado no final dos anos 1960 na Universidad de Navarra. Além disso, por influência da FID, a Espanha começou a atuar na área de prestação de serviços de informação em ciência e tecnologia. Assim, em 1952 foi criado o Centro de Información y Documentación del Patronato "Juan de la Cierva", que em 1975 se tornou o Instituto de Información y Documentación en Ciencia y Tecnología (ICYT).

Os estudos oficiais em biblioteconomia e documentação se ofi-

cializam na Espanha em 1978, quando o Ministerio de Educación y Ciencia publicou um decreto estabelecendo sua criação no sistema universitário espanhol. Em 1981 foram publicadas as diretrizes e planos de estudo a serem seguidos pelas universidades. A primeira delas foi a Escola Universitària de Biblioteconomia i Documentació de Barcelona, que iniciou suas atividades em 1982–1983.

Na Espanha, a influência de Paul Otlet e sua abordagem integradora foi essencial para a consolidação de um projeto de *ciencias de la documentación* que une biblioteconomia, arquivologia e museologia (p. 21).[221] Como destaca López Yepes, a proposta inicial de Otlet teria sido apropriada por várias perspectivas em diferentes contextos. Entre elas, destacam-se a perspectiva biblioteconômica (Samuel Bradford, Jesse Shera), a documental (Suzanne Briet, Erich Pietsch) e a informativa (Calvin Mooers, Harold Borko e os representantes das áreas de recuperação da informação e da *information science*). Nesse contexto, a especificidade da vertente espanhola seria a de recuperar a proposta otletiana de integração das práticas profissionais por meio do conceito de 'processo informativo-documental'.

Como aponta Juan Antonio Martínez Comeche, os profissionais da documentação atuam como mediadores: em um sistema de comunicação, fazem a ponte entre emissores e receptores, com o objetivo de atender a necessidades informativas.[235] Para que isso ocorra é preciso que o documento seja submetido a determinado processamento nas instituições documentais (bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação). A ideia de processamento aqui é bem ampla, envolvendo a conformação do fundo documental, a configuração do documento, a sua descrição e classificação e a sua difusão. Apesar das diferenças existentes entre as instituições documentais,[235] quanto aos objetivos, suportes documentais e público, há uma grande semelhança nos processos técnicos empregados, o que permite a unidade das ciências documentais por meio da ideia de processo informativo-documental.

Assim, na perspectiva espanhola, desenha-se uma concepção de aproximação das áreas a partir da vertente técnica. Não por acaso, nesse país, as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia

estão unidas em várias associações profissionais. É o caso da principal delas, a Federación Española de Sociedades de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística (FESABID) e de várias associações regionais, tais como a Asociación Asturiana de Bibliotecarios, Archiveros, Documentalistas y Museólogos (AABADOM) e a Asociación de Bibliotecarios, Archiveros, Documentalistas y Museólogos de Extremadura (ABADMEX).

López Yepes destaca ainda que, no âmbito das *ciencias de la documentación* na Espanha, as temáticas de pesquisa se articulam em quatro grandes eixos: o marco organizativo da atividade documental (serviços, sistemas, centros e políticas de documentação); o tratamento e a análise da informação documental; a recuperação e a difusão da informação documental; e a perspectiva empresarial da gestão da informação nas organizações.[221]

2.2 *Sciences de l'information et de la communication*: o fenômeno infocomunicacional

Na França, a ciência da informação "apresenta na verdade a particularidade de estar ligada à pesquisa em ciências da comunicação. Esta associação, pouco comum na Europa e no mundo, na verdade influencia seu próprio desenvolvimento".[76] Nesse país, a área das *sciences de l'information et de la communication* (SIC) foi estabelecida como disciplina universitária, em 1975, pelo Conseil National des Universités. Fato importante para a consolidação dessa formação foi a constituição, em 1977, da 52ème section do Conseil National des Universités, que permitiu a consolidação de uma comunidade de professores e pesquisadores no campo, constituindo-se no nascimento oficial das SIC como disciplina legítima (p. 20).[38]

Antes disso, porém, destaca-se o fato de ter sido a França pioneira no mundo no âmbito da formação de profissionais para o campo da informação com a criação, em 1821, da École Nationale des Chartes que, além de formar arquivistas e bibliotecários, também inspirou os modelos formativos de vários outros países.

Ao longo do século XX, o desenvolvimento do campo se deu sobretudo a partir de modelos formativos, com diversos cursos preparatórios para bibliotecários e arquivistas ofertados pelas associa-

ções profissionais, tais como a Association des Archivistes Français (AAF), fundada em 1904, e a Association des Bibliothécaires Français (ABF), fundada em 1906, além daqueles sediados nas próprias instituições, como a École du Louvre, para a museologia.

Pioneiros no âmbito universitário, embora com forte caráter tecnicista, foram os cursos ofertados pela École de Bibliothécaires-Documentalistes do Institut Catholique de Paris, a partir de 1936, e o da École Nationale Supérieure de Bibliothécaires (ENSB, atual ENSSIB) desde 1963.[302]

As primeiras formações em nível universitário numa perspectiva de pesquisa se deram em conjunto com a área de comunicação, no final dos anos 1960, no âmbito dos *instituts universitaires de technologie* (que depois de alguns anos passaram a ter departamentos de informação e comunicação) (p. 99-100),[249] sendo os primeiros cursos criados em Mulhouse, Lyon, Angers e Toulouse.[302] Nas décadas de 1970 foram criados os primeiros programas de mestrado e doutorado na área (p. 99-100).[249] O primeiro doutorado, *doctorat de 3ème cycle en sciences de l'information et de la communication*, data do final da década de 1970, por iniciativa de Jean Meyriat, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

Destaca-se ainda a criação da Association des Professionnels de l'Information et de la Documentation, em 1963, a primeira associação profissional da área de informação e documentação da Europa e que se somou à AAF e à ABF, tendo por objetivo congregar os profissionais bibliotecários e arquivistas, junto com aqueles das áreas de documentação e informação. Em 1974 foi criada a Societé Française des Sciences de l'Information et de la Communication, com sede na Maison des Sciences de l'Homme, com objetivo de representar a área de ciências da informação e da comunicação nos diversos órgãos governamentais, de pesquisa e de instituições de ensino superior.

Como aponta Viviane Couzinet, os pesquisadores da École Nationale des Chartes tiveram pouca participação na constituição da ciência da informação na França, cabendo o maior destaque a Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes.[76] Ainda que associadas, as duas áreas também acabaram por desenvolver agendas

de pesquisa razoavelmente distintas, cabendo à ciência da informação pesquisas sobre leitura, leitores, documentos, história do livro, mídias e cultura, sendo que nesse país "o termo 'documentação' se reporta a um saber-fazer", isto é, "representa todo um conjunto de métodos e técnicas, e não uma ciência" (p. 25).[76] Três grandes orientações temáticas vêm marcando o campo: estudos sobre os objetos portadores do saber; sobre as práticas humanas e sociais de elaboração, compartilhamento e acesso à informação; e a formalização e o cálculo para processamento tecnológico e matematização.

A relação entre a informação e a documentação também é discutida por Hubert Fondin.[130] Utilizando como critérios a duração da vida da informação e sua função, o autor propõe uma tipologia. De um lado, estaria a informação com finalidade difusa (de entretenimento, lazer), dividida entre aquela efêmera (informação noticiosa, imprensa) e a durável (informação cultural, literatura). De outro lado, a informação com finalidade explícita, útil, dividida entre a efêmera (informação prática, utilitária) e a especializada (científica e técnica). Esta última seria a informação documentária (âmbito da documentação), mas todas as quatro demandam diferentes gêneros de intervenção, constituindo campo de atuação da ciência da informação.

A perspectiva francesa se destaca particularmente por construir, como objeto de estudo, o fenômeno infocomunicacional. Como afirma Bernard Miège, a comunicação é o processo do qual a informação é o conteúdo (ela só é objeto científico se contém informação, senão se dissolve na torrente de relações humanas gerais); a informação só pode ser concebida quando é comunicada (senão não se distingue de conhecimento).[251] Para esse autor, um não pode ser compreendido sem o outro, devendo o estudo de ambos constituir-se em uma única atividade.

Visão semelhante é a de Daniel Bougnoux, para quem a informação supõe a comunicação, na qual se pode ver a base de que emerge, embora as relações entre ambas não sejam simétricas.[36]

Robert Escarpit chega mesmo a propor uma teoria geral da informação e da comunicação.[112] Ele ressalta que, apesar da tendência de se confundir os dois termos desde a teoria matemática de

Shannon e Weaver, é preciso distingui-las, sendo a comunicação um processo e a informação a medida do conteúdo das mensagens transmitidas. Por fim, o mesmo Miège propõe um programa de trabalho para a grande área da informação e da comunicação, estruturado em cinco temas: a articulação entre as tecnologias e a produção de mensagens e sentidos; a inserção social e a atividade dos usuários; os procedimentos de escrita das mensagens; as dinâmicas sociais, políticas e econômicas; e as mudanças nos processos de mediação.[251]

Para Viviane Couzinet, a ciência da informação francesa se articulou em três grandes problemáticas: *representar* (relacionada com a área de bibliologia, de criação de tesauros e demais instrumentos de descrição e classificação de documentos); *criar repositórios* (relacionada com a bibliografia e com a produção de instrumentos para tornar conhecida a produção científica, que teve como ápice a criação do Institut de l'Information Scientifique et Technique (INIST); *transmitir* (relacionada com a promoção do acesso e a otimização dos fluxos de informação).[77]

2.3 Os *information studies* canadenses

No Canadá, a área da ciência da informação acabou por se aproveitar, por sua "situação privilegiada" (p. 7),[302] das tradições da Europa e dos Estados Unidos, que constituíram historicamente escolas de pensamento às vezes opostas, às vezes complementares. Tal foi o caso, por exemplo, de comparar as perspectivas profissionais dos bibliotecários especializados norte-americanos, dos documentalistas franceses e dos *record managers* na busca por opções de ação integradas. Se a formação inicialmente se deu de forma separada no Canadá (com a criação do primeiro curso de biblioteconomia em 1904, da associação de bibliotecários em 1946 e da associação de arquivistas em 1975), ali ocorreu a interessante fusão do arquivo nacional e da biblioteca nacional em uma única instituição, denominada Library and Archives Canada. Buscando diminuir esforços e promover a sinergia de ações, tal fato teve como consequência o reposicionamento das profissões.

Nesse país, contudo, a tendência principal não foi a da constituição de uma ciência da informação como disciplina autônoma e unificada, mas, antes, de um projeto de 'ciências' ou de 'estudos' da informação. Sua principal instituição de pesquisa, a CAIS/ACSI (Canadian Association for Information Science / Association Canadienne des Sciences de l'Information), estabelecida em 1970, reúne pesquisadores de áreas distintas como biblioteconomia, arquivologia, informática, jornalismo, economia e educação.[302]

Os modelos formativos do Canadá, embora diversos, traduzem essa tendência. É o caso, por exemplo, da Faculty of Information da University of Toronto, onde há formação em arquivologia, biblioteconomia, sistemas de informação, gestão da informação, além de, paralelamente, *museum studies*, mas todos a partir de campos de estudos de várias disciplinas voltados para a informação. Também a Faculty of Information and Media Studies da University of Western Ontario, embora próxima do modelo francês ao juntar informação e comunicação, defende a ideia de um campo interdisciplinar no qual atuam diferentes disciplinas. Ou ainda a School of Information Studies da University McGill, que possui um modelo que unifica arquivologia, biblioteconomia e gestão da informação, mas num campo também plural de constituição dos estudos de informação.

Ainda conforme Salaün e Arsenault, no Canadá, quatro grandes temas constituem o campo dos estudos de informação: o tratamento dos documentos (descrição, classificação, indexação e resumos); busca de informação (recuperação da informação, comportamentos de busca de informação, fontes e serviços de informação, procedimentos de busca); práticas dos usuários (leitura, práticas culturais, compartilhamento e cooperação, exclusão digital) e gestão estratégica da informação (que evoluiu da antiga gestão de documentos, passando pela gestão da tecnologia de informação, chegando atualmente à gestão do conhecimento e gestão da memória organizacional).[302]

3. Caracterizações da ciência da informação

Essa expansão das manifestações da ciência da informação foi

acompanhada, também, de vários questionamentos sobre o *tipo* de ciência que ela deveria ou poderia ser. Na crítica ao modelo tecnicista e positivista consolidado na década de 1960, três grandes propostas foram levantadas.

A primeira delas é a questão da interdisciplinaridade, apresentada como característica natural da área desde as primeiras definições de Harold Borko e de Tefko Saracevic.[35, 307, 308] O debate da interdisciplinaridade surgiu como uma crítica ao modelo cartesiano típico das ciências modernas, que previa compartimentalizações e fronteiras muito bem definidas entre as disciplinas. Em meados do século XX, tal modelo é posto em questionamento a partir de um conjunto de reivindicações, uma das quais, justamente, a transgressão das fronteiras disciplinares.

Praticamente inexistiram consequências epistemológicas importantes para a ciência da informação nos primeiros anos de sua existência. Tal característica foi utilizada, sobretudo, para justificar a atuação, no campo, de pessoas provenientes das mais variadas disciplinas científicas.[263, 264]

Outra argumentação comum era a de que a ciência da informação era interdisciplinar porque ela prestava, para todas as demais áreas do conhecimento científico, serviços de informação. Estudos mais rigorosos sobre a ideia de interdisciplinaridade (da necessária existência de um processo teórico e conceitual de mão dupla entre as disciplinas envolvidas) começaram a diagnosticar a inexistência de práticas interdisciplinares entre a ciência da informação e as demais ciências, na medida em que apenas a ciência da informação tomava de empréstimo conceitos e métodos de outros campos, sem se fazer notar por eles.[332]

Entendimentos mais recentes têm dado conta de que esse é o movimento interdisciplinar da ciência da informação: fazer dialogar, *dentro dela*, as contribuições das diferentes áreas de conhecimento. Assim, direcionados pela especificidade do olhar informacional promovido pela ciência da informação, conceitos oriundos de áreas díspares como psicologia, linguística, computação, sociologia e outras são ressignificados na ciência da informação, num processo de apropriação que é, ele próprio, a dinâmica interdisciplinar da área.

A segunda característica é a proposta de ser a ciência da informação uma ciência pós-moderna. A temática da pós-modernidade inseriu-se no debate acadêmico após a defesa, por parte de vários pensadores (tais como Jean-François Lyotard, David Harvey, Jean Baudrillard, Michel Maffesoli), de que passou a existir, na segunda metade do século XX, uma ampla mudança nos vários campos da existência humana (política, religião, ciência, comportamento, valores), atestando a superação do momento histórico embasado pelos princípios iluministas — a modernidade.

Para outros autores (como Anthony Giddens e Jürgen Habermas), tal constatação seria infundada, pois o projeto da modernidade sequer terminou de se concluir, e tais mudanças seriam muito pequenas para caracterizar uma passagem para um novo momento histórico. Nesse sentido, para Sérgio Paulo Rouanet, conforme relata Marivalde Moacir Francelin, seria "inquietante" a ideia de estarmos vivendo um período pós-moderno, o que poderia significar que "deixamos de ser contemporâneos a nós mesmos" (p. 53).[137]

Em meio ao debate, ganhou consistência a ideia de que o final do século XX marcaria o início de uma nova forma de se fazer ciência. Boaventura de Sousa Santos é um dos autores que defendem a prática de uma 'ciência pós-moderna' que se constrói orientada por princípios diferentes daqueles norteadores das ciências modernas como, por exemplo, a crença na neutralidade e na completa separação entre sujeito e objeto. Marivalde Francelin cita, ainda, a teoria da complexidade de Edgar Morin, a visão holística de Fritjof Capra e as teorias sistêmicas inspiradas em Ludwig von Bertalanffy como exemplos do "pensamento científico pós-moderno [que] entende que o seu desenvolvimento se processa justamente através das lacunas que se expõem dentro da própria ciência" (p. 55).[137]

Essa discussão foi colocada no âmbito da ciência da informação por Gernot Wersig, para quem a ciência da informação seria não uma ciência moderna, voltada para a compreensão dos fenômenos do mundo, mas uma ciência pós-moderna, voltada para a resolução dos vários problemas causados justamente pelas ciências modernas.[380]

Como explica Ana Maria Pereira Cardoso, a ciência da infor-

mação como ciência pós-moderna estaria inserida em um ambiente de análise e revisão dos ideais iluministas de razão e evolução, em que um novo modo de produção de conhecimento mostra-se necessário, ainda que esse processo seja entendido, por uns, como pós-moderno e, por outros, como expressão extrema da modernidade.[53]

Uma implicação desta postura, no plano epistemológico, levantada por Gernot Wersig, se relaciona com a seguinte constatação: o fato de a informação não constituir um objeto empírico especifico da realidade, isto é, um fenômeno específico, à parte, não estudado pelas demais ciências existentes. Diferentes autores da ciência da informação foram desenvolvendo, ao longo dos anos, a ideia de que o que definiria o objeto de estudo desta ciência não seria um novo objeto empírico, uma vez que os objetos de estudo das diferentes ciências não precisam corresponder aos objetos do mundo.

O que definiria um objeto de estudo é, antes, uma forma específica de olhar, de enxergar os fenômenos da realidade. A partir daí, construiu-se toda uma reflexão sobre a especificidade da ciência da informação: a maneira de estudar diferentes fenômenos (inclusive os arquivísticos, os biblioteconômicos, os museológicos, tanto quanto os pedagógicos, econômicos, tecnológicos, etc.). Uma maneira específica, mobilizando determinados conceitos e métodos, naquilo que foi progressivamente sendo entendido como o *olhar informacional* sobre o real.

Por fim, a terceira caracterização da ciência da informação é a que a situa como uma ciência humana e social. Tal caracterização se inseriu no debate mais geral sobre as especificidades das ciências humanas que atravessou diferentes disciplinas ao longo do século xx. Tal debate gerou uma série de questões, algumas das quais tiveram um impacto imenso na ciência da informação.

A primeira delas é a crítica mais geral ao positivismo, a aplicação dos princípios das ciências naturais ao estudo dos fenômenos humanos, como único método explicativo. Como visto no início deste capítulo, a ciência da informação nasceu fortemente condicionada pelas determinações tecnológicas e por interesses estratégicos e, nesse contexto, viu-se mais bem atendida pelos referenciais

das ciências exatas, como atestou a fundamentação buscada na teoria matemática da comunicação. Conforme David Ellis, essa primeira proposta de ciência tornou-se uma espécie de 'carro-chefe' na consolidação de um modelo fisicista para a ciência da informação, em que o tipo de estudo realizado mais se assemelha a laboratórios experimentais de física e mecânica.[111]

Foi a percepção da dimensão propriamente humana nos fenômenos informacionais que colocou a necessidade de modelos próprios das ciências humanas para o estudo da informação. Para Ana Maria Pereira Cardoso, esse processo se iniciou na década de 1970 com a 'descoberta' dos usuários nos estudos.[53]

Peter Ingwersen aponta como marco dessa passagem a conferência Theory and Application of Information Research, ocorrida em Copenhague, em 1977, em que se deu uma mudança de direção dos estudos para uma perspectiva mais humana e social.[177]

Conforme Rafael Capurro, os primeiros indícios seriam anteriores, datados dos anos 1960, com a proposta da epistemologia social feita por Jesse Shera e Margaret Egan.[49]

De toda forma, foi a convergência entre essas questões que possibilitou à ciência da informação ampliar seu quadro de compreensão para além da dimensão física e quantitativa da informação. A ciência da informação não nasceu como uma ciência tipicamente social, mas identificou-se ao longo dos anos com o escopo das ciências sociais à medida que se orientou para uma postura em que os sujeitos passaram a ser vistos como o principal ator e objetivo dos chamados sistemas de informação, e que métodos e conceitos das ciências humanas e sociais foram aplicados para o seu estudo.

Uma implicação fundamental desta orientação da ciência da informação relaciona-se com a existência, nas ciências humanas e sociais, de diferentes correntes teóricas ou modelos explicativos como uma condição 'natural', 'normal', sem que seja necessário que uma corrente suplante ou elimine as demais.

Essa pluralidade explicativa, como característica básica deste tipo de ciência, permitiu a convivência das subáreas ou correntes da ciência da informação, sem que tal fato fosse visto como a formação de outras disciplinas.

A outra implicação relaciona-se com a própria natureza dos fenômenos estudados, que não possuem uma existência "em si", independente dos sujeitos que os experienciam, nem se adequam a modelos de explicação causais, pois possuem uma causalidade distinta dos mecanismos de causa e efeito, na medida em que se relacionam com objetos que são também sujeitos, bem como são condicionados por processos históricos, econômicos, sociais, políticos, entre outros. Tal questão terá implicações profundas no próprio conceito de informação, como se verá a seguir.

4 Teorias e subáreas da ciência da informação

Durante as décadas posteriores à sua formação, a ciência da informação desenvolveu-se por meio de diferentes subáreas ou, segundo Maria Nélida González de Gómez,[155] por diferentes 'programas de pesquisa', isto é, campos delimitados de pesquisa relacionados a determinados conceitos, teorias e métodos próprios.

Embora a identificação destas subáreas possa variar muito conforme o ponto de vista, adotou-se aqui uma divisão em que se identificam seis subáreas, a saber: os fluxos da informação científica, a representação e a recuperação da informação, os estudos de usuários, a gestão do conhecimento, a economia política da informação e os estudos métricos da informação. Destas, as duas primeiras já estavam presentes no contexto da *information science*, conforme sua configuração nos Estados Unidos e no Reino Unido, e na *informatika* soviética. As outras quatro se desenvolveram tanto nestes contextos como nos demais.

4.1 O estudo dos fluxos de informação científica

O campo da informação científica e tecnológica é o pioneiro da ciência da informação justamente por estar já colocado como temática desde suas manifestações precursoras. A temática da produção científica dava a tônica das discussões sobre a informação. Tal fato levou inclusive a uma compreensão, bastante difundida, de que a ciência da informação seria, na verdade, a ciência da informação científica.

Essa visão teve importantes manifestações no Reino Unido, nos Estados Unidos e na União Soviética[260] associada a dois problemas concretos: a necessidade, por parte de cientistas, de acesso a informações, resultados de pesquisas, documentos, com eficiência e rapidez, e o fenômeno da explosão informacional, notadamente em ciência e tecnologia, o que tornava cada vez mais difícil o acompanhamento pelos cientistas da evolução dos conhecimentos em seu próprio campo de atuação. Esses dois problemas concretos se fazem sentir num contexto muito particular: a importância que as atividades científicas e tecnológicas ganham, sobretudo no pós-guerra, entendidas como condição fundamental para assegurar a hegemonia dos países no caso de conflitos militares e mesmo no plano econômico-industrial.

Informação passou a ser entendida, nesse contexto, como um recurso, uma condição de produtividade. Cientistas precisavam de informação com rapidez, com qualidade, com exatidão. Gastava-se tempo precioso na busca de informação, ou tinha-se desperdício de tempo na obtenção de informação irrelevante ou de baixa qualidade. Mais ainda, atraso na produção por não se ter acesso à informação adequada ou relevante em determinado momento.

A subárea da ciência da informação que se desenvolve nesse contexto tem uma grande preocupação em conhecer e caracterizar as fontes, os serviços e os sistemas de informação, tanto aqueles dos quais os cientistas podem vir a precisar como insumo para sua atividade de pesquisa quanto aqueles nos quais são convertidos os produtos da atividade científica.

Proliferam estudos que buscam caracterizar as várias fontes de informação, tanto as formais quanto as informais, definindo cada tipo, com suas características, vantagens e desvantagens em termos de rapidez, acessibilidade, perenidade, custo, etc.[246]

Os vários serviços e sistemas de informação (diferentes tipos de bibliotecas, de catálogos, de arquivos, de museus, de centros de documentação, etc.) também são avaliados em termos de sua eficácia para a otimização do fluxo da informação científica. São mapeados os vários produtos informacionais nos quais se converte o conhecimento científico (desde a ideia na mente do pesquisador, passando

por sua apresentação em congressos, publicação em periódicos, até sua incorporação nos tratados), calculados os tempos necessários para se chegar a cada um, o nível de completude e de detalhamento de cada um, entre outros. O primeiro modelo a se tornar mais conhecido foi o de William D. Garvey e Belver C. Griffith, que forneceu um verdadeiro mapa dos tipos de informação existentes, suas características e seu movimento no âmbito dos diferentes fluxos.[146]

A evolução dos estudos nunca deixou de contemplar as chamadas fontes formais de informação, mas foi-se percebendo, ao longo dos anos, cada vez mais a importância da dimensão informal, principalmente com estudos voltados para os *gatekeepers* (pessoas-chave) e os colégios invisíveis, a partir da contribuição fundamental de John Ziman.[393, 394]

O estudo destas duas temáticas deslocou o campo para o processo da comunicação científica, nome pelo qual a subárea acabou ficando conhecida (embora também se use a expressão comunicação da informação). Essas duas temáticas, desenvolvidas por autores como Diana Crane, S. Crawford, G. Zaltman, Nicholas C. Mullins, Donald deB. Beaver e outros, deslocaram o problema das fontes de informação para o seu fluxo. Em vez de se buscar caracterizar as várias fontes, tornou-se necessário ver o que acontecia com elas, por que algumas circulavam mais do que outras, algumas eram esquecidas ou negligenciadas, outras promovidas e repassadas.

Esses estudos permitiram identificar que a ação dos cientistas em relação à informação não se identificava apenas com as características da própria informação (da fonte de informação) mas também com o conhecimento que esses cientistas tinham do assunto, com a avaliação feita por eles em relação à importância dessa fonte em relação ao estado do conhecimento científico daquele campo. Sobretudo a temática dos colégios invisíveis consistiu num terreno fértil de avanço nesta área, na medida em que se passou a estudar também os conhecimentos não publicados trocados entre cientistas (conversas informais, por carta, telefone, etc.) e sua importância na produção do conhecimento científico. Estes estudos acabaram por desviar o foco da informação em si, enquanto produto, recurso

ou documento, para os seus fluxos, a sua transferência, ou, para usar o termo mais utilizado, a sua comunicação. Alargou-se a agenda de estudos do campo da informação em ciência e tecnologia.[145]

Um conceito fundamental para este campo, hoje em dia largamente utilizado, é a noção de rede, conceito que chegou à ciência da informação por duas vias. De um lado, veio como importação de estudos sociológicos sobre o fazer dos cientistas nos chamados estudos de laboratórios (e principalmente da teoria ator–rede de Bruno Latour). De outro lado, foi se construindo a partir das potencialidades trazidas pelas tecnologias digitais, que propiciaram o incremento de atividades colaborativas, interativas, entre cientistas.

O resultado é que os estudos atuais continuam voltados para as fontes formais de informação, os *gatekeepers* e os colégios invisíveis, mas agora num quadro ampliado de entendimento, buscando identificar e analisar a matriz coletiva de produção do conhecimento científico. Autores como Michael Mulkay, Gerald Holton e Leah Lievrouw são considerados pioneiros nestas abordagens. Mais do que determinar as características das fontes, identificar as fontes mais usadas ou mapear a conformação dos colégios invisíveis, busca-se pesquisar as diferentes associações e interações entre os cientistas expressas nos seus produtos, qualificando essas interações, desenhando sua configuração e dispersão, conformando seus diferentes níveis de configuração.

Ainda nesta subárea, estudos contemporâneos vêm buscando aliar questões de políticas de ciência e tecnologia (regulamentações, financiamentos e divulgação) a questões culturais, econômicas e tecnológicas,[40, 187] surgindo também uma outra tendência, a dos estudos sobre os impactos das tecnologias digitais no fluxo da informação científica,[272] em torno do conceito de *e-science*[33] e das iniciativas em prol do acesso livre ao conhecimento científico e tecnológico.[197, 346]

4.2 Representação e recuperação da informação

As áreas de representação e recuperação da informação são os campos da ciência da informação que mais fortemente buscaram

estabelecer laços com a biblioteconomia ou, particularmente, com uma parte da biblioteconomia, justamente aquela ligada a instrumentos de descrição e classificação bibliográficas, e que mais fortemente impulsionaram, com isso, a designação da área como *library and information science*.

Suas primeiras manifestações na ciência da informação se deram justamente com a recuperação da informação no campo dos sistemas de informação, ainda na década de 1960, com o desafio de buscar a melhor forma de representar a informação (tanto em termos formais quanto de conteúdo) pensando na otimização da sua recuperação. Os estudos nesse momento conduziram ao surgimento de diversos instrumentos de linguagem controlada e de sistemas de classificação, todos com objetivos de alcançar o máximo de economia de custos, diminuição de ruídos, supressão da redundância, aplicação de princípios lógicos. Os sistemas e linguagens criados competiam, nesse momento, para se ver qual era o melhor, sendo exatamente essa questão — a busca da melhor linguagem, da melhor representação — o objetivo inicial deste subcampo da ciência da informação.[198]

No final da década de 1970, o crescimento da influência das teorias cognitivistas na ciência da informação faz-se sentir no campo da representação, na medida em que se desenvolvem esforços para a construção de linguagens de representação e sistemas de informação voltados para os usuários, ou para as estratégias cognitivas dos usuários.[368]

Com isso se completa a ideia de que qualquer tarefa de organizar, classificar e indexar informação (enfim, representá-la) precisa considerar não apenas o escopo dos documentos concretos existentes, das fontes informacionais disponíveis, mas também o âmbito dos conhecimentos existentes nos campos aos quais pertencem essas fontes.

Destacam-se, nesse período, as contribuições da teoria do conceito de Ingetraut Dahlberg[84] no desenvolvimento de tesauros e outros instrumentos de linguagem documentária[333] e aplicações dos princípios da teoria da classificação facetada em sistemas automatizados de recuperação da informação, como os pioneiros GRE-

mas (Genealogical Retrieval of Magnetic Tape Storage) e tosar (Topological Representation of Synthetic and Analytical System Relations) desenvolvidos por Robert Fugmann.[140]

As pesquisas em representação da informação passaram, nos últimos anos, por uma grande revitalização,[43] principalmente com o incremento das tecnologias digitais e as novas possibilidades em termos de descrição, classificação e organização da informação, com os fenômenos de organização colaborativa e com o advento de perspectivas teóricas socioculturais.

Em relação às tecnologias digitais, Arlene G. Taylor e Daniel N. Joudrey[352] destacam o surgimento de novos padrões de codificação, vocabulários controlados e ontologias. As ontologias desenvolvem-se como novo modelo de representação da informação[82, 367] apresentando importantes especificidades em relação a modelos anteriores, como os tesauros e as taxonomias.[159]

As tendências contemporâneas no campo da representação da informação têm acentuado o uso da perspectiva da classificação facetada, principalmente em ambientes digitais. Exemplos são a aplicação de princípios de faceta em bases de dados relacionais,[44] em aplicações articuladas à teoria do conceito[194] e o desenvolvimento dos três princípios da estrutura de sistemas de organização do conhecimento (hierarquias, facetas e níveis de realidade) por Claudio Gnoli.[151]

Uma aplicação específica dos princípios de classificação facetada em serviços de marcação social (blogues como Wordpress e Tumbrl; serviços de *clipping* como Diigo e Licorize; serviços de *bookmarking* social como Del.icio.us e Digg; citação social, tais como CiteULike e Zotero; e catalogação social, como LibraryThing, Goodreads e Flixter, entre outros) também vem sendo desenvolvida no campo.[339, 340, 341]

Fenômenos colaborativos como o caso das ferramentas wiki, folksonomias, etiquetagem colaborativa e indexação social deslocam a área para o caráter local, singular, dos processos de representação, na esteira do contexto da web 2.0.[243, 317, 337] Dessa forma, passa a haver uma forte ligação entre estudos na perspectiva da classificação facetada e as tecnologias digitais, com aplicações em

metadados, modelagem de dados e sistemas de navegação e busca, entre outros.[192, 193]

Outra tendência contemporânea é a construção de sistemas de classificação a partir de uma perspectiva sociocultural, considerando as características de comunidades de interpretantes. Essa linha de pesquisa foi inaugurada com os estudos em análise de domínio, utilizando a noção de comunidades discursivas para se entender a maneira como diferentes agrupamentos produzem seus próprios critérios de organização e representação da informação.[171, 172]

Desde então, essa abordagem influenciou estudos com variados objetos empíricos,[372, 365, 178] além de ter sido sistematizada posteriormente por meio da ideia de ecologia informacional e de *boundary objects*.[5] Aliada a esta perspectiva, vêm sendo recuperados pressupostos de abordagens teóricas do campo das ciências da linguagem, tais como a semiótica de Charles Peirce e a semiologia de Roland Barthes, além de estudos sobre aspectos diversos nos processos de representação e recuperação como, por exemplo, as questões de gênero.[223, 268]

Especificamente no campo da recuperação da informação, houve uma revalorização de estudos focados em revocação e precisão nos últimos anos[17] a partir do desenvolvimento de hipertexto, indexação automática e mapas conceituais. Aprofundou-se, nesse sentido, a reflexão sobre representação da informação no âmbito das teorias computacionais.[338] A dimensão colaborativa dos processos de representação da informação também passou a ter destaque, na medida em que os mecanismos de busca da internet e demais sistemas de recuperação da informação consideram, como critério de relevância, os usos coletivos da informação.[212, 300, 157] Também aspectos relacionados à interação humano–máquina, relacionada a aspectos como ergonomia, usabilidade e inteligência artificial, têm se constituído ao longo dos anos como temáticas relevantes no campo da representação da informação.[158]

4.3 Os estudos de usuários da informação

O campo relativo aos estudos dos usuários da informação desen-

volveu-se com diferentes configurações. Nas décadas de 1940 e 1950, esses estudos foram realizados no escopo das pesquisas em comunicação científica sobre os fluxos de informação e hábitos informacionais dos cientistas. Nas décadas seguintes, extensas pesquisas quantitativas foram realizadas para tentar correlacionar determinados perfis sociodemográficos dos usuários com padrões de comportamento em relação às fontes e aos sistemas de informação.

No final da década de 1970 surgiram estudos com abordagens efetivamente voltadas para os usuários. Tais estudos se desenvolveram embasados em teorias tais como a do estado anômalo do conhecimento de Nicholas J. Belkin, a teoria *sense making* de Brenda Dervin, a teoria do valor agregado de Robert S. Taylor e a abordagem construtivista baseada em processo de Carol Kuhlthau. Esse conjunto de perspectivas significou uma alteração na perspectiva de estudos, de uma abordagem centrada nos sistemas para uma abordagem centrada efetivamente nos usuários, e teve na criação da expressão 'comportamento informacional', por Thomas Wilson, o ponto aglutinador das diferentes perspectivas.[128]

Em comum, todas elas apresentam uma perspectiva cognitivista: busca-se entender o que é a informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários que se relacionam (que necessitam, que buscam e que usam) a informação. Os usuários são estudados enquanto seres dotados de um determinado universo de informações em suas mentes, utilizando essas informações para pautar e dirigir suas atividades cotidianas. Uma vez que se verifica uma falta, uma ausência de determinada informação, inicia-se o processo de busca de informação, onde entra a informação como aquilo capaz de preencher uma lacuna, satisfazer uma ausência. Tal perspectiva permite compreender a informação inclusive numa lógica cumulativa, na medida em que novas informações se somam às anteriores no mapa mental dos indivíduos.

Esse modelo enfatiza as percepções dos usuários em relação à sua própria ausência de conhecimento, os passos trilhados para solucionar essa ausência (em direção à informação) e o uso da informação para a execução de determinada tarefa ou problema. No lugar das caracterizações sociodemográficas, tais estudos identifi-

cam como elemento determinante do processo as percepções dos usuários acerca de sua situação e da informação. A entrada em cena dos estudos de usuários recoloca os sujeitos em perspectiva. A informação passa a ser vista como algo na perspectiva de um sujeito.

A evolução do campo de estudos de usuários conduziu, nas últimas duas décadas, a pesquisas que passaram a privilegiar não as questões cognitivas (tipos de lacuna de informação, tipos de informação a preencher essas lacunas), mas sobretudo as compreensões dessas questões, voltando-se para enfoques mais interpretativos das práticas dos usuários. Buscou-se ampliar o escopo dos estudos para além do indivíduo, tentando-se perceber em que medida os critérios de julgamento de relevância dos usuários são construídos coletivamente.

Essa tendência tem se estruturado em torno do conceito de prática informacional,[309, 310] que busca ver uma dinâmica dupla: de um lado, o uso da informação é resultado de uma aplicação, por parte dos sujeitos, de significados dados coletivamente; por outro lado, esse conjunto de referências sociais é construído justamente pelos sujeitos, no decurso de suas ações. Tais estudos têm utilizado como fundamentação teórica e metodológica as perspectivas da etnometodologia, do interacionismo simbólico e da fenomenologia.[89, 349, 385]

Dessa forma, as tendências contemporâneas de estudos sobre usuários da informação têm buscado analisar as necessidades de informação presentes nas atividades cotidianas dos sujeitos, principalmente relacionadas com as mudanças tecnológicas.[288]

Na França, vários pesquisadores têm se dedicado à consolidação do conceito de prática informacional, buscando fundamentos na sociologia dos usos,[61] e destacando a atividade organizante, de atribuição de significados, dos sujeitos.[195]

Numa linha bastante próxima, alguns autores têm construído modelos explicativos capazes de superar a dicotomia indivíduo/social, como é o caso da abordagem multidimensional com foco na ação humana,[125, 126] e da abordagem ecológica, centrada no ambiente de comportamento informacional.[124]

Na Finlândia, diversos trabalhos vêm sendo desenvolvidos

numa linha socioconstrutivista, aliando perspectivas de análise do discurso e fenomenologia.[350, 363, 364]

Entre as perspectivas contemporâneas podem ser destacados ainda o estudo do fluxo em duas etapas, a partir da identificação de líderes de opinião;[56] estudos com abordagem construtivista, como os trabalhos de Ross J. Todd sobre adolescentes e uso de drogas;[358, 359] e sobre as dimensões da personalidade a serem consideradas em estudos de usuários.[166] Em geral, autores ligados a estudos sobre identidade, como Zygmunt Bauman e Stuart Hall, e sobre formação discursiva, como Mikhail Bakhtin, Walter Benjamin, Roger Chartier, Umberto Eco e Michel Foucault, têm sido recuperados nas pesquisas que têm como foco os sujeitos que se relacionam com a informação.

Uma ampla sistematização do campo relativo aos estudos de usuários[128] apresenta 72 capítulos relacionados a diferentes teorias sobre comportamento informacional, redigidos por especialistas de dez diferentes países. Muitos destes capítulos apresentam teorias semelhantes ou sobrepostas, enquanto outros se dedicam especificamente a um conceito ou tipo de estudo. O amplo panorama apresentado mostra que estudos de perfil sociodemográfico e de natureza cognitiva continuam sendo realizados, mas abordagens construtivistas e fenomenológicas têm se destacado como as linhas mais importantes nesta área de pesquisa.

4.4 A gestão da informação e do conhecimento

A área de gestão da informação e do conhecimento tem sua origem em estudos também norte-americanos (embora inicialmente fora do escopo da *information science*) e desenvolvimentos em diferentes contextos, destacando-se, principalmente, o Canadá.[123]

Seu ponto de partida foi a percepção da importância da informação como recurso nas organizações. Relacionada com um campo (a administração) especialmente sensível às exigências de eficácia e eficiência dos vários recursos organizacionais, esta área sentiu fortemente os efeitos da chamada explosão da informação.[19]

A informação, desde o final da Segunda Guerra Mundial, vinha

sendo compreendida cada vez mais como um recurso importante para as empresas.[102] Contudo, seu excesso constituía um problema, tanto em termos de uso (dificuldade de se encontrar a informação que se quer num universo muito amplo), quanto dos entraves à sua circulação (garantindo que ela chegasse a todos os setores que dela precisam, em vez de ficar estocada num único ponto) e mesmo em relação ao seu volume físico (a necessidade de se dispor de locais cada vez maiores para armazená-la).

As primeiras reflexões sobre a gestão da informação incidiram, pois, sobre sua natureza física: reduzir o excesso, otimizar a circulação, identificar com precisão as informações necessárias e descartar as inúteis ou redundantes. Seguiram-se numerosos estudos empíricos para determinar os tipos e a importância estratégica das diversas fontes de informação utilizadas no ambiente organizacional, tanto no ambiente interno quanto no externo, mediante determinados critérios estabelecidos acerca de sua qualidade, tomando como referência os objetivos organizacionais. Estes primeiros estudos são inspirados principalmente pelo trabalho de Friedrich Hayek sobre a importância da informação e do conhecimento nas questões gerenciais e de produtividade, e têm como pioneiros Henry Sauermann, Lisa D. Cook, Steve Berry e Lowell J. Taylor.[27, 79, 347]

Ao longo dos anos, o entendimento sobre o significado de se estar numa sociedade pós-industrial (ou sociedade da informação ou ainda sociedade do conhecimento) foi se ampliando, de tal forma que foi sendo percebido que a informação que constitui um recurso importante para as organizações não é aquela que existe materialmente, mas aquela que ainda não existe como entidade física, que está na mente das pessoas que pertencem à organização.

A contribuição das noções de tácito e explícito de Michael Polanyi foi fundamental para o avanço desta área. E veio daí a expressão que passou a denominar o campo: gestão da informação e do conhecimento. Não bastava gerir os recursos informacionais, era preciso também gerir o conhecimento, criando as condições propícias para transformá-lo em informação.

Seguiram-se, ao longo dos anos, diversos modelos definindo

as ações necessárias para a execução deste processo (como a espiral do conhecimento de Ikujiro Nonaka e Hirotaka Takeuchi que prevê quatro etapas: externalização, combinação, internalização e socialização) e surgiram propostas de modelos de gestão para efetivar estes processos (modelos de serviços de informação, de sistemas digitais de informação, de intervenções organizacionais, entre outras). Entre as perspectivas desenvolvidas destacam-se a ênfase na questão da aprendizagem,[316] dos princípios que regem a gestão do conhecimento[87] e do capital intelectual.[110, 344]

A partir da segunda metade da década de 1990, a evolução destes estudos foi conduzindo à percepção de que os processos de gestão do conhecimento não poderiam se dar de forma isolada, atuando sobre cada indivíduo da organização, isoladamente. Isso porque percebeu-se que também o conhecimento não é algo individual, isolado: os conhecimentos tácitos das pessoas que compõem as organizações são construídos coletivamente, aplicados no contexto de intervenções concretas dos sujeitos interagindo uns com os outros.

Um pioneiro nessa compreensão foi Robert S. Taylor com sua abordagem do 'valor agregado'. O conceito oriental de *ba*, desenvolvido por Ikujiro Nonaka e Hirotaka Takeuchi tornou-se uma das contribuições teóricas mais significativas deste campo, pois entende a importância dos contextos interacionais para a explicitação de conhecimentos e também para a criação de novos conhecimentos.[266]

O que deve ser gerido já não é nem o acervo físico de recursos informacionais nem o conhecimento tácito presente na mente das pessoas que compõem a organização: é a própria cultura organizacional, o coletivo de interações por meio do qual conhecimentos tácitos nascem, conhecimentos explícitos são avaliados, utilizados, descartados, complementados.

Essas ideias conduzem às reflexões sobre as organizações que aprendem, isto é, que são capazes de gerenciar os contextos nos quais o conhecimento acontece, sendo Chun Wei Choo um dos mais significativos teóricos dessa abordagem.[63]

Ampliou-se, assim, a agenda de pesquisa do campo da gestão

da informação e do conhecimento.. Nessa linha, destacam-se estudos sobre como os contextos organizacionais criam determinadas formas de cultura informacional, isto é, ambiências significativas que estruturam as maneiras como conhecimentos são produzidos, materializados e postos em circulação,[64, 97] sempre articulados às necessidades e objetivos da inteligência competitiva.[28, 232] Também estudos sobre comunidades de prática,[116] serviços de inteligência e segurança,[113] orientação informacional[233] e gestão de informações pessoais[384] têm sido desenvolvidos como campos aplicados dessa mesma tendência.

4.5 Economia política da informação

A crescente percepção da informação como recurso gerou, além de estudos que buscassem compreender a dinâmica de sua produção e transferência (no ambiente científico ou no organizacional), um conjunto de preocupações sobre a sua posse e sua desigual distribuição entre os diferentes países. Na esteira dessa preocupação desenvolveram-se estudos voltados para a democratização da informação, do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados, a criação de formas e sistemas alternativos de informação, e mesmo estudos sobre a contrainformação, como forma de rejeição aos regimes informacionais hegemônicos.[330, 335]

Os estudos sobre política e economia da informação, que começaram diretamente estimulados por iniciativas da Unesco[160] em disseminar o conhecimento científico e cultural entre os diferentes países, partiram de uma constatação empírica: a existência de grandes desigualdades na posse (e, consequentemente, no acesso) aos recursos informacionais. Tanto a posse quanto o acesso foram pensados, neste primeiro momento, com relação à informação física, isto é, aos suportes materiais da informação.

A consequência mais direta dessa visão é que, nesse momento, proliferam iniciativas de criação de serviços de informação nos lugares desprovidos de acesso a ela. A intenção neste momento foi de possibilitar, por meio da informação, a disseminação de deter-

minadas formas de se viver e produzir. Dois dos campos que mais vivenciaram este processo foram as áreas de saúde e de agricultura, justamente pela ideia de se disseminar as práticas e técnicas de lugares que mais conseguiram avançar nestas áreas.

Na década de 1970, tais questões são trabalhadas no âmbito da ciência da informação dentro de um novo quadro reflexivo, em que se destaca a nova relevância da informação para o desenvolvimento dos países e a identificação de uma responsabilidade social da ciência da informação como agente de inclusão e de fornecimento de informação como insumo para apoiar ações racionais específicas.[381]

A subárea de economia política da informação recebeu, nos últimos anos, o impacto de diferentes teorizações sobre o momento contemporâneo, caracterizado como uma sociedade em rede,[58] como época da cibercultura,[207] como período de uma economia de aprendizagem,[226] como capitalismo cognitivo[259] ou, ainda, como época da multitude.[163]

Esses impactos podem ser verificados nas obras de autores que buscaram estabelecer ligações entre tais diagnósticos e o campo informacional, como Jean Lojkine,[215] Ronald E. Day,[90] Armand Mattelart[241] e, também, em iniciativas de diversos países de promover programas oficiais de inclusão na sociedade da informação.

Tais programas, formulados por especialistas de diversas áreas (incluindo ciência da informação), buscaram ir além das categorizações mecânicas de possuidores e despossuídos de informação para entender as várias facetas envolvidas nos processos de produção e circulação da informação.[147] Buscou-se ver como processos de dominação e exclusão reproduziam-se em diferentes contextos, não sendo mais possível, no âmbito das políticas de informação, apenas se pensar em acesso físico aos recursos informacionais ou apenas na promoção de estratégias de criação de informação por parte de determinados grupos, mas também pensar em diversas outras variáveis envolvidas.[45, 269]

Os problemas relativos à economia política da informação têm sido estudados a partir do conceito de regime de informação, que busca integrar as dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ao entendimento dos fenômenos informa-

cionais. Os trabalhos de Sandra Braman[39, 41] têm buscado justamente a reconstrução do conceito de informação nessa perspectiva, a partir da análise do conceito em outros contextos teóricos e diante de outras problemáticas. Importantes na fundamentação do conceito de regime de informação são, também, os trabalhos de Bernd Frohmann[138, 139] a partir da teoria ator–rede de Bruno Latour e do conceito de 'dispositivo' de Michel Foucault.

Questões ligadas à salvaguarda e acesso a registros vinculados a processos de construção de identidades,[242] inclusão de minorias e populações marginalizadas em contextos multiculturais;[7] inclusão digital e competências informacionais[378] e dimensões de poder envolvidas com a governança eletrônica[1] são algumas das aplicações contemporâneas dessa perspectiva.

Outras temáticas bem recentes na área são os movimentos sociais em meio digital (os *e-movements*, *e-activism* ou *e-protests*) que veem a internet como ambiente ou meio para a mudança social[162] e as questões de transparência e participação no governo eletrônico, inclusive com discussões relacionadas a uma 'nova esfera pública' em meio digital.[296]

Trabalhos recentes vinculando teoria crítica ao campo da ciência da informação têm buscado trazer novos conceitos para os fenômenos informacionais na perspectiva da economia política, tais como o uso dos conceitos de capital social e violência simbólica de Pierre Bourdieu, realizado por Lisa Hussey; tática, estratégia e resistência, de Michel de Certeau, por Paulette Rothbauer; de desconstrução, de Jacques Derrida, por Joseph Deodato; de hegemonia, de Antonio Gramsci, por Douglas Raber; de utopia e revolução, de Herbert Marcuse, por Ajit Pyati, entre muitos outros.[204] Como resultado de tal movimento, aplicações das perspectivas marxistas de análise dos modos de produção têm se desenvolvido em articulação com questões específicas dos campos cultural e simbólico, aos quais se vinculam os fenômenos informacionais.

4.6 Estudos métricos da informação

Por fim, cumpre destacar o campo de pesquisa relacionado aos estudos métricos da informação, que tem origem com a biblio-

metria, a aplicação de técnicas estatísticas para a contagem e estabelecimento de padrões de regularidade em itens informacionais como número de livros, de edições, de autores que publicam em periódicos, entre outros. Tal campo desenvolveu-se inicialmente a partir da elaboração de leis empíricas sobre o comportamento da literatura, sendo que, entre os principais marcos de seu desenvolvimento estão o método de medição da produtividade de cientistas de Alfred James Lotka, de 1926; a lei de dispersão do conhecimento científico de Samuel C. Bradford, de 1934; e o modelo de distribuição e frequência de palavras num texto de George K. Zipf, de 1949.[348]

Na década de 1960, os estudos bibliométricos aliaram-se às perspectivas de estudo sobre a informação científica e técnica com a criação, por Eugene Garfield, do Institute for Scientific Information (ISI), com a proposta, entre outras, de analisar as citações bibliográficas presentes nos artigos publicados em periódicos científicos.

Em 1963 o ISI iniciou a publicação do primeiro índice de citações na área científica, o *Science Citation Index* (SCI). Segundo Garfield,[143] esse índice foi fruto de uma ideia surgida em 1955, e foram necessários oito anos para que fossem formuladas as bases teóricas e conceituais da análise de citações, buscando fundamentação nos trabalhos de sociologia da ciência de Robert K. Merton e de comunicação científica de S. Crawford, Belver C. Griffith e Diana Crane.

Dessa forma, utilizada inicialmente para avaliação de periódicos, elaboração de *rankings* e listas básicas (*core lists*) e avaliação de instituições,[99, 298] a bibliometria, por meio da análise de citações, começou a aprofundar os estudos sobre a relação entre documentos citantes e documentos citados, percebendo que era possível alcançar uma compreensão mais ampla sobre a dinâmica de funcionamento da ciência. Essa tendência aprofundou-se a partir da contribuição de Derek John de Solla Price.[334]

Seguiram-se diversas teorias (teoria epidêmica do crescimento da literatura, teoria do acoplamento bibliográfico) e variações de campo de atuação, com o surgimento de novas denominações entre as quais informetria, cientometria e webometria.[196, 228, 370]

As tendências contemporâneas em perspectivas métricas da informação têm buscado inserir os resultados dos estudos quantitativos em quadros explicativos mais amplos, em busca de entendimentos mais globais dos fenômenos estudados, considerando principalmente o caráter coletivo de construção da ciência (no caso da cientometria) e de demais âmbitos de estudo.

Exemplos disso são os estudos sobre visualização de literaturas, com o uso de citações para compreensão da estrutura social da ciência,[382, 383] a vinculação dos indicadores cientométricos a contextos concretos de pesquisa,[34] o uso de métodos bibliométricos para mostrar relações sociais, econômicas[387] e padrões de colaboração entre cientistas.[72, 275] Há também uma tendência contemporânea de vinculação de estudos métricos da informação a perspectivas de estudos de redes.[306]

5. O conceito de informação: três modelos

5.1 Diferentes sistematizações do conceito de informação

Vários autores dedicaram-se à sistematização dos conceitos de informação presentes na ciência da informação. Uma ampla sistematização foi realizada por Rafael Capurro e Birger Hjørland,[51] que buscaram a própria origem do termo, seu uso em diferentes períodos históricos, suas manifestações nas ciências naturais, nas ciências humanas e sociais e, por fim, na ciência da informação. Nesta última, identificaram quatro conceitos principais: o da teoria da informação (formulada por Shannon e Weaver); o da visão cognitiva (proposta por Bertram C. Brookes e desenvolvida por Nicholas J. Belkin); o de Michael Buckland (que, ao propor a ideia de 'informação como coisa', reintroduz o conceito de documento na área); e um quarto, relacionado ao desenvolvimento de distintas teorias como a análise de domínio, o sociocognitivismo, a hermenêutica e a semiótica.

Antes deles outros autores buscaram apontar as maneiras mais comuns de se definir informação na ciência da informação. Buckland,[46] ao analisar os principais usos da palavra 'informação' na pesquisa em ciência da informação, encontrou três principais:

informação-como-processo (quando alguém é informado, aquilo que essa pessoa conhece é alterado; nesse sentido, informação é o ato de informar, a comunicação do conhecimento ou da notícia de algum fato ou ocorrência); *informação-como-conhecimento* (informação neste caso significa aquilo que é percebido na informação-como-processo, o conhecimento comunicado relativo a algum fato particular, assunto ou evento); *informação-como-coisa* (o termo informação também é usado para designar objetos, como dados e documentos, que são identificados como informativos por terem a propriedade de proporcionar conhecimento de algo). A partir desses três usos, o autor percebe a existência de duas distinções: a informação às vezes é percebida como entidade, outras vezes como processo; algumas vezes percebida como algo tangível, outras como algo intangível. Com base nessa distinção, ele apresenta uma quarta definição de informação — *processamento da informação* — que significa o tratamento, o manuseio e a obtenção de novas formas ou versões da informação-como-coisa.

Numa linha próxima, Arjan Vreeken,[376] após examinar a obra de diversos autores, inclusive a de Buckland citada acima, propôs quatro usos básicos do termo informação: informação como coisa (entidade física), informação como processo (processo mental de se informar), informação como construção social (informação compartilhada que é a base dos sistemas sociais) e informação como probabilidade (a probabilidade de que determinada mensagem seja enviada).

Kevin McGarry analisa a obra de variados autores e identifica sete principais definições de informação: como quase sinônimo do termo fato; reforço do que já se conhece; liberdade de escolha na seleção de uma mensagem; matéria-prima do conhecimento; o que é permutado com o mundo exterior; algo que desperta efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza de uma situação.[244]

Diversos outros autores poderiam ser aqui elencados mas, para os objetivos propostos, optou-se por fazer um resgate específico. Estudos sobre o conceito de informação na ciência da informação têm apontado a existência de pelo menos três grandes conceitos de informação, presentes em suas diferentes subáreas, como pôde

ser constatado na International Conference on Conceptions of Library and Information Science (I CoLIS), realizada em Tampere, Finlândia, em 1991, e nos demais eventos CoLIS que se seguiram.

Nos anos seguintes, diferentes autores, relacionados a distintos contextos, buscaram promover sistematizações e caracterizações desses três conceitos. Embora as designações possam variar um pouco, e também certos aspectos das caracterizações de cada uma delas, é possível verificar um significativo consenso entre os desenhos apresentados, seja em relação ao conceito de informação, seja em relação aos chamados 'paradigmas' de estudo da ciência da informação. A seguir, são apresentadas as sistematizações de autores ligados a contextos bastante variados como México, Estados Unidos, Dinamarca, Espanha, Portugal, Alemanha e Canadá.

5.2 Três conceitos de informação

A primeira destas sistematizações é a de Miguel Ángel Rendón Rojas, da Universidad Nacional Autónoma de México, que, em 1996, constatou a existência, na ciência da informação, de um modelo sintático de estudo da informação (voltado para o estudo das *formas*, das fontes e sistemas de informação em suas características materiais), um modelo semântico (voltado para o estudo dos *conteúdos* das fontes e sistemas de informação) e um pragmático, com foco nos propósitos, nos *usos concretos* dos conteúdos disponibilizados pelas formas físicas).[291]

Pouco depois Tefko Saracevic, da Rutgers University (Estados Unidos), publicou um artigo intitulado *Information science*,[307] em que identificou três grandes conceitos de informação na ciência da informação. O primeiro é o sentido restrito: informação consiste em sinais ou mensagens envolvendo pequeno ou nenhum processamento cognitivo, ou então tal processamento pode ser expresso em termos de algoritmos ou probabilidades. Informação é a propriedade de uma mensagem, que pode ser estimada por uma probabilidade. O segundo é o sentido amplo: informação envolve diretamente processamento cognitivo e compreensão. Ela resulta da interação entre duas estruturas cognitivas, uma mente e um texto

(no sentido amplo dessa palavra). Informação é o que afeta ou altera um estado de conhecimento, ou seja, para determinar algo como sendo informação é preciso ver o que o leitor entendeu de um texto ou documento. A informação é entendida como o resultado da transação entre texto e leitor, entre um registro e seu usuário. O terceiro é o sentido ainda mais amplo: informação existe em um contexto. Envolve não apenas as mensagens (sentido restrito) que são cognitivamente processadas (sentido amplo), mas também um contexto, uma situação específica, e uma ação, ou tarefa, no decurso da qual a informação é cognitivamente processada. Assim, informação envolve motivação e intencionalidade do indivíduo, mas sempre conectadas a um horizonte social, do qual fazem parte a cultura e as ações desempenhadas.

No ano seguinte, Anders Ørom, da Informationsvidenskabelige Akademi (real escola de biblioteconomia e ciência da informação) da Dinamarca, identificou a existência de um pré-paradigma da ciência da informação (a biblioteca como instituição social) e três paradigmas no campo.[270] O primeiro é o físico, que se iniciou na década de 1950 com os testes do projeto Cranfield, na escola de aeronáutica em Cranfield, Reino Unido, quando a ciência da informação se tornou uma disciplina 'específica' e 'bem delimitada' em torno da recuperação de informação.

Sendo a ciência da informação nesse momento um tipo monotético de ciência, baseado numa visão realística da ciência (de acordo com a qual a ciência é um conhecimento absoluto, verdadeiro, universal e neutro sobre o real), a informação era estudada a partir de uma visão tida como privilegiada, imune aos processos cognitivos e sociais — a informação 'tal como existe no mundo'. O objetivo dos estudos deste modelo centrou-se no desempenho na recuperação de informação.

O segundo paradigma identificado por ele é o cognitivo. Seu desenvolvimento representa a ampliação do escopo (todo tipo de informação, e não apenas os sistemas de recuperação, é incluído como objeto de estudo) e do espectro (o comportamento informacional humano em geral, e não apenas a interação com sistemas de recuperação da informação) da ciência da informação. Esse mode-

lo se concentra em aspectos qualitativos da interação das pessoas com os sistemas de informação. O ponto de vista se baseia num modelo relativista do conhecimento, significando que o conhecimento é influenciado e alterado por fatores cognitivos. Nessa perspectiva são neglegenciados os fatores sociais.

Por fim, Ørom apresenta as abordagens alternativas, resultantes de uma maior aproximação com as teorias da comunicação, especialmente a semiótica. Informação nesse sentido não é algo que é transmitido de uma pessoa para outra. A mensagem é vista como a construção de signos que, através da interação entre receptores, torna possível a produção de sentidos. Se o modelo físico estaria ligado à dimensão processual (o transporte de mensagens) e o cognitivo enxerga o significado das mensagens como algo produzido por um receptor a partir de suas estruturas cognitivas, esta terceira maneira de se estudar a informação une as duas dimensões, vendo a inserção de ambos os processos (transmissão e construção de sentido) nos contextos sociais, isto é, com os sistemas de linguagem e cultura, ou seja, com as relações estruturais do sistema semiótico (a cultura e a realidade). Essa abordagem estuda, pois, a determinação social do significado com foco nos códigos.

Numa linha bastante próxima, Juan Carlos Fernández Molina e Félix de Moya Anegón, da Universidad de Granada, Espanha, apresentaram um quadro com três grandes modelos de estudo das *ciencias de la documentación* (nome que a ciência da informação tinha, no contexto espanhol, à época da publicação do texto).[122]

O primeiro é o modelo positivista: consistiu numa abordagem fisicalista do estudo da informação, tomada como algo mensurável, formalizado, universal e neutro, em pesquisas com foco nos sistemas de informação, buscando estabelecer condições laboratoriais de estudo. Nesse modelo, as necessidades de informação eram vistas como algo estável e invariável, e os processos de busca analisados numa perspectiva determinista, estática e não interativa. O segundo é o modelo cognitivo, essencialmente mentalista, com foco nos indivíduos que produzem e usam informação, passando a incluir a totalidade do comportamento humano em relação à informação. Sua maior fragilidade é o excesso de subjetivismo, ao

compreender a realidade como sendo gerada unicamente por processos mentais individuais.

O terceiro é o sociológico, que tem como antecedente a epistemologia social proposta por Jesse Shera nos anos 1960: uma ciência voltada para o estudo das relações que uma coletividade (um país, uma cidade, uma empresa) estabelece com os conhecimentos registrados que ela mesma produz e faz circular. Nessa perspectiva, tal modelo representa a valorização do 'contextualismo' na ciência da informação e tem duas manifestações concretas de pesquisa: os estudos com abordagem hermenêutica e a análise de domínio.

De Portugal, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Dias Ribeiro, da Universidade do Porto,[327] apresentaram um quadro teórico em que a ciência da informação era apreendida a partir de dois modelos: um primeiro historicista, tecnicista e custodial (correspondente aos campos da arquivologia e biblioteconomia, tal como estruturados no final do século XIX e início do século XX) e um segundo, dinâmico, científico e informacional, caracterizador propriamente do surgimento da ciência da informação. Neste quadro, postularam que a informação como objeto de estudo teria seis propriedades, aqui citadas em ordem inversa à apresentada por eles e organizadas conforme a sistematização de Ørom: ela é mensurável, reprodutível e transmissível (aspectos físicos), ela tem pregnância simbólica (aspecto semântico) e é estruturada pela ação humana e integrada dinamicamente aos contextos em que emerge (aspectos pragmáticos).

No ano seguinte (2003), Rafael Capurro, na época professor da Universität Stuttgart, Alemanha, elaborou também um quadro tríade da evolução da ciência da informação.[49] Segundo ele, a ciência da informação teria nascido sob a vigência de um paradigma físico, construído a partir da teoria matemática de Shannon e Weaver e que tomou corpo a partir dos primeiros estudos empíricos promovidos no projeto Cranfield. Conforme esta visão, a informação é algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor.

Um segundo modelo, o cognitivo, emergiu nos anos 1970, marcado pela inspiração da teoria dos 'três mundos' de Karl Popper, e que relaciona informação a conhecimento: algo é informacional na

medida em que altera as estruturas de conhecimento do sujeito que se relaciona com dados ou documentos.

Em anos mais recentes, estaria emergindo um paradigma social, voltado para a constituição social dos processos informacionais. A partir da crítica ao modelo anterior, que via o usuário como um ser isolado da realidade e apenas numa dimensão cognitiva, busca-se aqui reinseri-lo nos seus contextos concretos de vida e atuação, numa perspectiva claramente fenomenológica: ver os sujeitos como 'ser no mundo', tal como a fórmula do *dasein* tomada de Martin Heidegger ou as 'comunidades de discurso' estudadas por Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen a partir de uma inspiração em Ludwig Wittgenstein. Daí a famosa fórmula de Rafael Capurro, para quem não é a informação que é a matéria-prima do conhecimento: antes, é apenas a existência de um conhecimento partilhado entre diferentes atores que faz com que algo seja reconhecido como informação.

Recentemente, Jean-Michel Salaün e Clément Arsenault, da Université de Montréal, Canadá, publicaram um manual de introdução à ciência da informação,[302] e nele apresentam aquelas que são as três dimensões dos documentos: a sua forma (o signo, aquilo que lhes confere existência material, que os tornam perceptíveis), seu conteúdo (o texto, aquilo que fazem deles algo inteligível, compreensível) e o meio (ou a relação, o uso social). A informação é a resultante das ligações entre essas dimensões, embora, ao longo dos anos, subáreas da ciência da informação tenham privilegiado uma ou outra destas dimensões.

Conjugando as contribuições dos diferentes autores, é possível concluir que o primeiro conceito de informação na ciência da informação é mais restrito e está vinculado à sua dimensão material, física, sendo o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista. Nos anos seguintes, tomou corpo um conceito um pouco mais amplo voltado para a dimensão cognitiva, sendo informação algo associado à interação entre dados (aquilo que existe materialmente) e conhecimento (aquilo que está na mente dos sujeitos), e seu estudo relacionado à identificação de significados, interpretações. Por fim, as tendências contemporâne-

as implicam um grau maior de complexidade e abstração, com a inserção da informação no escopo da ação humana e no âmbito de contextos socioculturais concretos.

5.3 Síntese: conceitos de informação nas subáreas de pesquisa

Uma das características mais marcantes das ciências humanas e sociais, como apontado acima, é a convivência de diferentes modelos teóricos, na medida em que "nenhuma das linhas de pensamento sobre o social tem o monopólio de compreensão total e completa sobre a realidade" (p. 37).[253]

Nesse sentido, é oportuno resgatar a discussão de Maria Nélida González de Gómez que, ao definir que a ciência da informação recebe das ciências humanas seu traço identificador, postula que ela se articula a partir de um caráter poliepistemológico: ela articula a produção de um conhecimento semântico-discursivo (ligado a conhecimentos culturais e de significação, relativos a métodos da antropologia e da linguística); um conhecimento metainformacional (relativo à regulação dos ciclos e fluxos de informação, com métodos da administração, gestão e política); e um conhecimento infraestrutural (relativo à dimensão técnica e tecnológica, que articula métodos da computação e da economia).[155] É esse caráter poliepistemológico que permite a convivência de modos tão diferentes de produção de conhecimento, na medida em que funciona como um princípio articulador das diversidades.

Confrontando o quadro teórico dos três conceitos de informação apresentado com as diferentes subáreas da ciência da informação identificadas, tem-se o quadro de referência que se encontra na página seguinte (quadro 7). Neste quadro, é possível ver que em cada uma das subáreas da ciência da informação há a manifestação dos três grandes conceitos ou modelos de estudo da informação.

As perspectivas contemporâneas em ciência da informação têm buscado consolidar o avanço conceitual operado nas décadas anteriores, sem deixar que as contribuições do modelo físico sejam abandonadas pela vigência do modelo cognitivo, nem ignorar as

Quadro 6. Modelos dominantes de estudo da informação

	Modelo físico	**Modelo semântico**	**Modelo pragmático**
Fluxos de informação científica	Estrutura dos fluxos, características das fontes	Colégios invisíveis	Redes, contextos da produção científica
Representação e recuperação da informação	Sistemas universais, revocação e precisão	Sistemas orientados para usuários, facetas	Ontologias, indexação social, análise de domínio
Estudos de usuários	Estudos de taxas de uso, perfil sociodemográfico	Comportamento informacional, estado anômalo de conhecimento	Práticas informacionais, construti-vismo
Gestão do conhecimento	Gestão de recursos informacionais	Gestão do conhecimento, conhecimento tácito e explícito	Cultura organizacional, orientação informacional
Economia política da informação	Desigualdade dos fluxos, informação e desenvolvimento	Responsabilidade social, políticas de informação	Regimes de informação, perspectivas críticas
Estudos métricos	Leis bibliométricas	Análise de citações	Visualização de literaturas, estrutura do campo científico

contribuições deste em prol do entendimento pragmático recente. Os três modelos apresentados acima são complementares, mais do que excludentes. Afinal, os problemas informacionais continuam tendo uma dimensão física, tendo também aspectos cognitivos e se inserindo em dimensões contextuais e pragmáticas. Nesse sentido, abordagens contemporâneas em ciência da informação, tais como a filosofia da informação proposta por Luciano Floridi, ancoram-se

em pressupostos do paradigma físico, enquanto abordagens também recentes, como a de Chaim Zins (que chega a propor que a ciência da informação deveria chamar-se ciência do conhecimento), fundamentam-se na perspectiva cognitiva. E é no encontro dessas abordagens que se pode definir o que é, enfim, ciência da informação.

Na vigência do modelo físico, a ciência da informação, embora voltada para o estudo dos documentos, dos itens informacionais fisicamente observáveis, não era uma outra documentação, nem uma outra biblioteconomia ou qualquer ciência voltada para o estudo de documentos. Havia desde ali uma especificidade, um olhar próprio da ciência da informação sobre esses objetos. Esse olhar próprio se construiu na perspectiva de uma área voltada para a "efetiva comunicação dos registros humanos", nos dizeres de Tefko Saracevic. Reunindo as caracterizações elaboradas pelos autores citados acima, pode-se dizer que se trata, sobretudo, de um modelo que estuda a informação como fenômeno OBJETIVO, e sua representação pode ser feita a partir da figura 7:
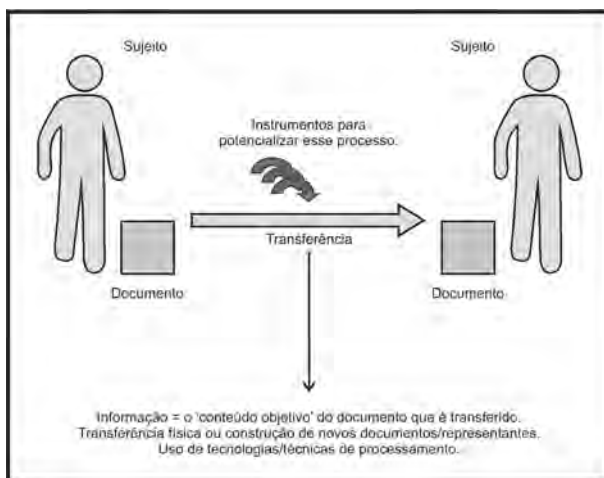
Figura 7. Representação visual do modelo físico

Neste modelo, pois, o foco da ciência da informação está voltado para a construção de modelos e sistemas que garantam um transporte mais rápido, mais barato e mais eficiente das mensagens ou

sinais que são trocados entre diferentes sujeitos e, mesmo tendo sido o primeiro modelo adotado pela área, mantém sua atualidade, sobretudo na conformação dos mecanismos de busca na internet.

Da mesma forma, com a consolidação do modelo cognitivo, a partir dos finais dos anos 1970, a ciência da informação não se tornou uma ciência dos conhecimentos, uma ciência das ideias, isto é, uma ciência daquilo que estaria 'dentro da mente' das pessoas. Ao contrário, manteve também aí um olhar próprio sobre esses fenômenos, buscando uma dimensão informacional no processo. Agrupando mais uma vez as caracterizações dos diferentes autores, pode-se dizer que tal modelo constitui uma abordagem SUBJETIVA da informação, e pode ser representado na figura 8:
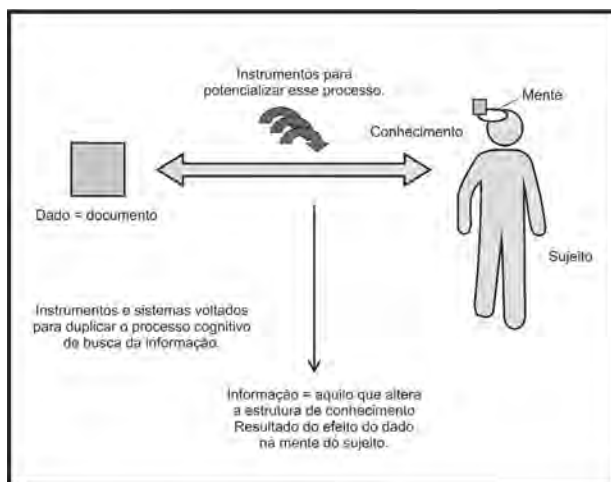
Figura 8. Representação visual do modelo subjetivo

Atualmente, no âmbito da perspectiva pragmatista, inserem-se o contexto sociocultural e a dimensão interacional dos sujeitos no escopo do objeto de estudo do campo.[170] Mas a ciência da informação não é a ciência dos contextos socioculturais e nem a ciência das interações entre os sujeitos. Porém ela busca, também nesses elementos, algo de específico, de particular: a dimensão informacional presente nesses fenômenos. É, mais uma vez, aí que reside o olhar informacional, o lugar de onde a ciência da informação observa

os diferentes fenômenos da realidade. Mais uma vez agrupando as classificações dos diferentes autores citados, pode-se dizer que aqui emerge um conceito INTERSUBJETIVO de informação.

A especificidade desta perspectiva foi sublinhada por Rafael Capurro num texto de 2009 sobre a noção de informação.[50] Para definir informação, o autor remonta aos conceitos gregos de *eidos* (ideia) e *morphé* (forma), significando 'dar forma a algo', que permite a construção de um olhar que se inscreve no âmbito da ação humana sobre o mundo ('in-formar') e a partir do mundo (se 'in-formar'). Ou seja, os seres humanos, em suas diferentes ações no mundo (produzir pesquisa científica, construir sua identidade, monitorar o ambiente mercadológico, testemunhar direitos e deveres, etc.), produzem registros materiais, documentos: eles *in-formam*.

É essa *ação* de produzir registros materiais que é a informação, que é o objeto de estudo da ciência da informação. A ciência da informação não estuda a ação administrativa, política, cultural, etc., em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de informacional. Ao mesmo tempo, os seres humanos, também em suas diferentes ações (podem-se citar as mesmas ou outras, como tomar decisões de investimentos, testemunhar determinados direitos, comunicar-se com os outros, etc.), utilizam documentos, registros materiais: os seres humanos se *in-formam*. É também essa ação de utilizar, se apropriar dos registros de conhecimento que é a informação, e que é também objeto de estudo da ciência da informação.

O contínuo exercício destas ações de *in-formar* acaba por gerar determinado acúmulo de registros do conhecimento humano, o que Peter Berger e Thomas Luckmann[26] chamam de 'acervo social de conhecimento' e Maurice Halbwachs[161] de 'memória coletiva'. Foi, aliás, justamente esse conjunto documental que deu origem, séculos atrás, aos campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia. Dessa forma, também a própria construção deste estoque ou acervo e os processos por meio dos quais são continuamente construídos (pelas ações de in-*formar*) e utilizados (pelas ações de *se in-formar*) constituem parte dos fenômenos informacionais ou dos processos analisados sob a óptica de um olhar informacional.

Tal quadro de apreensão pode ser esquematizado na figura 9, na página que se segue:
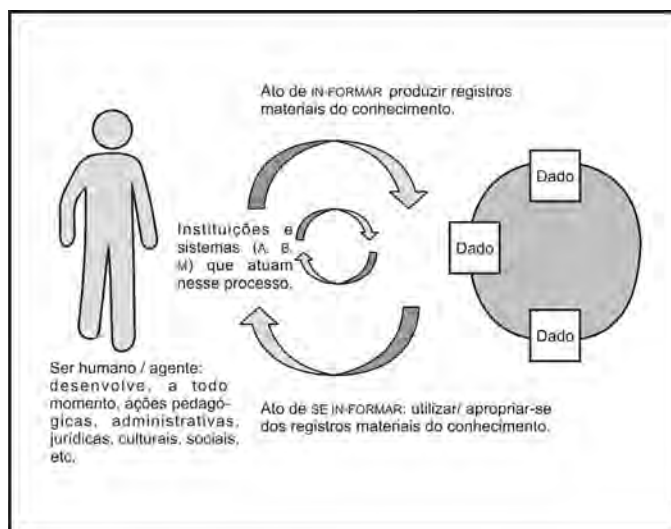
Figura 9. Representação visual do objeto de estudo da ciência da informação

Nesta figura, pode-se perceber que o objeto de estudo amplo da ciência da informação são os processos de produção (geração) de registros, a acumulação destes formando um estoque coletivo, e a utilização deles, mas também as várias instituições e sistemas (incluindo arquivos, bibliotecas e museus) que interferem nesse processo, buscando torná-lo mais eficaz, mais plural ou mais dinâmico.

Capítulo 3

A proposta de aproximação entre as áreas

Neste livro foram realizados dois movimentos paralelos. No primeiro capítulo buscou-se demonstrar como parte considerável das reflexões científicas em arquivologia, em biblioteconomia e em museologia, desenvolvidas ao longo do século xx, se deu de maneira transversal, com o desenvolvimento de vários pontos e aspectos comuns, em vez de um reforço da construção de fronteiras e limites entre elas.

Essa característica de aproximação vem se fortalecendo no âmbito das perspectivas contemporâneas, que têm privilegiado os fluxos, as interações, o extrainstitucional e o imaterial. Enfim, seria possível dizer que elas têm enfatizado aquilo que existe na realidade como potencialmente arquivístico, biblioteconômico ou museológico, tendo, pois, como objeto, não mais as instituições, os objetos ou as técnicas de tratamento, mas a relação mesma do ser humano com a realidade mediada pelas atuações/intervenções produzidas (ou a serem produzidas) por essas áreas.

Essa realidade vem sendo, de certa forma, antecipada por uma série de iniciativas práticas, eventos e modelos formativos, como apontado na introdução deste livro. Cumpre destacar, além disso, a existência de uma diversificada produção científica recente relacionada especificamente com as aproximações entre arquivologia, biblioteconomia e museologia.

Tais aproximações têm aparecido, na literatura, em relação às possibilidades de formação profissional convergente nas três áreas;[362] de curadoria e desenvolvimento de coleções com aspec-

tos comuns entre as três;[23] de oferecimento de serviços comuns;[185] de complementaridade entre elas na criação de comunidades de conhecimento[165] e na própria valorização do conhecimento nas sociedades contemporâneas;[188] de convergências entre as três nos ambientes digitais;[149, 236, 250, 388] de convergência entre suas missões;[107] e, de uma forma geral, de defesa da colaboração entre profissionais e instituições das três áreas,[377, 396] incluindo intercâmbio de 'boas práticas' a serem seguidas por elas.[389]

Esse cenário sugere ser inevitável a colaboração entre arquivologia, biblioteconomia e museologia. Contudo, caberia a pergunta: e qual a relação entre elas e a ciência da informação? Qual a relevância de se convocar a ciência da informação para esse diálogo?

O imenso estoque de conhecimento científico acumulado nas três áreas permite identificar que elas possuem dimensões pedagógicas, comunicacionais, administrativas, tecnológicas, entre outras. Em qualquer uma destas dimensões, poderia se dar algum tipo de diálogo: o papel pedagógico de arquivos, bibliotecas e museus, ou as ações comunicativas desempenhadas por estas instituições, e assim por diante. Para cada dimensão escolhida, um aspecto em particular da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia seria destacado e, consequentemente, uma ou outra disciplina científica poderia ser convocada para o diálogo — a pedagogia, a comunicação social, a administração, a computação, entre outras.

Porém, no Brasil, no contexto dos cursos de graduação, a aproximação entre as três áreas tem acontecido em escolas ou faculdades de ciência da informação, fato que poderia ser utilizado, por si só, como justificativa para essa escolha. Mas a argumentação apresentada neste livro sugere que isso não é suficiente.

Assim, no segundo capítulo, foi apresentada a trajetória da ciência da informação que, a partir das contribuições desenvolvidas nas diferentes subáreas, em diferentes contextos e a partir de diferentes tentativas de caracterização, chegou a um conceito de informação que contempla suas dimensões física, cognitiva e intersubjetiva, considerando as várias maneiras por meio das quais algo se torna informação, isto é, é 'in-formado', no contexto da ação humana.

Nesse sentido, é pertinente retornar ao início do primeiro ca-

pítulo, àquela que é a prática humana matricial, fundadora, dos arquivos, das bibliotecas e dos museus e, por conseguinte, da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia: a ação humana de produzir registros de conhecimento, isto é, de externalizar seus pensamentos, suas ideias e suas experiências; de acumular e guardar esses registros, para si e para os demais; e de se utilizar desses mesmos registros para guiar suas decisões e ações futuras. É porque os seres humanos são seres de cultura que ocorrem essas práticas, e é porque elas ocorrem que foram criadas intervenções específicas sobre elas (a criação de instituições e técnicas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas).

Aqui se resgata a ideia de *olhar informacional* apresentada no segundo capítulo — olhar que se dirige exatamente para esse ato fundador, básico, que é a ação humana de "in-formar" (dar forma, existência material, a um pensamento ou ideia) e "se in-formar" (utilizar os registros materiais do conhecimento para construir suas ideias e pensamentos)

Identificar essas ações humanas significa referir-se a uma dimensão invisível, na medida em que o que aparece são os documentos, os arquivos, as tabelas de temporalidade, as bibliotecas, os números de chamada, os museus, as exposições, e assim por diante. É como se os fundos arquivísticos, as coleções bibliográficas, os sistemas de classificação, os serviços de indexação e resumos, as reservas técnicas fossem todos a 'musculatura', a 'pele' e o 'tecido' de um corpo, e as várias ações informacionais que tornaram a existência deles possível fossem os 'ossos', uma estrutura interior e interna, invisível mas existente e fundamental para a existência dos demais.

Marcia Bates apresentou uma ideia próxima a esta ao mencionar um substrato invisível da ciência da informação, evocando a imagem de um *iceberg*: os documentos, os registros materiais, os instrumentos de descrição e classificação seriam a ponta, a parte acima da linha da água, e a informação corresponderia a todo o bloco de gelo, incluindo a parte submersa.[21]

Em trabalho posterior, a mesma autora aperfeiçoou seu modelo propondo uma estrutura de compreensão a partir da correlação entre dois 'universos'.[22] De um lado, está o que ela chama de

'universo da documentação', em que se misturam gêneros, canais e tecnologias da informação, e que é o domínio da pesquisa e da prática informacionais (composto de livros, jornais, bases de dados, bibliografias, internet, músicas, etc.). De outro lado, está o que ela denomina 'universo da vida': em seu processo de viver no mundo (executar ações políticas, praticar esportes, conviver com a família, estudar, construir a própria identidade, etc.), as pessoas produzem registros de conhecimento, registros estes que constituirão o 'universo da documentação'.

Curiosamente, e não por acaso, nesse mesmo trabalho, a autora aproxima o conceito de informação dos conceitos de conhecimento, memória e patrimônio, conceitos correlacionados, na visão da autora, respectivamente, com bibliotecas, arquivos e museus, instituições clássicas de armazenamento (custódia) dos registros de informação.

Numa linha argumentativa bastante próxima está a ideia de Antonio Malheiro da Silva de que os documentos, as instituições e as técnicas documentais (aí incluídas as arquivísticas, as biblioteconômicas e as museológicas) seriam epifenômenos, isto é, manifestações visíveis de um fenômeno maior e mais amplo: a informação, recortada da fenomenalidade humana e social enquanto "expressão e partilha, por vários códigos, de ideias, acontecimentos e emoções vividas pelo ser humano em sociedade" (p. 28).[325]

É interessante destacar que essa visão de informação não é recente. Em abril de 1952, Harold Garfinkel ministrou um seminário na Princeton University sobre o tema informação. Naquele momento, o termo estava na moda nos Estados Unidos, e o autor partiu justamente da análise de como autores da época como Claude Shannon, George A. Miller, Norbert Wiener, Karl W. Deutsch, Gregory Bateson e Jurgen Ruesch, John von Neumann e Oskar Morgenstern (todos ligados, de alguma forma, à perspectiva da teoria matemática da comunicação) viam a informação apenas como algo fisicamente existente, passível de manipulações matemáticas. Ao fazer isso, tais autores promoveram um certo divórcio entre a ideia de informação e a noção de conhecimento e, mais ainda, distanciaram-na completamente da vida e da ação humanas.

Segundo Garfinkel, seria preciso reconstruir o conceito de informação, na medida em que a informação não seria uma coisa mas, sim, a relação entre uma coisa e outras possibilidades, num raciocínio que evoca uma dimensão social, na medida em que são relações *entre* coisas. A vida humana e social seria, pois, exatamente o que faz com que a informação seja informação: uma 'coisa' humana só existe enquanto tal *em* e *através de* seu relacionamento com a complexa trama das relações sociais na qual ela é constituída.[144]

As ideias de Garfinkel não tiveram, na época, impacto na ciência da informação. Na verdade, sequer foram publicadas, só sendo editadas como livro em 2008 a partir do trabalho de Anne Warfield Rawls. Estava ali, contudo, uma reflexão pioneira em relação ao caminho que a ciência da informação poderia seguir, caminho este que acabou sendo seguido, ainda que apenas algumas décadas depois.

Outro pensamento precursor, nesse sentido, foi a proposta de criação de uma disciplina chamada 'epistemologia social' por Jesse Hauk Shera, no começo da década de 1960. Sua ideia era construir uma ciência voltada para as diferentes maneiras como cada sociedade produz, faz circular e utiliza todas as formas de registros materiais do conhecimento humano. Nesse sentido, bibliotecas e demais instituições e procedimentos documentais estariam sempre mudando, através dos tempos, na medida em que refletem as atividades, os valores e os objetivos das sociedades em que existem.[319, 320, 323]

Segundo a perspectiva de Shera, estudar bibliotecas, arquivos, museus, documentos é, antes de tudo, estudar determinada realidade social e cultural. Ao focar no visível (nas instituições e práticas documentais), chega-se ao invisível (as relações que uma sociedade estabelece com o conhecimento, daí a expressão 'epistemologia social'). Nos últimos anos, surgiram estudos buscando na epistemologia social uma fundamentação mais consistente para a dimensão filosófica da ciência da informação.[119]

Contribuições como as de Harold Garfinkel e Jesse Shera ficaram durante anos como vozes alternativas, marginais, na ciência da informação. Isso porque a *information science* que se consolidou

nos anos 1960 era marcadamente positivista e tecnicista, centrada unicamente nos aspectos físicos e operacionais dos fenômenos informacionais. Essa ciência da informação, ao mesmo tempo, não apresentava condições de diálogo com os campos da arquivologia, da museologia e nem mesmo com a parte humanística da biblioteconomia.

Pois é agora, quando autores como Garfinkel e Shera são resgatados, quando se concretiza uma abordagem pragmatista, social e hermenêutica da informação (expressa nos trabalhos de autores contemporâneos como Rafael Capurro, Bernd Frohmann, Miguel Ángel Rendón Rojas, Birger Hjørland, Ronald E. Day, Marcia Bates, entre outros), enfim, quando se realiza uma outra ciência da informação, revigorada depois da restrição promovida pelo modelo da década de 1960, que se apresentam as condições de diálogo com a arquivologia, com a biblioteconomia e com a museologia.

Recorrendo novamente a Gernot Wersig, cuja ideia foi apresentada no segundo capítulo, deve-se lembrar que a ciência da informação não surgiu em busca de um novo objeto empírico que não estivesse sendo estudado pelas demais disciplinas científicas.[380] Informação, objeto de estudo da ciência da informação, constitui, antes de tudo, um conceito, uma categoria abstrata, que só pode ser compreendida e estudada por meio do estudo de outros fenômenos, estes sim, com existência concreta, material, na esfera da realidade humana.

Entre esses fenômenos estão as instituições arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, com suas técnicas, seus acervos, seus profissionais, suas funções e contradições. Estudar a dimensão informacional que os constitui é abrir a possibilidade de um campo de reflexão amplo e, portanto, favorável à aproximação, ao diálogo e, afinal, à cooperação, num movimento que, como destacado anteriormente, já vem sendo realizado no campo das intervenções concretas em arquivologia, em biblioteconomia e em museologia. A ciência da informação não vem para construir um diálogo que não ocorre. Ela surge para potencializar as condições de realização de um diálogo que já vem ocorrendo entre as três áreas.

Ao mesmo tempo, tal movimento de aproximação sugere a

superação de algumas antinomias que vêm ao longo das décadas marcando as áreas, tais como custodial/pós-custodial, patrimônio/informação, técnica/ciência. Pensar no pós-custodial não significa negligenciar a importância de se constituírem coleções, acervos, fundos; o pós-custodial não é uma negação da custódia, é um prolongamento dela.

Ao mesmo tempo, pensar em informação não significa descartar a função de salvaguarda do patrimônio promovida pelos arquivos, bibliotecas e museus; é pensar nela e inseri-la, como uma das funções em meio a outras, na dinâmica de discussões sobre a dimensão informacional. E ainda, promover a reflexão no nível propriamente científico não é romper com a dimensão técnica, profissional, até porque foi o campo das intervenções práticas que motivou, e justifica até hoje, a existência de um campo de reflexões científicas.

Há ainda um outro importante mal-entendido que precisa ser resolvido, que é a compreensão de que propor o diálogo entre as áreas implicaria a fusão delas no escopo da ciência da informação, e promoveria uma integração que viraria um corpo único. Arquivologia, biblioteconomia e museologia não precisam, e nem devem, 'se tornar' ciência da informação.

Outra ideia bastante difundida é a de que a ciência da informação deveria ser o tronco comum destas áreas. Ela também mostra-se inadequada: as três áreas não surgem da ciência da informação, na verdade são até anteriores a ela. Também o argumento de que a ciência da informação deveria ser o 'guarda-chuva' das três não se sustenta: uma parte imensa destas áreas (sobretudo da museologia) encontra-se além da dimensão informacional que as envolve, o que significa que o estoque de conhecimento de cada uma não cabe no escopo da ciência da informação.

Pelo contrário, justamente por ser a ciência da informação muito mais nova e, em certo sentido, muito mais indefinida, é que, pretendendo se constituir num campo reflexivo novo, precisa estar além das especificidades profissionais e científicas das três áreas, que devem, contudo, ser mantidas. O movimento do diálogo que pode fortalecer cada uma das áreas individualmente deve se dar

a partir da colaboração mútua de reflexões e pesquisas, tal como, aliás, vem sendo indicado pelos avanços teóricos em cada uma delas, como se buscou demonstrar no primeiro capítulo.

Essa proposta se alinha, inclusive, com as tendências contemporâneas de produção de conhecimento científico, que vêm propondo a interdisciplinaridade e a complexidade como categorias de avanço do conhecimento, em oposição à insistência de fazer da atividade científica um terreno de construção de fronteiras para a legitimação do *status* de determinados grupos de interesse. Ao propor uma cada vez mais crescente especialização, o movimento disciplinar acaba por conduzir também a um maior isolamento dos campos de conhecimento.

Os avanços teóricos realizados pelas várias correntes analisadas nos dois capítulos anteriores, tomados em conjunto com uma série de fenômenos e processos da realidade contemporânea (alguns dos quais apresentados na introdução), apontam e suscitam a emergência de uma nova forma de compreensão dos processos arquivísticos, biblioteconômicos, museológicos e informacionais.

Diante desse cenário, existe e está aberta a possibilidade de que cada um dos campos, separadamente, construa suas respostas e o seu futuro científico. Mas existe a possibilidade de uma fertilização mútua entre todos esses campos. Para tanto, é preciso reconsiderar a própria noção de ciência, que não se reduz à dimensão técnica, tecnológica e profissional.

Ali onde os campos constroem suas identidades autônomas (o exercício profissional, as técnicas de cada área), é também lugar em que a atitude propriamente reflexiva, orientada para o conhecer e não para o fazer, necessita de transgressão das fronteiras disciplinares. Nesse sentido é que se deve evocar uma característica fundamental das quatro áreas aqui analisadas: seu pertencimento ao terreno das ciências humanas e sociais, no qual elas buscam seu fundamento enquanto atividade científica.

Para a ciência da informação, portanto, se coloca um desafio contemporâneo: aquilo que ela deve ser e fazer, estudar e conhecer, precisa se desenvolver como resposta ao início ou à retomada do diálogo com os campos da arquivologia, da museologia e de parte

considerável da biblioteconomia. Se, institucionalmente, as condições para isso começam a ser desenhadas no Brasil, no plano teórico ainda há muito o que fazer, e este livro pretende ser uma clara contribuição nessa direção.

As implicações epistemológicas disso são importantes. A ciência da informação se construiu, no plano conceitual, na década de 1960, a partir de uma *diferenciação* em relação aos campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia, tal como essas áreas se consolidaram no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX (ciências dos acervos, das instituições e das regras de tratamento técnico destas instituições).

Durante o século XX, como foi apresentado no primeiro capítulo, essas três áreas realizaram um notável avanço teórico e deixaram de ficar circunscritas à dimensão custodial, institucional e técnica, promovendo ampliações e complexificando suas abordagens de estudo. Mas, ao que parece, a ciência da informação não percebeu esse processo em sua constituição e nem nos anos seguintes. Apenas muito recentemente começa a haver uma percepção desse processo. Aí se encontra a oportunidade do diálogo.

O mesmo vale para as três áreas. Num primeiro momento, o modelo consolidado em fins do século XIX na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia não parecia indicar esse espaço de diálogo, tanto com os objetos de estudo (acervos, instituições e técnicas) quanto com a crescente atuação das associações profissionais. O quadro das perspectivas contemporâneas nas três áreas evidencia, pelo contrário, um espaço relevante de diálogo entre elas.

Pode-se argumentar que atualmente existe consenso de que as áreas científicas não devem atuar de maneira isolada, estanque. Mas, mais uma vez, e voltando à pergunta inicial deste capítulo, isso não resolve a questão: as áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia devem conversar entre si e se fortalecer mutuamente. Mas por que deveriam interagir com a ciência da informação também?

Como foi dito antes, essas três áreas possuem muito mais em comum do que uma dimensão informacional. Elas também partilham de uma dimensão comunicativa (todas buscam interlocução

com públicos), administrativa (instituições e recursos que precisam ser geridos), educacional (todas atuam no âmbito formativo e pedagógico). Essas três áreas poderiam conviver em faculdades ou escolas de comunicação, de administração, de educação ou muitas outras. Em cada lugar desses, contudo, o diálogo se daria numa determinada direção.

O fato concreto é que essas três áreas acabaram por compartilhar, principalmente no caso do Brasil, de um mesmo espaço institucional, em faculdades ou escolas de ciência da informação. Isso poderia ser apenas um mero acaso, mas pode ser pensado como uma ótima oportunidade de promoção de diálogo por meio da dimensão informacional envolvida nas práticas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, dimensão essa que é ressaltada, para fins de reflexão científica, justamente pelo olhar informacional promovido pela ciência da informação.

Ou seja, o modelo consolidado pela ciência da informação nos anos 1960, como apontado acima, também não se mostrava inicialmente profícuo para o diálogo, na medida em que buscava se consolidar na diferenciação em relação às três áreas. Todavia, os avanços promovidos pela ciência da informação no desenvolvimento dos três modelos de estudo apresentados no segundo capítulo, em direção ao olhar informacional, de um lado, e os avanços das três áreas em direção às perspectivas interacionais, globais e complexas, de outro lado, fornecem agora um cenário extremamente estimulante e rico para interlocução e fertilização mútua.

Para concluir, parece que o conjunto de fatos históricos e avanços teóricos levantados ao longo deste livro poderia ser resumido no quadro 7, na página seguinte.

Quadro 7. Conjunto de fatos históricos e avanços teóricos da arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação

Arquivologia, biblioteconomia e museologia constituem-se como disciplinas científicas.
Características:
- custodial (salvaguarda e custódia dos documentos);
- ênfase nas rotinas das instituições (arquivos, bibliotecas, museus);
- regras de tratamento técnico dos acervos custodiados.

Preocupação específica com o INVENTÁRIO da produção humana, independente da instituição custodiadora.
Preocupação em fazer circular, em disseminar, promover o acesso, o FLUXO dos registros humanos do conhecimento.

A ciência da informação constitui-se a partir:
- da bibliografia e da documentação: pensamento pós-custodial e conceito de documento;
- da vinculação institucional com a biblioteconomia (da ALA à ASIS);
- da ação dos primeiros 'cientistas da informação' (ênfase no fluxo, no atendimento das necessidades);
- da recuperação da informação: noção precursora de informação a partir do advento do microfilme;
- da fundamentação na teoria matemática.

Desenvolvimento de subáreas:
- Comunicação científica;
- Gestão da informação;
- Economia política da informação;
- Representação da informação;
- Estudos de usuários;
- Estudos métricos.

Caracterizações:
- ciência interdisciplinar;
- ciência pós-moderna;
- ciência social.

Arquivologia, biblioteconomia e museologia ampliam seu escopo de atuação e compreensão:
- estudos funcionalistas;
- estudos críticos;
- estudos de usuários/públicos;
- estudos de representação;
- abordagens contemporâneas: globalidade, fluxos, interação.

As áreas, renovadas desde suas propostas originais enquanto campos científicos, encontram novas condições de diálogo e fertilização mútua.

A ciência da informação consolidou os avanços teóricos em torno de um MODELO COGNITIVO e, mais recentemente, em torno de um MODELO INTERSUBJETIVO/PRAGMÁTICO.

Considerações Finais

Ao longo deste livro, uma ideia esteve permanentemente presente: a ligação existente entre as teorias, conceitos e disciplinas científicas, de um lado, e os contextos históricos, culturais, sociais, políticos e tecnológicos, de outro. Nesse sentido, uma determinada manifestação científica é sempre fruto de uma época, de um conjunto de problemáticas de um tempo e de um contexto. Essa é a ideia por trás do conceito de episteme desenvolvido por Michel Foucault em *As palavras e as coisas*: a estrutura de conhecimentos relacionada com um sistema de conceitos que são os instrumentos com os quais, em determinado momento, os pesquisadores compreendem o real.

Dessa forma, a origem da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como disciplinas científicas encontra-se diretamente vinculada à episteme do Renascimento, da valorização da cultura humana, da centralidade dos aspectos humanos — daí que, nos primeiros tratados dedicados à sistematização de conhecimentos destas áreas, predominaram as ideias de salvaguarda e patrimônio.

Nos séculos seguintes, as três áreas vincularam-se ao desejo de mudança e novidade da episteme moderna sem, contudo, se construírem em oposição ao modelo anterior. As transformações vividas pelas instituições arquivo, biblioteca e museu fizeram com que a sua própria condição de instituição passasse a ser o centro dos campos de conhecimento. Essa perspectiva de uma complementaridade de aspectos se reforçou ainda no século XIX: em plena episteme cientificista, da confiança total no conhecimento científico para a produção de conhecimentos universais, consolidou-se o processo de construção disciplinar das três áreas.

O século XX trouxe, contudo, para as três áreas, a aproximação a uma nova episteme: a da especificidade das ciências humanas e sociais, de explicações contingenciais, de formulação de teorias em

busca da singularidade dos processos, de sua inserção em contextos sociohistóricos específicos e da consideração do caráter ativo dos sujeitos que intervêm nos diversos processos socioculturais.

No entanto, a ciência da informação viveu uma realidade diferente. Sua origem se deu com a documentação, no final do século XIX e início do século XX, dentro de uma perspectiva universalista de ciência. 'Transformada' em ciência da informação no final da Segunda Guerra Mundial, inseriu-se na lógica da guerra fria, de uma perspectiva científica militarista e tecnicista, num momento em que se fortaleciam os questionamentos aos princípios positivistas da ciência moderna.

Mas o movimento realizado pela ciência da informação, em todas as direções (sua manifestação em outros contextos, as tentativas de caracterização e o desenvolvimento de subáreas ou correntes teóricas), foi justamente o de superação dos limites do modelo positivista, em direção a outras formas de entendimento do fenômeno informacional que passaram a considerar, gradualmente, as dimensões cognitivas, históricas, hermenêuticas e pragmáticas envolvidas na definição de algo como sendo informação.

Como visto ao longo do capítulo dois, é possível perceber que informação foi entendida, na ciência da informação, inicialmente como sinônimo de documento (o conhecimento humano registrado); depois, como o 'conteúdo objetivo' dos documentos (aquilo que pode migrar de um suporte físico para outro); a seguir, como um produto da interação entre dados e conhecimento; e, por fim, em anos mais recentes, como algo diretamente ligado às ações humanas e inserido em determinado contexto.

Mas, se a noção de episteme em Foucault remete para algo de fora dos conhecimentos científicos, o argumento desenvolvido até aqui não poderia dar a entender então que as quatro áreas teriam se desenvolvido apenas como um reflexo de questões colocadas fora delas? Isso é apenas parcialmente correto. Na verdade, o desenvolvimento da arquivologia, da biblioteconomia, da museologia (e, mais tarde, da ciência da informação) também acompanhou uma evolução de problemáticas específicas relacionadas com os documentos e os registros de conhecimento humano.

O livro publicado em 2011 por Peter Burke fornece uma boa maneira de se compreender essa evolução. Nele, o historiador argumenta que "uma história social do conhecimento precisa, evidentemente, abordar as maneiras como diferentes grupos adquirem, processam, difundem e utilizam o conhecimento". Assim, na primeira parte do livro, intitulada "Práticas do conhecimento", são desenvolvidos quatro tópicos, assim denominados: "Colhendo conhecimentos", "Analisando conhecimentos", "Disseminando conhecimentos" e "Empregando conhecimentos".*

Burke utiliza essa estrutura para dizer que os processos envolvidos nas maneiras como as diferentes sociedades se relacionam com o conhecimento, e com os registros do conhecimento, envolvem basicamente as quatro operações descritas nestes tópicos: a coleta (relacionada com a seleção, a acumulação e o armazenamento), a análise (que envolve aspectos como descrição, classificação, narração, classificação), a disseminação (exposição, referência, publicização e visualização) e, por último, a ação (relacionada com a recepção, a recuperação e a memória, e com a ideia de informação útil, para ser usada na guerra, nos negócios e em demais atividades).

Seguindo essa lógica processual de Peter Burke, evidencia-se como, num primeiro momento, foi necessário para a humanidade acumular os registros de conhecimento, em períodos em que esses registros eram escassos ou ameaçados de destruição. Na medida em que se acumulavam muitos registros, foi preciso organizá-los de alguma forma, listá-los para se ter um controle de sua existência e localização. Quando também essa tarefa pôde ser desempenhada, restou o desafio de torná-los acessíveis, promover a sua distribuição e disseminação, torná-los conhecidos.

É possível visualizar nisso um pouco da história da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia: tornaram-se ciências dos acervos acumulados e das instituições custodiadoras (Renascimento e modernidade), depois das técnicas de tratamento (século XIX e positivismo), para, então, centrarem-se no acesso (século XX). A ciên-

* Burke, P. *Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia à Wikipédia.* Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 21.

cia da informação teria surgido justamente no século xx buscando promover, também ela, a disseminação e o acesso.

A quarta operação, proposta por Peter Burke, é a ação. No momento contemporâneo, em que a escassez de informação ou as barreiras ao acesso não são mais tão importantes enquanto desafios a serem superados, volta-se o esforço reflexivo para a própria definição do que é o arquivável, o bibliográfico, o museal e o informacional — as decisões humanas sobre o que deve ser destacado e selecionado, para ser tratado, disseminado e preservado para as gerações futuras.

Burke conclui seu quadro de compreensão destacando as ações humanas relacionadas com o uso e a aplicação do conhecimento registrado por diferentes sociedades. É no uso e na aplicação que algo se torna arquivístico, bibliográfico, museal ou informacional. Ao mesmo tempo, e indo além da argumentação do autor, são também as ações humanas de criação destes mesmos registros de conhecimento para uso e aplicação que estão na origem da existência das instituições e técnicas arquivísticas, biblioteconômicas, museológicas e informacionais.

É sintomático portanto que os argumentos apresentados neste livro tenham começado com a ideia de 'ação', no início do primeiro capítulo (a ação humana de materializar seus pensamentos e ideias, de produzir registros do conhecimento, ação esta que origina os arquivos, as bibliotecas e os museus) e tenham também terminado com a ideia de 'ação" no final do segundo capítulo (a ação humana de 'in-formar' e de 'se in-formar', noção esta que é a matriz do conceito contemporâneo de informação na ciência da informação).

Existe, portanto, um vínculo entre os fenômenos arquivísticos, biblioteconômicos, museológicos, informacionais, e a vida social e cultural, o quadro de valores de uma época e de um contexto, as ações humanas no mundo, e não é por acaso que Burke remete diretamente sua discussão aos trabalhos de Foucault. Assim, arquivos, bibliotecas, museus e informações expressam determinados modos de viver, de pensar e de existir de uma sociedade, e são, ao mesmo tempo, estruturados — ou adquirem existência — a partir de determinadas dinâmicas que lhes são próprias.

Há, pois, um encontro de tendências conceituais agora, no século XXI, tanto no campo geral de uma episteme contemporânea quanto nos desafios desenvolvidos através das relações estabelecidas entre as sociedades e seus conhecimentos registrados.

Esse encontro sugere condições propícias para a aproximação entre os campos, sobretudo para a superação de uma ruptura usual que compromete o diálogo entre as quatro áreas: de um lado, aqueles que valorizam o humanismo, as artes, a história, o conhecimento científico (o 'conteúdo' de arquivos, bibliotecas, museus, serviços e sistemas de informação) e, de outro, aqueles que valorizam os procedimentos técnicos e tecnológicos (o 'trabalho' executado pelos arquivos, bibliotecas, museus, serviços e sistemas de informação de coletar, processar e disponibilizar seus acervos).

Essa ruptura, expressa muitas vezes pela oposição entre a dimensão reflexiva e a dimensão aplicada, pode ser superada justamente pela consideração da arquivologia, da biblioteconomia, da museologia e da ciência da informação como ciências humanas e sociais. Relacionadas, portanto, com a singularidade dos fenômenos, seu caráter contingencial, histórico e contextual, com a complexidade dos processos e com a valorização da diversidade e da pluralidade.

As tendências contemporâneas apresentadas neste livro, em cada uma das quatro áreas, apontam para a superação dessa antinomia. É, portanto, assumindo-se, cada uma delas, como ciência social e humana, que ficam evidentes as condições de aproximação e diálogo entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação.

Referências

1. Adler, E.; Bernstein, S. Knowledge in power: the epistemic construction of global governance. In: Barnett, M.; Duvall, R. (ed.) *Power in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 294-317.
2. Aitchison, J.; Gilchrist, A. *Manual para construção de tesauros*. Rio de Janeiro: bng/Brasilart, 1979.
3. Alba Rico, S. Wikipedia: ni libre ni de izquierdas. *Acimed*, v. 21, n.1, ene./mar. 2010. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1024-94352010000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 2 jun. 2014.
4. Alberch i Fugueras, R. et al. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Trea, 2001.
5. Albrechtsen, H.; Jacob, E. Classification systems as boundary objects in diverse information ecologies. Proceedings of the 8th asis sigicr Classification Research Workshop. Disponível em: http://journals.lib.washington.edu/index.php/acro/article/viewFile/12724/11223. Acesso em: 13 mar. 2014.
6. Allard, M.; Landry, A. O estado da arte da pesquisa sobre educação museal no Canadá. In: Marandino, M.; Almeida, A.; Valente, M.E. (org.) *Museu: lugar do público*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009, p. 15-26.
7. Allard, S.; Mehra, B.; Qayyum, A. Intercultural leadership toolkit for information professionals: building awareness to effectively serve diverse multicultural populations. *Education Libraries*, v. 30, n. 1, p. 5-12, 2007.
8. Almeida, M.A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, p. 1-24, 2008.
9. Almeida Júnior, O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
10. Alonso Fernández, L. *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza, 1999.
11. ———. *Nueva museología: planteamientos y retos para el futuro*. Madrid: Alianza, 2012.
12. Ambrose, T.; Paine, C. *Museum basics*. London: Routledge, 2006.
13. Ames, P. Conjugar la misión con el mercado: un problema para la gestión moderna de los museos. In: Moore, K. (org.). *La gestión del museo.* Gijón: Trea, 1998, p. 35-46.
14. Anderson, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
15. Asta, G.; Federighi, P. *El público y la biblioteca: metodología para la difusión de la lectura*. Gijón: Trea, 1998.

16. Ávila, R.F.; Sousa, R.T. A aporia dos estudos de comportamento informacional na arquivística. *Cenário Arquivístico*, v. 4, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2011.
17. Baeza-Yates, R.; Ribeiro Neto, B. *Modern information retrieval: the concepts and technology behind search*. New York: Addison-Wesley, 1999.
18. Barbosa, A.P. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
19. Barbosa, R.; Paim, Í. Da gri à gestão do conhecimento. In: Paim, Í. (org.). *A gestão da informação e do conhecimento*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da ufmg, 2003, p. 7-32.
20. Bass, J. A pim perspective: leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records. *Archivaria*, v. 75, p. 49-76, 2013.
21. Bates, M. The invisible substrate of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p. 1043-1050, 1999.
22. ———.The information professions: knowledge, memory, heritage. In: association for library and information science education conference, 1, 2012. Disponível em: http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/articles/pdf/InfoProfessions.pdf. Acesso em: 13 mar. 2014.
23. Beasley, G. Curatorial crossover: building library, archives, and museum collections. *rbm: a journal of rare books, manuscripts, and cultural heritage*, v. 8, n. 1, p. 20-28, 2007.
24. Beghtol, C. Mapping sentences and classification schedules as methods of displaying facets. *Advances in Classification Research Online*, v. 6, 1995. Disponível em: http://journals.lib.washington.edu/index.php/acro/article/view/12657. Acesso em: 13 mar. 2014.
25. Bennett, T. *Pasts beyond memory: evolution, museums, colonialism*. London: Routledge, 2004.
26. Berger, P.; Luckmann, T. *Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
27. Bergeron, P. Information resources management. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 31, p. 263-300, 1996.
28. ———; Hiller, C. Competitive intelligence. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 36, 2002, p. 353-390.
29. Berman, S. *Prejudices and antipathies: a tract on the lc subject heads concerning people*. Jefferson: MacFarland & Co., 1993.
30. Blais, G.; Enns, D.; Richan, D. Out of the ivory tower: public programming in Canadian archives. In: Caya, M.; Beyea, M.; Hanson, S.B. (ed.). *Canadian Archives in 1992*. Ottawa: Canadian Council of Archives, 1992, p. 135-156.
31. Blaya Pérez, C.; Menezes, P.L. O usuário e o direito à informação. *Ponto de Acesso*, v. 1, n. 2, p. 49-69, jul./dez. 2007.
32. Bolaños, M. *La memoria del mundo: cien años de museología*. Gijón: Trea, 2002.

33. Borgman, C. *Scholarship in the digital age: information, infrastructure and the internet.* Cambridge: mit Press, 2007.
34. ———; Furner, J. Scholarly communication and bibliometrics. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 36, p. 3-72, 2002.
35. Borko, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, p. 3-5, 1968.
36. Bougnoux, D. *Introdução às ciências da informação e da comunicação.* Petrópolis: Vozes, 1994.
37. Bourdieu, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
38. Boure, R. Quelle histoire pour les sciences de l'information et de la communication? In: Boure, R. (éd.). *Les origines des sciences de l'information et de la communication: regards croisés*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2002.
39. Braman, S. (ed.) *The emergent global information policy regime*. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004.
40. ———. Defining information policy. *Journal of Information Policy*, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2011.
41. ———. The emergent global information policy regime. In: Braman, S. (ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-37.
42. Brito, E. et al. Biblioteca Municipal de Olinda e sua ação cultural: observação de uma experiência. *Revista da Escola de Biblioteconomia da ufmg*, v. 12, n. 2, p. 170-204, set. 1983.
43. Broughton, V. The fall and rise of knowledge organization: new dimensions of subject description and retrieval. *Aslib Proceedings*, v. 62, n. 4/5, p. 349-354, 2010.
44. ———. The need for a faceted classification as the basis of all methods of information retrieval. *Aslib Proceedings*, v. 58, n. 1-2, p. 49-72, 2006.
45. Browne, M. The field of information policy: fundamental concepts. *Journal of Information Science*, v. 23, n. 4, p. 261-275, 1997.
46. Buckland, M.K. Information as a thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.
47. Butler, M. (ed). *Libraries as user-centered organizations: imperatives for organizational change*. New York: Haworth Press, 1993.
48. Campello, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.
49. Capurro, R. Epistemologia e ciência da informação. In: encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 5, 2003, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 14 mar. 2014.
50. ———. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: encuentro internacional de expertos em teorías de la información,

1, 2008. León: Universidad de León, 2009. Disponível em: http://www.capurro.de/leon.pdf. Acesso em: 14 mar. 2014.

51. ———; Hjørland, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
52. Carbonell, B. (ed.). *Museum studies: an anthology of contexts*. Malden: Blackwell, 2004.
53. Cardoso, A.M.P. Pós-Modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jul. 1996.
54. Caron, D.; Kellerhals, A. Archiving from self-ascertainment, identity--building and permanent self-questioning: archives between skepticism and certitude. *Archival Science*, v. 13, n. 2-3, p. 207-216, June 2013.
55. Carroll, L. et al. A comprehensive approach to born-digital archives. *Archivaria*, v. 72, p. 61-92, 2011.
56. Case, D.; Johnson, J.D.; Andrews, J.E.; Allard, S.L.; Kelly, K.M. From two-step flow to the internet: the changing array of sources for genetics information seeking. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 55, n. 8, p. 660-669, 2004.
57. Cassagnes-Brouquet, S. *La passion du livre au Moyen Âge*. Rennes: Ouest France, 2008.
58. Castells, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
59. Caswell, M. Khmer Rouge archives: accountability, truth, and memory in Cambodia. *Archival Science*, v. 10, n. 1, p. 25-44, 2010.
60. Chang, H.-C.; Iyer, H. Trends in twitter hashtag applications: design features for value-added dimensions to future library catalogues. *Library Trends*, v. 61, n. 1, p. 248-258, 2012.
61. Chaudiron, S.; Ihadjadene, M. De la recherche de l'information aux pratiques informationnelles. *Études de Communication*, v. 35, p. 13-29, déc. 2010.
62. Chaumier, S. L'identité, un concept embarrassant, constitutif de l'idée de musée. *Culture & Musées*, v. 6, p. 21-42, 2005.
63. Choo, C.W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Senac, 2003.
64. ———; Bergeron, P.; Detlor, B.; Heaton, L. Information culture & information use: an exploratory study of three organizations. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 59, n. 5, p. 792-804, 2008.
65. Cleaver, J. *Doing children's museums: a guide to 265 hands-on museums*. Charlotte, VT: Williamsom Publishing, 1992.
66. Coeuré, S.; Duclert, V. *Les archives*. Paris: La Découverte, 2001.
67. Colombo, F. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

68. Conway, P. Facts and frameworks: an approach to studying users and archives. *American Archivist*, v. 49, p. 393-407, 1986.
69. Cook, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, p. 17-63, 1997.
70. ———. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*, v. 13, n. 2, p. 95-120, June 2013.
71. ———. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. *incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.
72. Cooper, R.; Blair, D.; Pao, M. Communicating mis research: a citation study of journal influence. *Information Processing & Management*, v. 29, n. 1, p. 113-127, 1993.
73. Cornelius, I. *Meaning and method in information studies*. New Jersey: Ablex, 1996.
74. Correia, Z. A biblioteca pública como espaço de cidadania. In: Calixto, J. A. (ed.). *Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento, cidadania*. Lisboa: Colibri; Évora: Cidehus/eu; Biblioteca Pública de Évora, 2005, p. 51-65.
75. Couture, C. et al. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.
76. Couzinet, V. Olhar crítico sobre as ciências da informação na França. In: workshop em ciência da informação: políticas e estratégias de pesquisa e ensino na pós-graduação, Niterói, 11 a 12 de novembro de 2004. Niterói: ancib; uff, p. 21-37, 2004.
77. ———. Transmitir, difundir: formas de institucionalização de uma disciplina. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, n. especial, 2009.
78. Cox, R. *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*. Duluth: Litwin, 2008.
79. Cronin, B. Esquemas conceituais e estratégicos para a gerência da informação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da ufmg*, v. 19, n. 2, p. 159-220, 1990.
80. Cruz Mundet, J.R. *Qué es um archivero.* Gijón: Trea, 2009.
81. Cuito, A. (org.). *Guggenheim*. Barcelona: Loft, 2001.
82. Currás, E. *Ontologias, taxonomia e tesauros em teoria de sistemas e sistemática*. Brasília: Thesaurus, 2010.
83. Cury, M.X. Uma perspectiva teórica e metodológica para a pesquisa em recepção em museus. In: Marandino, M.; Almeida, A.; Valente, M.E. (org.). *Museu: lugar do público.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009, p. 153-176.
84. Dahlberg, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.
85. Daniel, D. Archival representations of immigration and ethnicity in North American history: from the ethnicization of archives to the archivization of ethnicity. *Archival Science*, v. 13, p. 1-35, 2013.
86. Davallon, J. Penser la muséologie. In: Davallon, J.; Schiele, B. *Doctorat en muséologie, mediation, patrimoine*. Sainte-Foy: Multimondes, 2005, p. 69-98.

87. Davenport, L.; Prusak, L. *Conhecimento empresarial.* Rio de Janeiro: Campus, 1998.
88. Davis, P. *Ecomuseums: a sense of place*. London: Leicester University Press, 1999.
89. Day, R.E. Death of the user: reconceptualizing subjects, objects, and their relations. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 62, n. 1, p.78–88, 2011.
90. ———. *The modern invention of information: discourse, history and power.* Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.
91. Delgado Gómez, A. Los archivos como construcción social. In: ———; Cruz Mundet, J.R. *El archivo como construcción social.* Las Palmas: Anroart, 2010, p. 7-111
92. Deloche, B. *El museo virtual*. Gijón: Trea, 2002.
93. ———. *Mythologie du musée.* Paris: Le Cavalier Bleu, 2010.
94. Delsalle, P. *Une histoire de l'archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1998.
95. Derrida, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
96. Desvallées, A.; Mairesse, F. Sur la muséologie. *Culture & Musées,* v. 6, p. 131-155, 2005.
97. Detlor, B. et al. The effect of knowledge context on knowledge management practices: an empirical investigation. *Electronic Journal of Knowledge Management*, v. 4, n. 2, p. 117-128, 2006.
98. Dollar, C. *Archival theory and information technologies: the impact of information technologies on archival principles and methods*. Macerata: University of Macerata, 1992.
99. Donohue, J. *Understanding scientific literatures: a bibliometric approach*. Cambridge: mit Press, 1973.
100. Dooley, J. Subject indexing in context. *American Archivist*, v. 55, p. 344-354, 1992.
101. Dowler, L. The role of use in defining archival practice and principles: a research agenda for availability and use of records. *American Archivist*, v. 51, p. 74-95, 1988.
102. Drucker, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1994.
103. Duarte, A. *O Museu Nacional da Ciência e da Técnica: 1971-1976*. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 2007.
104. Duchein, M. *Obstacles to the access, use and transfer of information from archives: a ramp study*. Paris: Unesco, General Information Programme: Unisist, 1983.
105. Dudziak, E. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.
106. Duff, W.; Johnson, C.; Cherry, J. Reaching out, reaching in: a preliminary investigation into archives' use of social media in Canada. *Archivaria*, v. 75, p. 77-96, 2013.
107. Dupont, C. Libraries, archives, and museums in the twenty-first century:

intersecting missions, converging futures? *RBM: a Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural Heritage*, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2007.

108. DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science. *Archivaria*, v. 28, p. 6-24, 1989.
109. ———; EASTWOOD, T. Protecting electronic evidence: a progress report on a research study and its methodology. *Archivi & Computer*, v. 3, p. 213-250, 1995.
110. EDVINSSON, L.; MALONE, M. *Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos*. São Paulo: Makron, 1998.
111. ELLIS, D. Paradigms and proto-paradigms in information retrieval research. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992, p. 165-186.
112. ESCARPIT, R. *L'information et la communication: théorie générale*. Paris: Hachette, 1991.
113. ESTEBAN NAVARRO, M.A.; NAVARRO BONILLA, D. (org.). *Terrorismo global, gestión de información y servicios de inteligencia*. Madrid: Plaza y Valdés, 2007.
114. ESTIVALS, R. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.
115. EVANS, C. A history of community analysis in American librarianship. *Library Trends*, v. 24, n. 3, p. 441-457, Jan. 1976.
116. FAHEY, R.; VASCONCELOS, A.C.; ELLIS, D. The impact of rewards within communities of practice: a study of the SAP online global community. *Knowledge Management Research and Practice*, v. 5, p. 186-198, 2007.
117. FALK, J.; DIERKING, L. *Learning from museums: visitor experience and the making of meaning.* Walnut Creek, CA: Altamira Press, 2000.
118. ———; ———. *The museum experience*. Washington: Whalesback, 1992.
119. FALLIS, D. Social epistemology and information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 40, p. 475-519, 2006.
120. FARKAS-CONN, I.S. From documentation to information science: the beginnings and early development of the American Documentation Institute – American Society for Information Science. Westport: Greenwood Press, 1990.
121. FERNÁNDEZ DE PAZ, E.; AGUDO TORRICO, J. (org.). Patrimonio cultural y museología: significados y contenidos. Santiago de Compostela: Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español (FAAEE)/Asociación Galega de Antropología (AGA), 1999.
122. FERNÁNDEZ MOLINA, J.C.; MOYA-ANEGÓN, F. Perspectivas epistemológicas "humanas" en la documentación. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 25, n. 3, p. 241-253, jul./set. 2002.
123. FERREIRA, M.A.; NEVES, J.T.R. Informação, conhecimento e empreendedorismo nos sistemas de inovação: reflexões a partir da experiência cana-

dense. In Paim, Í. (org). *A gestão da informação e do conhecimento*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003, p. 93-124.

124. Fidel, R. Human information interaction: an ecological approach to information behavior. Cambridge: MIT Press, 2012.
125. ———; Pejtersen, A.M. From information behaviour research to the design of information systems: the cognitive work analysis framework. *Information Research,* v. 10, n. 1, 2004.
126. ———; ———; Cleal, B.; Bruce, H. A multidimensional approach to the study of human-information interaction: a case study of collaborative information retrieval. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 55, n. 11, p. 939-953, 2004.
127. Figueiredo, N. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.
128. Fisher, K.; Erdelez, S.; McKechnie, L. (ed.). *Theories of information behavior*. Medford: Information Today, 2005.
129. Flusser, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.
130. Fondin, H. L'information documentaire: théorie et pratique. In: Benoit, D. (éd.). *Introduction aux sciences de l'information et de la communication*. Paris: Les Editions d'Organisation, 1995.
131. Fonseca, E.N. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2007.
132. ———. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.
133. Fonseca, M.O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
134. Fontanel, B. *L'odyssée des musées.* Paris: La Martinière, 2007.
135. Foskett, A.C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973.
136. Foskett, D.J. The Classification Research Group: 1952-1962. *Libri*, v. 12, n. 2, p. 127-138, 1962.
137. Francelin, M.M. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 2, p. 49-66, maio/ago. 2004.
138. Frohmann, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995. Edmonton: Canadian Association for Information Science, 1995.
139. ———. O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M.S.; Marteleto, R.M.; Lara, M.G. (org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.
140. Fugmann, R. *Subject analysis and indexing: theoretical foundation and practical advice.* Frankfurt: Indeks-Verl, 1993.

141. Furtado, C. Bibliotecas escolares e a web 2.0: revisão de literatura sobre Brasil e Portugal. *Em Questão*, v. 15, n. 2, p. 135-150, jul./dez. 2009.
142. García Gutiérrez, A. *Outra memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial*. Petrópolis: Vozes, 2008.
143. Garfield, E. *Citation indexing: its theory and application in science, technology and humanities*. New York: John Wiley and Sons, 1978.
144. Garfinkel, H. *Toward a sociological theory of information*. Boulder, co: Paradigm, 2008.
145. Garvey, W.D. *Communication: the essence of science*. Oxford: Pergamon, 1979.
146. ———; Griffith, B.C. Communication and information processing within disciplines: empirical findings for psychology. *Information Storage and Retrieval*, v. 8, p. 123-126, 1972.
147. Gatti, D. *Sociedade informacional e an/alfabetismo digital: relações entre comunicação, computação e internet*. Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2005.
148. Georgia Institute of Technology. Proceedings of the Conferences on Training Science Information Specialists. Atlanta, Apr. 1962.
149. Given, L.; Mctavish, L. What's old is new again: the reconvergence of libraries, archives, and museums in the digital age. *Library Quarterly*, v. 80, n. 1, p. 7-32, 2010.
150. Gleick, J. *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
151. Gnoli, C. Levels, types, facets: three structural principles for ko. *Advances in Knowledge Organization*, v. 12, p. 129-137, 2010.
152. Gomes, H. Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero*, v. 2, n. 4, ago. 2001.
153. Gómez Martínez, J. *Dos museologías: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos*. Gijón: Trea, 2006.
154. Gonçalves, A.P.M. Comportamentos de pesquisa de informação dos alunos em contexto de biblioteca escolar. In: Calixto, J.A. (ed.) *Para além da Branca de Neve: bibliotecas, educação e literacia da informação*. Lisboa: Colibri; Évora: Cidehus/eu; Biblioteca Pública de Évora, 2010, p. 53-67.
155. González de Gómez, M. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero*, v. 1, n. 6, dez. 2000.
156. Grogan, D. *A prática do serviço de referência*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2001.
157. Gruber, T.R. Toward principles for the design of ontologies used for knowledge sharing. *International Journal Human-Computer Studies*, n. 43. p. 907-928, 1993.
158. Grudin, J. Human-computer interaction. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 45, p. 369-430, 2011.
159. Guarino, N. Formal ontology and information systems. In: formal ontology in information systems – fois, 1, 1998, Trento. Proceedings. Trento: ios Press, 1998, p. 3-15.

160. Guinchat, C.; Menou, M. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.* Brasília: ibict: cnpq, 1994.
161. Halbwachs, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
162. Hara, N.; Hang, B.-Y. Online social movements. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 45, p. 489-522, 2011.
163. Hardt, M.; Negri, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
164. Harris, V. *Archives and justice: a South African perspective*. Chicago: Society of American Archivists, 2007.
165. Hedstrom, M.; King, J. *On the lam: library, archive, and museum collections in the creation and maintenance of knowledge communities*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2004. Disponível em: http://www.oecd.org/education/innovation-education/32126054.pdf. Acesso em: 7 abr. 2014.
166. Heinström, J. Five personality dimensions and their influence on information behavior. *Information Research*, v. 9, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.informationr.net/ir/9-1/paper165.html. Acesso em: 7 abr. 2014.
167. Hernández Hernández, F. *Manual de museología*. Madrid: Síntesis, 1998.
168. ———. *Planteamientos teóricos de la museología*. Gijón: Trea, 2006.
169. Higgins, T.; Main, P.; Lang, J. (ed.). *Imaging the past: eletronic imaging and computer graphics in museums and archaeology*. London: The British Museum, 1996.
170. Hjørland, B. Epistemology and the socio-cognitive perspectives in information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.
171. ———. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.
172. ———; Albrechtsen, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n.6, p. 400-425, 1995.
173. Hooper-Greenhill, E. (ed). *Cultural diversity: developing museum audiences in Britain*. Leicester: Leicester University Press, 1997.
174. ———. *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Trea, 1998.
175. Hudson, K. *Museums of influence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
176. Hughes-Hassell, S. Multicultural young adult literature as a form of counter-storytelling. *Library Quarterly*, v. 83, n. 3, p. 212-228, 2013.
177. Ingwersen, P. Conceptions of information science. In: Vakkari, P.; Cronin, B. (ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992, p. 299-312.
178. Jacob, E.K.; Shaw, D. Sociocognitive perspectives on representation. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 33, p. 131-185, 1998.

179. Jacobsen, T.; Punzalan, R.; Hedstrom, M. Invoking 'colective memory': mapping the emergence of a concept in archival science. *Archival Science*, v. 13, 2003.
180. Jardim, J.M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.* Niterói: Eduff, 1995.
181. ———; Fonseca, M.O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*, v. 5, n. 5, out. 2004.
182. Jimerson, R. (ed.). *American archival studies: readings in theory and practice*. Chicago: The Society of American Archivists, 2000.
183. ———. Redefining archival identity: meeting user needs in the information society. *American Archivist*, v. 52, p. 332-340, 1989.
184. Julião, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de diretrizes museológicas. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Cultura/ Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.
185. Kalfatovic, M. et al. Smithsonian team Flickr: a library, archives and museums collaboration in web 2.0 space. *Archival Science*, v. 8, n. 4, p. 267-277, 2008.
186. Kim, K. Multiculturalism and Chinese museums. *Working Papers in Museum Studies*, n. 7, p. 1-27, 2011. Disponível em: http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/102519/7_kim_2011_0.pdf?sequence=1. Acesso em: 7 abr. 2014.
187. King, D.; Tenopir, C. Some economic aspects of the scholarly journal system. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 45, p. 295-366, 2011.
188. Kirchhoff, T.; Schweibenz, W.; Sieglersch, J. Archives, libraries, museums and the spell of ubiquitous knowledge. *Archival Science*, v. 8, n. 4, p. 251-266, 2008.
189. Kolsrud, O. The evolution of basic appraisal principles; some comparative observations. *American Archivist*, v. 55, p. 26-39, 1992.
190. Kuhlthau, C. *Seeking meaning: a process approach to library and information services*. London: Libraries Unlimited, 2004.
191. Kwasnik, B. Classification structures. *Advances in Classification Research*, v. 8, p. 99-101, 1998.
192. La Barre, K. Adventures in faceted classification: a brave new world or a world of confusion? In: McIlwaine, I.C. (ed.) *Advances in knowledge organization: knowledge organization and the global information society.* Proceedings of the Eighth International isko Conference, 13–16 July 2004, London. Würzburg: Ergon, 2004.
193. ———. Facet analysis. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 44, p. 243-284, 2010.
194. ———; Cochrane, P.A. Facet analysis as a knowledge management tool on the Internet. In: ——— (ed.). *Knowledge organization, information systems and other essays*. New Delhi: Ess Ess Publications, 2006, p. 53-70.

195. Labour, M. L'apport de la méthode triadique à l'analyse des pratiques informationnelles. *Études de Communication*, v. 35, 2010.
196. Lafouge, T.; Le Coadic, Y.-F.; Michel, C. *Eléments de statistique et de mathématique de l'information: infométrie, bibliométrie, médiamétrie, scientométrie, muséométrie, webométrie*. Lyon: Les Presses de l'Enssib, 2001.
197. Lagoze, C.; Van De Sompel, H. The Santa Fe Convention of the Open Archives Initiative. *D-Lib Magazin*e, v. 6, n. 2, fev. 2000.
198. Lancaster, F.W. *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2004, p. 14.
199. ———. *Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation*. New York: Wiley-Interscience, 1979, p. 313-318.
200. Langridge, D. *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia.* Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
201. Lankes, D. *The atlas of new librarianship*. Cambridge: mit Press, 2011.
202. Lasso de la Vega, J. *Manual de biblioteconomía: organización técnica y científica de las bibliotecas*. Madrid: Mayfe, 1952.
203. Leal, J. O patrimônio imaterial e a antropologia portuguesa: uma perspectiva histórica. In: Costa, P. (org). *Museus e património imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits, 2009, p. 289-295.
204. Leckie, G.; Given, L.; Buschman, J. (ed.). *Critical theory for library and information science: exploring the social from across the disciplines*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010.
205. Lemay, Y.; Klein, A. Mémoire, archives et art contemporain. *Archivaria*, v. 73, p. 105-133, 2012.
206. León, A. *El museo: teoría, práxis y utopía*. Madrid: Cátedra, 2010.
207. Lévy, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
208. Lewis, A. *Questioning library neutrality: essays from progressive librarian*. London: Library Juice Press, 2008.
209. Lima, E. Biblioteca em programas de alfabetização e educação de adultos. *Revista da Escola de Biblioteconomia da ufmg*, v. 11, n. 2, p. 133-145, set. 1982.
210. Line, M. Draft definitions: information and library needs, wants, demands and uses. *Aslib Proceedings*, v. 26, n. 2, Feb. 1974.
211. Linzer, D. Learning by doing: experiments in accessible technology at the Withney Museum of American Arts. *Curator: the Museum Journal*, v. 56, n. 3, p. 363-367, 2013.
212. Lioma, C.; Larsen, B.; Ingwersen, P. Preliminary experiments using subjective logic for the polyrepresentation of information needs. information interaction in context symposium, 4, 2012, Niejmegen. Proceedings… New York: acm, 2012, p. 174-183.
213. Lisney, E. et al. Museums and technology: being inclusive helps accessibility for all. *Curator: the Museum Journal*, v. 56, n. 3, p. 353-361, 2013.
214. Litton, G. *Arte e ciência da biblioteconomia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

215. Lojkine, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
216. Lopes, J.T. Notas conclusivas: os museus como terceiras culturas. In: Semedo, A.; Lopes, J.T. (org). *Museus, discursos e representações*. Porto: Afrontamento, 2005, p. 197-199.
217. ———. Reflexões sobre o arbitrário cultural e a violência simbólica: os novos manuais de civilidade no campo cultural. In: Semedo, A.; Lopes, J. T. (org.). *Museus, discursos e representações*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 61-68.
218. ———. *Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Porto: Profedições, 2007.
219. Lopes, L.C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.
220. López Gómez, P. La archivística española en la actualidad: su evolución entre 1975 y 1995. In: Generelo, J.J.; Moreno López, Á. (coord.). *Historia de los archivos y de la archivística en España.* Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Cientifico: Universidad de Valladolid, 1998, p. 191-201.
221. López Yepes, J. (org). *Manual de ciencias de la documentación*. Madrid: Pirámide, 2006.
222. López-Cózar, E. *La investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón: Trea, 2002.
223. López-Huertas Pérez, M.J.; Torres Ramírez, I. Terminología de género: sesgos, interrogantes, posibles respuestas. *DataGramaZero*, v. 6, n. 5, 2005.
224. Lord, M. et al. Conception d'une base de données de recherche sur des cas de variations d'oeuvres d'art. *Muséologies*, v. 5, n. 1, 2010.
225. Lucas, C. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
226. Lundvall, B.-Å. Information technology in the learning economy. *Communications & Strategies*, n. 28, p 117–192, 1997.
227. Lutz, B. *A função educativa dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.
228. Macías-Chapula, C. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.
229. Magalhães, F. *Museus: património e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exploração*. Porto: Profedições, 2005.
230. Mairesse, F.; Desvallés, A. Brève histoire de la muséologie: des inscriptions au museé virtuel. In: Mariaux, Pierre (org). *L'objet de la muséologie*. Neuchâtel: Institut de l'Art et de Muséologie, 2005.
231. Malraux, A. *O museu imaginário*. Lisboa: Edições 70, 2011.
232. Marchand, D. (ed.) *Competing with information: a manager's guide to creating business value with information content*. London: John Wiley, 2000.
233. Marchand, D.A.; Kettinger, W.J.; Rollins, J. *Information orientation: the link to business performance.* New York: Oxford University Press, 2002.
234. Marín Torres, M.T. *Historia de la documentación museológica: la gestión*

de la memoria artística. Gijón: Trea, 2002.

235. Martínez Comeche, J.A. *Teoría de la información documental y de las instituciones documentales*. Madrid: Síntesis, 1995.
236. Marty, P. An introduction to digital convergence: libraries, archives, and museums in the information age. *Museum Management and Curatorship*, v. 24, n. 4, p. 295-298, 2009.
237. ———; Jones, K. (org.) *Museum informatics: people, information and technology in museums.* New York: Routledge, 2008.
238. Mas, S.; Maurel, D.; Alberts, I. Applying faceted classification to the personal organization of electronic records: insights into the user experience. *Archivaria*, v. 72, p. 29-60, 2011.
239. Mastropierro, M. C. *Archivos privados: análisis y gestión*. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.
240. Mattar, E. (org). *Acesso à informação e política de arquivo*s. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
241. Mattelart, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.
242. McCausland, S. Safeguarding access: community expectations and access to online and local sources. In: inForum 2010. Broadbeach: Records Management Association of Australasia, 2010. Disponível em: http://www.academia.edu/2369430/Safeguarding_access_Community_expectations_and_access_to_online_and_local_sources. Acesso em: 8 abr. 2014.
243. McFadden, S.; Weidenbenner, J.V. Collaborative tagging: traditional cataloging meets the "wisdom of crowds". *Serials Librarian*, v. 58, n. 1-4, p. 55-60, 2010.
244. McGarry, K. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1999.
245. McManus, P. Uma palavra em seu ouvido... o que você quer dizer quando fala, ou pensa a respeito de educação (formal e informal), aprendizagem e interação? In: Marandino, M. et al. (org.) *Museu: lugar do público*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009, p. 47-62.
246. Meadows, J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1999.
247. Mendes, E.B. *Visão panorâmica dos principais sistemas de classificação bibliográfica*. Campinas: Puccamp, 1995.
248. Mendes, J. *Estudos do património: museus e educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009.
249. Metzger, J.-P. Institutionnalisation des sciences de l'information: le cadre institutionnel français. In: Anais do i Colóquio Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação: um Diálogo França–Brasil. Rio de Janeiro: Rede Mussi – Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação, 2008.
250. Michalko, J. Libraries, archives, and museums: achieving scale and relevance in the digital age. *rbm: a Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural Heritage*, v. 8, n. 1, p. 75-79, 2007.

251. Miège, B. *O pensamento comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2000.
252. Milanesi, L. *A casa da invenção: biblioteca como centro de cultura*. São Paulo: Ateliê, 1997.
253. Minayo, M.C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.
254. Mollard, C. *L'ingénierie culturelle*. Paris: puf, 1994.
255. Montgomery, B. Archiving human rights: the records of Amnesty International, usa. *Archivaria*, v. 39, p. 108-131, 1995.
256. Moore, K. (org.) *La gestión del museo*. Gijón: Trea, 1998.
257. Morales López, V. *Metodología en la bibliotecología*. Buenos Aires: Alfagrama, 2005.
258. Mostafa, S. *Epistemologia da biblioteconomia*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1985. (Tese – Doutorado em Filosofia da Educação.)
259. Moulier-Boutang, Y. Riqueza, propriedade, liberdade e renda no capitalismo cognitivo. *Lugar Comum*, n. 13-14, p. 25-43, 2001.
260. Mueller, S. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In: Toutain, L. (org.) *Para entender a ciência da informação*. Salvador: Edufba, 2007, p. 125-144.
261. Murison, W. T*he public library: its origins, purpose and significance*. London: C. Bingley, 1988.
262. Neelameghan, A. S.R. Ranganathan's general theory of knowledge classification in designing, indexing, and retrieving from specialised databases. *Library Science with a slant to Documentation and Information Studies*, v. 34, n. 1, p. 03-53, 1997.
263. Nehmy, R.M.Q.; Paim, I. Repensando a sociedade da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2002.
264. ——— et al. A ciência da informação como disciplina científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.
265. Nicholson, S. Playing the past: a history of games, toys, and puzzles in North America libraries. *Library Quarterly*, v. 83, n. 4, p. 341-361, 2013.
266. Nonaka, I.; Takeuchi, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
267. Nunes, H. *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.
268. Olson, H. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. *Canadian Journal for Information and Library Science*, v. 26, n.2/3, p. 1-29, 2001.
269. Orna, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. *Journal of Information Science*, v. 34, n. 4, p. 547-565, 2008.
270. Ørom, A. Information science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 12-26, 2000.
271. Ortega y Gasset, J. *Missão do bibliotecário*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2006.
272. Owen, J.M. *The scientific article in the age of digitization*. Dordrecht: Springer, 2007.

273. Paisley, W.J. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 3, p. 1-30, 1968.
274. Pallier, D. *Les bibliothèques*. Paris: puf, 2010.
275. Pao, M.L. Global and local collaborators: a study of scientific colaboration. *Information Processing & Management*, v. 28, n. 1, p. 99-109, 1992.
276. Pearce, S. (ed.) *Museums and the appropriation of culture*. London: Athlone, 1994.
277. Pérez Pulido, M.; Herrera Morillas, J.L. *Teoría y nuevos escenarios de la biblioteconomía*. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.
278. Pérez Santos, E. *Estudio de visitantes en museos: metodología y aplicaciones*. Gijón: Trea, 2000.
279. Perrotti, E.; Pieruccini, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: Lara, M.; Fujino, A.; Noronha, D. (org.) *Informação e contemporaneidade: perspectivas*. Recife: Néctar, 2007, p. 47-96.
280. Pessoa, F. *Reflexões sobre ecomuseologia*. Porto: Afrontamento, 2001.
281. Piedade, M.A. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
282. Pinkett, H. American archival theory: the state of the art. *American Archivist*, v. 44, n. 3. p. 217-222, 1981. Disponível em: http://archivists.metapress.com/content/n22253t6262t210l/fulltext.pdf. Acesso em: 2 jun. 2014.
283. Poulot, D. *Musée et muséologie*. Paris: La Découverte, 2002.
284. Poulot, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos xviii–xxi: dos monumentos aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
285. Powell, A. Get in the game: encouraging play and game creation to develop new literacies in the library. *Library Trends*, v. 61, n. 4, p. 836-848, 2013.
286. Pugh, M.J. The illusion of omniscience: subject access and the reference archivist. *American Archivist*, v. 45, 1982, p. 33-44.
287. Purkis, P. Making contact in an exhibition zone: displaying contemporary cultural diversity in Donegal, Ireland, through an installation of visual and material portraits. *Museum and Society*, v. 11, n. 1, p. 50-67, 2013.
288. Qayyum, M.A.; Williamson, K.; Liu, Y.-H.; Hider, P. Investigating the new seeking behavior of young adults. *Australian Academic & Research Libraries*, v. 41, n. 3, p. 178-191, 2010.
289. Ranganathan, S.R. *As cinco leis da biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009.
290. Rebelo, C.A. *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870–1910)*. Porto: Campo das Letras, 2002.
291. Rendón Rojas, M.A. Hacia un nuevo paradigma en bibliotecología. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.
292. ———. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ciência da Informação*, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.
293. Ribeiro, F. *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; mct: mcec, 2003.
294. Rivière, G.H. L'écomusée, un modele évolutif. In: Desvallées, A. (dir.)

Vagues, une anthologie de la nouvelle muséologie. Mâcon: Éditions W., 1992, p. 440-445.

295. ———. *La museología: curso de museología, textos y testimonios*. Madrid: Akal, 1993.
296. Robertson, S.; Vatrapu, R. Digital government. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 45, p. 317-364, 2010.
297. Rosas, J. La difusión: función básica del museo. In: Díaz Balerdi, I. (org.) *Miscelánea museológica*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Basco, Euskal Herriko Zerbitzua, 1994, p. 263-274.
298. Rousseau, R. Indicadores bibliométricos e econométricos para a avaliação de instituições científicas. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 149-158, maio/ago. 1998.
299. Rowley, J. *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2002.
300. Ruthven, I.; Kelly, D. (ed.) I*nteractive information seeking, behaviour and retrieval.* London: Facet Publishing, 2011.
301. Saffle, K. Reinventing museum labels: overcoming an archetype with technology and visitor-centered label writing. *Journal of Museum Studies*, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2013.
302. Salaün, J.M.; Arsenault, C. *Introduction aux sciences de l'information*. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2009.
303. Santacana Mestre, J.; Hernández Cardona, F. *Museología crítica*. Gijón: Trea, 2006.
304. Santos, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.
305. Santos, M.A. *Aspectos da museologia em Portugal no século xix – Lisboa*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1970.
306. Sanz-Casado, E.; Garcia-Zorita, J.C.; Serrano López, A.E.; Larsen, B.; Ingwersen, P. Renewable energy research 1995–2009: a case study of wind power research in eu, Spain, Germany and Denmark. *Scientometrics*, v. 95, n. 1, p. 197-224, 2013.
307. Saracevic, T.. Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.
308. ———. *Introduction to information science*. New York: Bowker, 1970.
309. Savolainen, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of "way of life". *Library & Information Science Research*, v. 17, p. 259-294, 1995.
310. ———; Tuominen, K.; Talja, S. The social constructionist viewpoint to information practices. In: Fisher, K.E.; Erdelez, S.; McKechnie, L. (ed.) *Theories of information behaviour*. Medford: Information Today, 2005, p. 328-333.
311. Schellenberg, T. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora fgv, 1973.
312. Schwartz, J.; Cook, T. Archives, records and power: the making of modern memory. *Archival Science*, v. 2, p. 1-19, 2002.
313. Semedo, A. Impactos sociais e instituições culturais. In: Semedo, A.;

DOMINGUES, A.; LOPES, J.T. (org.) *A cultura em acção: impactos sociais e território*. Porto: Afrontamento, 2003, p. 63-67.

314. ———. Práticas narrativas na profissão museológica: estratégias de exposição de competência e posicionamento da diferença. In: SEMEDO, A.; LOPES, J. (org.) *Museus, discursos e representações*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 69-93.
315. SEMÊDO, É. *Ecomuseu do Salgado de Aveiro: preservar para transmitir*. Aveiro: Fedrave, 2009.
316. SENGE, P. *A quinta disciplina*. São Paulo: Bestseller, 1998.
317. SHAH, C.; MARCHIONINI, G. Awareness in collaborative information seeking. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 61, n. 10, p. 2011-2028, 2010.
318. SHANNON, C.; WEAVER, W. *Teoria matemática da comunicação*. São Paulo: Difel, 1975.
319. SHERA, J. *Documentation and the organization of knowledge*. London: Crosby Lockwood, 1966.
320. ———. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.
321. ———. *The foundations of education for librarianship*. New York: Becker and Hayes, 1976.
322. ———. *Introduction to library science*. Littleton: Libraries Unlimited, 1976.
323. ———. *Sociological foundations of librarianship.* New York: Asia Publishing House, 1970.
324. ———; EGAN, Margaret. *Catálogo sistemático: princípios básicos e utilização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969.
325. SILVA, A.M. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.
326. ——— et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.
327. ———; RIBEIRO, F. *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.
328. SILVA, D.A. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo "usuário". *Cenário Arquivístico*, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2011.
329. SILVA, E. A noção de informação arquivística. In: RODRIGUES, G.M.; COSTA, M.G. (org.) *Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 37-68.
330. SILVEIRA, S.A. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
331. SINN, D.; SYN, S.Y. Personal documentation on a social network site: Facebook, a collection of moments from your life? *Archival Science*, v. 13, 2013.
332. SMITH, L. Interdisciplinarity: approaches to understanding library and in-

formation science as an interdisciplinary field. In: Vakkari, P.; Cronin, B. (ed.) *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992, p. 253-267.

333. Soergel, D. *Indexing languages and thesauri: construction and maintenance*. Los Angeles: Melville, 1974.
334. Solla Price, D. *O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.
335. Sorj, b. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Unesco, 2003.
336. Sousa, R.T. Classificação. In: Santos, V.; Innarelli, H.; Sousa, R.T. *Arquivística: temas contemporâneos*. São Paulo: Senac, 2007.
337. Souza, R.F. Organização do conhecimento. In: Toutain, L. (org.) *Para entender a ciência da informação*. Salvador: Edufba, 2007, p. 103-123.
338. Sowa, J.F. *Knowledge representation; logical, philosophical and computational foundations*. Pacific Grove: Brooks/Cole Publishing Co., 2000.
339. Spiteri, L.F. Faceted navigation of social tagging applications. In: Gilchrist, A.; Vernau, J. (ed.) *Facets of knowledge organization*. Proceedings of the isko uk Second Biennial Conference, London, July 4-5, 2011. Bingely: Emerald, 2012, p. 333-334.
340. ———. Incorporating facets into social tagging applications: an analysis of current trends. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 48, n.1, p. 94-109, 2010.
341. ———. The use of folksonomies in public library catalogues. *Serials Librarian*, v. 51, n. 2, 2006.
342. ———; Tarulli, L. Social discovery systems in public libraries: if we build them, will they come? *Library Trends*, v. 61, n. 1, p. 132-147, 2012.
343. Sternberg, S. The art of participation. In: Berry, N.; Mayer, S. (ed.) *Museum education: history, theory and practice*. Reston: National Art Education Association, 1989, p. 154-171.
344. Stewart, T.A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
345. Stránský, Z. Sobre o tema "museologia – ciência ou trabalho prático?". *Museologia e Patrimônio*, v. 1, n. 1, p. 101-105, jul./dez. 2008.
346. Suber, P. Open access to the scientific journal literature. *Journal of Biology*, v. 1, n. 1, p. 3, 2002.
347. Sveiby, K. *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
348. Tague-Sutcliffe, J. An introduction to informetrics. *Information Processing & Management*, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992.
349. Talja, S. Constituting "information" and "user" as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information man-theory. In: Vakkari, P.; Savolainen, R.; Dervin, B. (ed.) *Information seeking in context*. London: Taylor Graham, 1996, p. 67-80.
350. ———; Keso, H.; Pietilainen, T. The production of 'context' in infor-

mation seeking research: a metatheoretical view. *Information Processing & Management*, v. 35, n. 6, p. 751–763, 1999.
351. Tanodi, A. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y princípios*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1961.
352. Taylor, A.G.; Joudrey, D. *The organization of information*. Westport: Libraries Unlimited, 2008.
353. Taylor, M. *School library and media center: acquisitions policies and procedures.* Phoenix: Oryx, 1981.
354. Teboul, R.; Champarnaud, L. *Le public des musées: analyse socio- économique de la demande muséale*. Paris, L'Harmattan, 1999.
355. Thomassen, T. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.
356. Thompson, J. *Library power: a new philosophy of librarianship*. London: Bingley, 1974.
357. Tobelem, J.-M. *Musées et culture: le financement à l'américaine*. Mâcon: Editions W; Savigy-le-Temple: mnes, 1990.
358. Todd, R. Adolescents of the information age: patterns of information seeking and use, and implications for information professionals. *School Libraries Worldwide*, v. 9, n. 2, p. 27-46, 2003.
359. ———; Edwards, S. Adolescent's information seeking and utilization in relation to drugs. In: Chelton, M.K.; Cool, C. (ed.). *Youth information-seeking behavior: theories, models and issues*. Lanham: Scarecrow, 2004, p. 353-386.
360. Totten, H. The advantages of diversity. *Library Quarterly*, v. 83, n. 3, p. 204-206, 2013.
361. Trace, C. Beyond the magic to the mechanism: computers, materiality, and what it means for records to be "born digital". *Archivaria*, v. 72, p. 5-28, 2011.
362. Trant, J. Emerging convergence? Thoughts on museums, archives, libraries and professional training. *Museum Management and Curatorship*, v. 24, n. 4, p. 369-387, 2009.
363. Tuominen, K.; Savolainen, R. A social constructionist approach to the study of information use as discursive action. In: Vakkari, P.; Savolainen, R.; Dervin, B. (ed.). *Information seeking in context.* Proceedings of the International Conference on Research in Information Seeking in Context, 1997, p. 81-96.
364. ———; Talja, S.; Savolainen, R. The social constructionist viewpoint on information practices. In: Fisher, K.; Erdelez, S.; McKechnie, E. (ed.) *Theories of information behavior*. Medford: Information Today, 2005, p. 328-333.
365. Updike, D.B. *Printing types: their history, forms and use.* New Castle: Oak Knoll Press, 2001.
366. Urquhart, D. *The principles of librarianship*. Metuchen: Scarecrow, 1981.
367. Uschold, M. Building ontologies; towards a unified methodology. In: an-

nual conference of the british computer society specialist group on expert systems, 16, 1996, Cambridge. Cambridge, 1996, p. 16-18.

368. Vakkari, P. Task complexity, problem structure and information actions: integrating studies on information seeking and retrieval. *Information Processing & Management*, v. 35, p. 819-837, 1999.
369. Van Mensch, P. Magpies on Mount Helicon. In: Schärer, M. (ed.) *Museum and community*. icofom Study Series, v. 25, p. 133-138, 1995. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2025%20(1995).pdf. Acesso em: 10 abr. 2014.
370. Vanti, N.A. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.
371. Varine-Bohan, H. L'écomusée: au-delà du mot. *Museum*, p. 148-185, 1985.
372. Vaughan, M.W.; Dillon, A. The role of genre in shaping our understanding of digital documents. In: annual meeting of the american society for information science, 35, 1998, Washington. Medford: Information Today, 1998, p. 559-566.
373. Veiga, A. *Os arquivos como esfera pública informacional na construção da cidadania: um estudo sobre as correspondências enviadas ao prefeito de Porto Alegre entre 1988 e 1990*. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007 (dissertação, mestrado em comunicação e informação).
374. Ventura, J. *Bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta, 2002.
375. Vergo, P. (ed.) *The new museology.* London: Reaktion, 1991.
376. Vreeken, A. Notions of information: a review of literature. *Sprouts: Working Papers on Information Systems*, v. 2, n. 7, 2002. Disponível em: http://sprouts.aisnet.org/153/1/2002-13.pdf. Acesso em: 10 abr. 2014.
377. Waibel, G.; Erway, R. Think globally, act locally: library, archive and museum collaboration. *Museum Management and Curatorship*, v. 24, n. 4, p. 323-335, 2009.
378. Warschauer, M. *Technology and social inclusion: rethinking the digital divide*. Cambridge: mit Press, 2003.
379. Werner, K. Bringing them in: developing a gaming program for the library. *Library Trends*, v. 61, n. 4, p. 790-801, 2013.
380. Wersig, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v. 29, n. 02, p. 229-239, Mar. 1993.
381. ———; Nevelling, U. The phenomena of interest to information science. *Information Scientist*, v. 9, p. 127-140, 1975.
382. White, H.; McCain, K. Visualization of literatures. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 32, p. 99-169, 1997.
383. ———; Wellman, B.; Nazer, N. Does citation reflect social structure? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 55, n. 2, p. 111-126, 2004.

384. Whittaker, S. pim – Personal information management, from information consumption to curation. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 45, p. 3-62, 2011.
385. Wilson, T. Alfred Shutz, phenomenology and research methodology for information behaviour research. *New Review of Information Behaviour Research*, v. 3, p. 71-81, 2003.
386. ———. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981.
387. Wormell, I. Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análise. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 210-216, maio/ago. 1998.
388. Wythe, D. New technologies and the convergence of libraries, archives, and museums. *rbm: a Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural Heritage*, v. 8, n. 1, p. 51-55, 2007.
389. Yarrow, A.; Clubb, B.; Draper, J.-L. *Public libraries, archives and museums: trends in collaboration and cooperation*. The Hague: International Federation of Library Associations, 2008.
390. Yeo, G. Bringing things togheter: aggregate records in a digital age. *Archivaria*, v. 74, p. 43-92, 2012.
391. Zeller, T. The historical and philosophical foundations of art museum education in America. In: Berry, N.; Mayer, S. (ed.) *Museum education: history, theory and practice*. Reston: National Art Education Association, 1989, p. 10-89.
392. Zhang, J. Original order in digital archives. *Archivaria*, v. 74, p. 167-194, 2012.
393. Ziman, J. *An introduction to science studies: the philosophical and social aspects of science and technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
394. ———. *The force of knowledge: the scientific dimension of society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
395. Zorich, D. A survey on digital cultural heritage initiatives and their sustainability concerns. In: Parry, R. (ed.) *Museums in a digital age*. Oxon: Routledge, 2010, p. 406-416.
396. ———; Waibel, G.; Erway, R. *Beyond the silos of the lams: collaboration among libraries, archives and museums*. Dublin: oclc Online Computer Library Center, 2008.

Índice